



II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
COM ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E  
REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

2008



## 1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Em 2007, a implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) foi intensificada e ampliado o leque de instrumentos e incentivos para a indústria, que culminaram na consolidação de um novo ambiente institucional para a política industrial brasileira. Os resultados da PITCE podem ser vistos tanto nas linhas de ações horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico, modernização industrial, inserção externa e ambiente institucional), quanto nas opções estratégicas (software, semicondutores, fármacos e medicamentos e bens de capital) e áreas portadoras de futuro (nanotecnologia, biotecnologia e biomassa / energias renováveis).

Nesse sentido, um importante avanço no último exercício foi a aprovação da chamada Redesim – Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios –, que foi aprovada por intermédio da Lei nº 11.598, sancionada em dezembro de 2007. A Redesim tem como objetivo básico melhorar e simplificar as condições para a abertura, alteração e fechamento de empresas, reduzindo prazos, custos e procedimentos, além de contribuir para a redução da informalidade e aumento da competitividade da economia brasileira. Em 2007, o tempo gasto para a abertura e legalização de empresas foi de 20,3 dias. Nesse exercício foram desenvolvidas várias ações para simplificar o registro mercantil, dentre elas: Requerimento de Empresário Eletrônico via Internet, Ficha de Cadastro Nacional – eletrônica, Autenticação de Livros Mercantis Digitais e Portal do Registro de Empresários e Sociedades. A base de dados do Cadastro Nacional de Empresas (CNE), que armazena dados de mais de 16 milhões de empresas, foi implementada em 2007. Em 2008, está prevista a celebração de acordos de cooperação técnica com órgãos públicos para início de operação do sistema. A meta, para 2008, é de no máximo 15 dias para todo o processo de abertura e legalização de empresas.

Por meio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), foi iniciada a elaboração de Planos Estratégicos para setores da indústria (couro e calçados; aeronáutico; plásticos; equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos; produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; têxteis e confecções), em parceria com entidades do setor e empresas das cadeias produtivas, além da publicação de três Panoramas Setoriais (aeronáutico; couro e calçados; plásticos e naval). Ainda em 2007, foram concluídos três Estudos Prospectivos, cujas diretrizes se constituirão na base para a formulação dos Planos Estratégicos.

O Programa Competitividade das Cadeias Produtivas tem por finalidade elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações relativas à geração de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento e à desconcentração regional da produção, ao aumento das exportações, à substituição competitiva das importações e à capacitação tecnológica das empresas. Em 2007, foram adotadas medidas para o desenvolvimento das cadeias produtivas de setores intensivos em mão-de-obra. Em 2008, a questão da competitividade das cadeias produtivas estará centrada no fortalecimento dos Fóruns de Competitividade, envolvendo o poder público, o setor privado, o terceiro setor e os trabalhadores, como espaço de discussão para a implementação da nova fase da PITCE. As cadeias produtivas têm um diálogo efetuado por intermédio de 17 Fóruns de Competitividade em funcionamento.

Outra importante ação efetivada, em 2007, foi o Programa Revitaliza. Por intermédio desse Programa foi viabilizado o desconto de PIS/Pasep e Cofins nas importações de bens de capital e disponibilizados recursos da ordem de R\$ 3 bilhões em linhas especiais de financiamento de capital de giro, investimentos e exportações, com juros reduzidos, para empresas preponderantemente exportadoras dos setores de calçados e artefatos de couro, pedras ornamentais, têxtil, confecções e móveis;

bem como a elevação das alíquotas de importações para têxteis, confecções e calçados. Para 2008, entre outras ações para esses segmentos, estão previstos a regulamentação da Lei do Couro e a realização do Estudo Antropométrico Brasileiro, para possibilitar a adequação dos produtos dos setores de confecções, calçados e móveis às reais necessidades do consumidor.

Destaca-se, ainda, o mecanismo que concede benefícios às empresas que cumprem, no Brasil, etapas no seu Processo Produtivo Básico (PPB), tanto para empreendimentos localizados no Pólo Industrial de Manaus como no restante do País, com os incentivos estabelecidos pela Lei de Informática. Em 2007, foram adotadas medidas para redução do tempo para concessão dos benefícios, como a criação da Câmara Técnica Interministerial, que possibilitou a racionalização do trabalho e reduziu em até seis meses o tempo de análise dos processos. Para 2008, pretende-se uma ampla automatização do processo, com a implantação de diversos módulos de acompanhamento informatizados, incluindo o processo de assinatura eletrônica, o que dará mais agilidade à concessão dos benefícios.

#### a) Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outras entidades parceiras, concluiu a configuração dos novos instrumentos de subvenção econômica para as atividades de P&D e inovação tecnológica das empresas. Foram disponibilizados, em 2007, recursos da ordem de R\$ 510 milhões, para apoiar, prioritariamente, o desenvolvimento de projetos no âmbito da PITCE. Até o mês de novembro de 2007, foram aprovados projetos no valor de R\$ 140 milhões nas seguintes áreas prioritárias: TV Digital, Semicondutores e *Software*, Cadeia Aeroespacial, Fármacos e Medicamentos – Foco em AIDS e Hepatite, Biomassa / Energias Alternativas, Nanotecnologia, Biotecnologia, Bens de Capital – Biocombustíveis e Combustíveis Sólidos.

O Brasil conta, atualmente, com cinco mil empresas realizando investimentos em inovação tecnológica. Dessas, 1,2 mil mantêm equipes permanentes de pesquisa e lançam regularmente produtos, processos e serviços novos no mercado. As empresas que mais investem em inovação são também as que concentram os maiores investimentos e, além disso, são responsáveis por parcela significativa do PIB do País.

O Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) é uma das instituições com atuação significativa nesse setor. Esse Centro já firmou acordos com instituições de renome internacional, como o *Fraunhofer IZM Institution*, da Alemanha, que resultou na instalação, em Manaus, de uma base dessa organização para a proposição de projetos junto às instituições nacionais, em particular, as localizadas no Pólo Industrial de Manaus; e a *VDI/VDE Innovation Technik GmbH (VDI/VDE-IT)*, para o planejamento de cursos de nível médio em microtecnologias SMT e Thin Film. Esse Centro também firmou acordos de cooperação técnica na área de TV Digital, visando a adequação e implementação da solução NXP em fabricantes instalados no Brasil, preferencialmente pertencentes ao Pólo Industrial de Manaus e acordos na área de telefonia celular.

Outro importante avanço nessa área foi a aprovação da nova legislação que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – Lei nº 11.540, publicada no mês de novembro de 2007. Essa nova lei representa um avanço no processo de institucionalização do sistema de C&T no País.

Em 20 de novembro de 2007 foi lançado o Plano de Ação de Ciência e Tecnologia (C&T), prevendo investimentos federais de R\$ 41,2 bilhões até 2010. O Plano é composto de quatro eixos centrais: 1) expansão e consolidação do sistema de C,T&I; 2) implementação da inovação tecnológica nas empresas; 3) pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; e 4) ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

Foi criado, em 2007, o Comitê Nacional de Biotecnologia e foi reestruturado o Fórum Nacional de Biotecnologia, com ações voltadas aos seus quatro eixos setoriais: Saúde Humana, Agropecuária, Industrial e Ambiental. Já o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) firmou, em 2007, acordos com diversas instituições de pesquisa. Esses acordos vêm possibilitando o desenvolvimento de produtos e processos, bem como a prestação de serviços e a realização de mais de 500 análises e desenvolvimento de 14 projetos em parceria com a iniciativa privada.

No exercício anterior, foi assinado acordo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e o Ministério do Trabalho e Emprego para transferência mútua de conhecimento nas áreas de Avaliação da Conformidade, Metrologia Legal e Científica e do Trabalho, tendo como pressupostos básicos a certificação de produtos e serviços diretamente ligados à proteção e segurança do trabalhador, especialmente aqueles relacionados aos equipamentos de proteção individual, os chamados EPIs. Em 2008, prevê-se a implantação do programa de avaliação da conformidade de EPIs, bem como o desenvolvimento de um programa de certificação para qualificar portadores de necessidades especiais, capacitando-os para o mercado de trabalho.

O Inmetro está desenvolvendo estudos em parceria com o instituto metrológico norte-americano, *National Institute of Standards Technology (NIST)*, sobre aspectos científicos e técnicos dos biocombustíveis e padrões metrológicos confiáveis e reconhecidos internacionalmente. Simultaneamente, o Inmetro desenvolve o Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis, de caráter voluntário, representando critérios úteis à promoção das exportações e à eliminação de barreiras técnicas ao comércio. O Programa contribuirá de forma determinante para a ampliação da oferta mundial e a conseqüente transformação dos biocombustíveis em *commodity*, gerando importantes benefícios para a sociedade. Em 2008, está prevista a produção de materiais de referência para o etanol combustível e para o biodiesel.

A fim de permitir a expansão do controle metrológico para determinadas classes de instrumentos de medição, consolidou-se a adoção da autoverificação para os fabricantes de instrumentos de medição e postos de ensaios autorizados, aplicados aos medidores de energia elétrica, de água e de gás domiciliar. Nesse contexto, foram autorizados 13 fabricantes nas áreas de energia elétrica, água e gás e 59 concessionárias na área de energia elétrica e gás.

As principais ações, a serem realizadas em 2008, são: a implementação do controle metrológico legal no segmento de petróleo, gás e biocombustíveis; a ampliação do controle metrológico relativo aos instrumentos de medição inseridos no âmbito do Código de Trânsito Brasileiro; e a implantação de programas de avaliação da conformidade de prensas, de máquinas agrícolas e dos serviços prestados por organismos de treinamento para requalificação profissional.

Em 2007, os principais resultados relacionados às ações de implementação da segunda etapa do projeto de reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) foram a implantação do sistema de acesso aos serviços de registros de marcas e a capacitação e organização das novas equipes de exame de patentes, atingindo-se o número total de 255 examinadores de patentes, contra 120 operando em 2006. Destacam-se, também: a aprovação da proposição brasileira de fazer do Inpi Autoridade Internacional de Busca (ISA) e Autoridade Internacional de Exame Preliminar de Patentes (IPEA) perante a Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI); o registro da primeira indicação geográfica para uma bebida brasileira – a cachaça de Paraty; a criação da Academia de Propriedade Intelectual e a inauguração do seu Programa de Mestrado Profissional; a capacitação de cerca de 2.000 pessoas dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas universidades públicas e institutos públicos de pesquisa (previstos na Lei de Inovação) e de núcleos de apoio a empresas de pequeno e médio porte do Sistema Confederação Nacional

da Indústria (CNI); a elaboração do plano de integração dos serviços de propriedade industrial dos países do Mercosul e do plano de cooperação em diferentes áreas técnicas entre todos os países da América Latina; e o aperfeiçoamento da legislação sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados pelo Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, mediante aprovação da Lei nº 11.484, de maio de 2007.

#### **b) Fomento aos Investimentos**

O Governo manteve em 2007 a política de fomento aos investimentos, quer por meio da política de desoneração tributária, quer por meio de financiamento a investimentos empresariais, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico do País e o estímulo à geração de emprego e renda.

Nos setores prioritários da PITCE foram implementadas significativas ações de desoneração tributária do setor produtivo, em 2007, por meio do PAC. Citam-se os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (Padis) e da Indústria de Equipamentos de Transmissão para TV Digital (PATVD), além do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (Reidi), que prevê a suspensão da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins na aquisição de máquinas e equipamentos para incorporação em obras de infra-estrutura destinadas ao seu ativo imobilizado.

Por meio do Ex-Tarifário, foi dada continuidade à desoneração de tarifas de importação de bens de capital que não são produzidos no Brasil. Em 2007, foram analisados 1.729 pleitos, com redução da tarifa para 1.054 deles, viabilizando, dessa forma, investimentos globais de US\$ 9,9 bilhões, os quais possibilitaram avanços tecnológicos significativos em setores importantes da economia, na geração de renda, emprego e na exportação. Destaca-se a desoneração de equipamentos dos seguintes setores: siderúrgico, mineração, bens de capital, petroquímico, automotivo e transmissores para TV Digital. Ressalta-se, ainda, o objetivo de tornar o Brasil um centro produtor de locomotivas de qualquer potência, tanto para o mercado nacional, quanto para a exportação.

O BNDES desembolsou de janeiro a dezembro de 2007 recursos expressivos, participando ativamente da sustentação da taxa de crescimento do investimento fixo na economia. Os valores, por campo de atuação, são: R\$ 8,9 bilhões no segmento energético, com estimativa de R\$ 12 bilhões para 2008; R\$ 1,9 bilhão no setor de transporte e logística – os transportes naval e ferroviário são os setores que compõem a maior parte da carteira de investimentos dessa linha de atuação –, com estimativa de um aumento de 214% para 2008; R\$ 3,3 bilhões para o setor de telecomunicações – as operadoras de telefonia fixa e celular são as principais demandantes de recursos –, com estimativa de R\$ 2,9 bilhões de desembolsos em 2008; R\$ 1 bilhão para Desenvolvimento Urbano – dos quais R\$ 811 milhões para saneamento ambiental, com perspectiva de desembolso de R\$ 2,1 bilhões, em 2008; R\$ 310 milhões na linha de atuação da Inclusão Social, com a previsão de destinação de R\$ 250 milhões no ano de 2008; R\$ 8,1 bilhões à Exportação – dos quais R\$ 6,7 bilhões desembolsados na linha pré-embarque (capital de giro para produção de bens e serviços a serem exportados) e R\$ 1,7 bilhão na linha pós-embarque (financiamento à comercialização propriamente dita) –, com a previsão de R\$ 8,9 bilhões de apoio à Exportação, em 2008; R\$ 7,5 bilhões para o segmento de Insumos Básicos – com destaque para os setores de papel e celulose (R\$ 1,9 bilhão), química e petroquímica (R\$ 1,6 bilhão), metalurgia (R\$ 2,8 bilhões) e mineração (R\$ 0,8 bilhão) –, prevendo-se um desembolso de R\$ 7,8 bilhões, em 2008; R\$ 7,7 bilhões para Ampliação da Capacidade de Oferta de Bens e Serviços – com destaque para os setores de agroindústria e agropecuária (R\$ 2,2 bilhões), o complexo sucroalcooleiro e produção de biocombustíveis (R\$ 1,6 bilhão), material de transporte (R\$ 770 milhões), indústria farmacêutica (R\$ 600 milhões) e comércio (R\$ 1,1 bilhão) –, sendo esperado em 2008 um volume de desembolsos de R\$ 13,5 bilhões; R\$ 5,1 bilhões no segmento de Pequenos Projetos de Investimento – dos quais R\$ 1,9

bilhão em programas especiais para o setor agrícola –, prevendo-se um desembolso de R\$ 4,5 bilhões no ano de 2008; e R\$ 20,5 bilhões para Máquinas e Equipamentos – dos quais destacam-se R\$ 4,1 bilhões para os setores de agropecuária e agroindústria e R\$ 9,9 bilhões para o setor de transporte terrestre.

Para os projetos inscritos no PAC, foram desembolsados pelo BNDES, em 2007, R\$ 5 bilhões, dos quais R\$ 4 bilhões em projetos do Eixo Energia. A carteira atual dos projetos do PAC atinge R\$ 41,5 bilhões, os quais, considerando o capital de outras fontes nesses mesmos projetos, implicam investimentos de R\$ 67 bilhões. As operações em perspectiva acrescentam um potencial de R\$ 24,1 bilhões de demanda para recursos do Banco, viabilizando investimentos da ordem de R\$ 42,9 bilhões. A previsão é de que os desembolsos do BNDES em projetos inscritos no PAC alcancem R\$ 10,0 bilhões, em 2008. Deste total, R\$ 7,1 bilhões devem ser destinados ao setor de energia; R\$ 2,1 bilhões a projetos em logística; e R\$ 822 milhões a investimentos direcionados ao desenvolvimento social e urbano.

A disponibilização de recursos por tomadores apresentou os seguintes resultados: R\$ 16,1 bilhões em 2007 para micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas, sendo responsáveis por um quarto dos desembolsos totais do Banco (R\$ 65 bilhões). As linhas de produtos de Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame) (R\$ 11,7 bilhões), o BNDES Automático (R\$ 3,2 bilhões) e o Cartão BNDES (R\$ 510 milhões) foram os meios principais pelos quais o BNDES atingiu essas empresas.

O BNDES criou ainda, em 2007, o Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital (PROTVD). A iniciativa foi elaborada para assegurar uma política de financiamento à implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre e contará com orçamento de R\$ 1 bilhão, com prazo de vigência até dezembro de 2013. O objetivo é fomentar investimentos da indústria nacional da cadeia produtiva de radiodifusão e criar condições para o desenvolvimento de tecnologia brasileira no setor audiovisual. Além disso, o Programa deverá contribuir para o desenvolvimento das empresas nacionais fornecedoras de soluções para o sistema de televisão digital terrestre.

### c) Política de Comércio Exterior

Para impulsionar ainda mais o crescimento do comércio exterior brasileiro, em 2007, foram realizadas atividades das mais diversas, desde ações de promoção comercial até medidas de natureza normativa e operacional, desenvolvidas especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior.

Os números de encerramento de 2007 mostram a continuidade do crescimento das exportações e das importações, reiterando os avanços do comércio exterior brasileiro. A balança comercial fechou o ano com exportações de US\$ 160,649 bilhões (média diária de US\$ 642,6 milhões) e importações de US\$ 120,610 bilhões (média diária de US\$ 482,4 milhões), gerando superávit de US\$ 40,039 bilhões. Em relação a 2006, as exportações ampliaram-se 16,6% e as importações, 32,0%. A corrente de comércio totalizou US\$ 281,259 bilhões, valor 22,7% acima do US\$ 229,158 bilhões em todo o ano de 2006.

Em 2007, as exportações de manufaturados somaram US\$ 83,943 bilhões, com aumento de 11,9% em comparação com 2006. No mesmo período, os produtos básicos registraram vendas de US\$ 51,595 bilhões, com crescimento de 28,1%, e os semimanufaturados, US\$ 21,800 bilhões, com aumento de 11,2% em relação ao ano anterior. As exportações de manufaturados representam 52,3% da pauta, indicando o aspecto qualitativo das exportações, visto que mais da metade das vendas externas brasileiras é constituída de itens de maior valor agregado. Considerando as exportações por segmento, o setor de transporte

contribuiu com vendas externas de US\$ 23,9 bilhões, destacando-se como o principal setor exportador ao representar 14,9% das exportações de 2007. Ainda, destacaram-se as exportações de produtos metalúrgicos (US\$ 16,1 bilhões), petróleo e derivados (US\$ 16,0 bilhões), minérios metalúrgicos (US\$ 12,0 bilhões), complexo soja (US\$ 11,4 bilhões), carnes (US\$ 11,1 bilhões), produtos das indústrias químicas (US\$ 10,9 bilhões), máquinas e equipamentos (US\$ 8,7 bilhões), açúcar e álcool (US\$ 6,6 bilhões) e equipamentos elétricos e eletrônicos (US\$ 5,7 bilhões).

Os principais países de destino das exportações, em 2007, foram: 1º Estados Unidos (US\$ 25,3 bilhões), 2º Argentina (US\$ 14,4 bilhões), 3º China (US\$ 10,7 bilhões), 4º Países Baixos (US\$ 8,8 bilhões) e 5º Alemanha (US\$ 7,2 bilhões). Houve crescimento das exportações para todas as regiões econômicas, com destaque para: União Européia (29,7%), Mercosul (23,6%, sendo que para a Argentina o aumento foi de 22,3%), Ásia (19,4%, sendo 27,4% para a China), África (14,6%), Oriente Médio (10,9%), Europa Oriental (10,3%), Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), exceto Mercosul, (8,5%) e Estados Unidos (1,8%). Em termos de participação, a União Européia é a maior região compradora de produtos brasileiros, respondendo por 25,2% das exportações, seguida da Aladi (22,7%), Estados Unidos (15,8%), Ásia (15,5%), África (5,3%), Oriente Médio (4,0%) e Europa Oriental (2,7%).

Quanto às importações, todas as categorias de produtos registraram crescimento em 2007, em comparação com 2006: bens de consumo (33,2%), bens de capital (32,4%), matérias-primas e intermediários (30,7%) e combustíveis e lubrificantes (31,6%), sendo que 71,1% das compras externas referem-se a bens de capital e produtos intermediários. As importações de bens de consumo representaram 13,3% da pauta. Ampliaram-se as importações de todas as regiões. Por ordem decrescente de variação relativa, temos: Europa Oriental (92,1%), África (39,1%), Ásia (33,3%), União Européia (31,8%), Mercosul (29,2%), Estados Unidos (27,0%) e Aladi, exceto Mercosul, (21,7%). A Ásia é a principal região fornecedora de bens ao Brasil, respondendo por 25,4% das importações brasileiras, seguida da União Européia (22,2%), Aladi (17,1%), Estados Unidos (15,7%), África (9,4%), Oriente Médio (2,7%) e Europa Oriental (2,3%). Os Estados Unidos são o principal país fornecedor, ocupando, com a China, a segunda posição, seguida da Argentina, Alemanha e Nigéria.

Quanto ao desempenho dos instrumentos de informação, em 2007, foi lançada nova versão do Portal do Exportador. As visitas ao sítio ultrapassam a marca dos três milhões, sendo contabilizados 1,2 milhão de acessos em 2007, o que significa aumento de 224% no número de acessos ocorridos em 2006. O serviço Fala Exportador recebeu mais de 20 mil consultas desde o seu lançamento, em 2001, sendo que, em 2007, foram 2.372 consultas, provenientes de 1.115 Municípios brasileiros e 117 países, com tempo médio de resposta de 2 dias. Para 2008, estão previstas várias ações com o objetivo de apoiar a inserção das pequenas e médias empresas brasileiras no mercado internacional.

Outra ferramenta de divulgação de exportadores brasileiros é o sítio Vitrine de Exportador, que recebeu, em 2007, 93.903 acessos. Nesse sítio, estão cadastrados 21.742 exportadores, os produtos por eles exportados e os mercados de destino, além das respectivas informações comerciais para contato. Para esse sistema serão realizadas, em 2008, as seguintes ações: reformulação técnica e visual do sítio; viabilização das parcerias com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), Banco do Brasil e CNI, no sentido de criar um catálogo único de exportadores brasileiros; implementação de versão em alemão; e ampliação da divulgação do sistema.

O Sistema de Autorização de Remessa para Promoção de Exportação (Sisprom) visa simplificar a obtenção do benefício de redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de despesas com

promoção de produtos brasileiros no mercado externo. Todo o processo pode ser feito interativamente pela Internet. A concessão ganhou celeridade e racionalidade, em 2007, preservando-se integralmente a segurança e a tempestividade das operações.

Terá início, em 2008, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Comércio Externo de Serviços (Siscoserv), que visa estruturar um banco de dados que registre todas as atividades sobre intercâmbio externo brasileiro de serviços. O sistema terá duas vertentes: um sistema operacional de registro de exportação e importação de serviços e um sistema de informações relevantes sobre estatísticas, mecanismos de incentivos fiscais e creditícios, negociações internacionais, pesquisas de mercado e oportunidades de comercialização externa de serviços brasileiros.

De janeiro a dezembro de 2007, a APEX-Brasil apoiou 130 projetos de promoção de exportações de 70 setores. Participaram desses projetos 8.500 empresas que atuam em 60 países. No mês de janeiro de 2007, foi inaugurado o Centro de Negócios no Exterior/APEX, em Varsóvia na Polônia. Os cinco Centros de Negócios instalados apoiaram empresas que exportaram aproximadamente U\$ 15 milhões. As próximas instalações desses Centros estão previstas na Rússia, na China e na África do Sul.

Em 2007, foram promovidos nove Encontros de Comércio Exterior (Encomex) em capitais brasileiras e cidades com pólos produtivos com potencial de exportação, mobilizando aproximadamente 5.702 potenciais exportadores de 1.900 empresas. Ainda em 2007, por meio do sítio “Aprendendo a Exportar”, foram beneficiados cerca de 386 mil usuários, que conheceram o passo a passo da exportação. Para a implementação do Programa 1ª Exportação, que ocorrerá em 2008, foram selecionadas empresas dos Estados de Alagoas, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Goiás. Ressalte-se, também, a realização de 34 missões nacionais e internacionais de divulgação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) durante o ano de 2007.

Neste exercício, será publicado o “Calendário Brasileiro de Exposição e Feiras para 2008”, que divulga os eventos nacionais e internacionais que envolvem os mais diversos setores da economia. Também será realizada a IV Feira Internacional da Amazônia (FIAM).

Em 2008, está prevista a implementação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Mercosul, composto por um conjunto de quatro projetos nacionais na cadeia de madeira e móveis, estruturados em cada um dos países integrantes do Bloco, com a participação do Governo, setor privado e instituições correlatas. Da mesma forma, por meio do Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul prevê-se para este exercício a implementação de uma série de ações visando ao desenvolvimento e à integração produtiva, destacando-se as seguintes iniciativas: “Programa Regional de Capacitação de Recursos Humanos em Integração Produtiva”, “Projetos de Integração Produtiva Regional”, “Programa de Cooperação entre Institutos de Tecnologia”, “Instalação de Novos Foros de Competitividade Mercosul”. Ainda neste ano, pretende-se, também, estabelecer uma política automotiva para o Mercosul, de forma a romper com a sistemática de acordos bilaterais hoje vigentes. O estabelecimento de um Programa de Complementação Produtiva Automotiva no Mercosul visa consolidar a construção do bloco e fortalecer a sua posição de negociação no processo de inserção internacional da indústria automotiva regional. Pretende-se, ainda, propor a criação de regimes comuns de bens destinados às Indústrias Naval e Aeronáutica, no âmbito do Mercosul.

Para inserir o Setor Terciário no contexto global, o Governo irá participar de negociações internacionais, regionais e multilaterais, a fim de aumentar a base exportadora do setor de serviços e de investimentos, além de estender às exportações de serviços, no que couber, os mecanismos de apoio aplicáveis às exportações de bens.

Em relação à defesa comercial, em 2007, foram iniciadas 20 e encerradas 21 investigações, com a aplicação de medidas de defesa comercial em 19 delas. Ao final de 2007, permaneciam em curso 19 investigações sendo três casos com aplicação de medida provisória. As investigações abrangeram sete setores cujas exportações estavam sob suspeita de prática de dumping e subsídios.

Também como forma de incentivo ao comércio exterior, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) viabilizou, em 2007, 3.786 operações, que resultaram em exportações da ordem US\$ 4,5 bilhões. Das empresas beneficiadas pelo Proex, mais de 90% são de pequeno porte. Além disso, instituições como o Banco do Brasil (BB) têm oferecido diversificado *portfólio* de produtos e serviços para o segmento. Esse Banco, por intermédio de mais de 15 mil pontos de atendimento e 18 gerências regionais de apoio ao comércio exterior, realizou negócios que ultrapassaram US\$ 42 bilhões em câmbio de exportação. Em câmbio de importação foram US\$ 20,9 bilhões fechados no mesmo período.

#### **d) Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte**

Em consonância com a prioridade atribuída pelo Governo às microempresas e empresas de pequeno e médio porte, o Decreto nº 6.174, de agosto de 2007, instituiu o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Esse Fórum, composto por 57 entidades representativas do setor privado e 52 órgãos governamentais, com atuação destacada na proposição de políticas e medidas, conta atualmente, com Grupos de Trabalho em funcionamento para auxiliar na elaboração da regulamentação de dispositivos específicos do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, como fiscalização orientadora, simplificação das relações de trabalho, registro de empresas e associativismo.

Desde julho de 2007, as micro e pequenas empresas estão gozando dos benefícios da simplificação e da redução da carga tributária, Simples Nacional, instituído pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Aproximadamente 2,8 milhões de empresas já aderiram ao novo regime, estando aptas a cumprir suas obrigações perante a União, Estados e Municípios por meio de um único documento de arrecadação.

Ainda no âmbito do referido Fórum, o Projeto Telecentros de Informação e Negócios (TIN), implementado com vistas a estimular a inserção das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na economia da informação e do conhecimento, habilitou 3.879 Telecentros de Informação e Negócios e capacitou 957 colaboradores, até o final do ano de 2007. O portal do Projeto TIN, ferramenta de acesso público que disponibiliza cursos a distância, informações de conteúdos especializados e notícias, contabilizou 90.047 acessos e foi premiado com o World Summit Award (WSA), um dos mais importantes prêmios do mundo na área da tecnologia da informação, como o melhor na categoria “inclusão digital”. Está em fase final o desenvolvimento de metodologia de acompanhamento e avaliação da rede de Telecentros de Informação e Negócios – TINs e previsto, para 2008, o término do desenvolvimento de “Kits de Especialidade”, que são um conjunto de *softwares*, aplicativos e arquivos eletrônicos a fim de permitir aos Telecentros implantar, operar e gerir a modalidade de prestação de serviços aos seus usuários.

Destaque, também, para o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APLs), composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais de abrangência nacional. Esse Grupo, que interage com Núcleos Estaduais, atua articulando ações para que as microempresas e empresas de pequeno porte integrantes de APLs possam competir e sobreviver no mercado, favorecendo o desenvolvimento sustentável e a geração de trabalho e renda. Em 2007, o GTP/APLs realizou ações em 142 APLs priorizados pelos Núcleos Estaduais, visando a identificar e propor alternativas para suprir as demandas das empresas neles inseridas. Para o período 2008-2010, serão definidos outros 128 APLs, totalizando, assim, 270

Arranjos que terão prioridade, por parte do Grupo de Trabalho Permanente, para a implementação dessas ações.

Com o objetivo de compartilhar as experiências, identificar problemas e propor soluções, foi realizada a 3ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, em novembro de 2007, cujo tema central foi “APLs como Estratégia de Desenvolvimento”. O evento contou com a presença de 800 participantes e 80 especialistas, para a discussão das potencialidades de cada setor, principais barreiras e entraves enfrentados, além de propiciar a troca de experiências e conhecimentos e a integração para a sustentabilidade e a competitividade dos Arranjos frente aos desafios empresariais.

No âmbito do “Programa Extensão Industrial Exportadora - PEIEx”, que visa ajudar o segmento empresarial a resolver restrições gerenciais e técnicas para aumentar a competitividade e estimular a entrada no comércio exterior, foram beneficiados 21 APLs, totalizando, aproximadamente, 3.500 micro, pequenas e médias empresas.

Ainda com o intuito de incentivar o desenvolvimento dos APLs, o Banco do Brasil apoiou, em 2007, 144 Arranjos que envolvem mais de sete mil empreendimentos, distribuídos em 586 Municípios em todo o País, com investimento que ultrapassou R\$ 937 milhões em volume total de crédito concedido, sendo R\$ 616 milhões em empréstimos para capital de giro, R\$ 111 milhões em financiamentos de investimentos, R\$110 milhões em negócios de comércio exterior e R\$ 100 milhões em agronegócios.

Com o objetivo de garantir suporte financeiro adequado às micro e pequenas empresas inovadoras em estágio nascente, o BNDES criou o Programa Capital Semente (Criatec), em janeiro de 2007. A iniciativa tem como foco os negócios voltados para a tecnologia da informação, biotecnologia, novos materiais, mecânica de precisão, nanotecnologia e agronegócios. O Criatec contará com orçamento de R\$ 80 milhões, a ser investido em quatro anos. A expectativa é que o Programa permita a capitalização de até 60 micro e pequenas empresas inovadoras, com investimento médio entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão.

O valor contratado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) junto às micro e pequenas empresas, com recursos internos e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), atingiu o patamar de R\$ 661 milhões em 2007, até o mês de novembro, com um incremento de 104% em relação ao valor registrado no mesmo período de 2006. Se forem considerados somente os recursos do FNE, o incremento foi da ordem de 43% sobre o mesmo período de 2006, alcançando o montante de R\$ 311 milhões neste ano. Para 2008, o BNB pretende aplicar R\$ 800 milhões nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs), sendo R\$ 400 milhões com recursos do FNE e outros R\$ 400 milhões com recursos internos.

O Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), que também alcança esse segmento de microempresas e empresas de pequeno porte, executou várias atividades, em 2007, dentre as quais, destaca-se o desenvolvimento do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro, que possibilitará a migração de bases de dados existentes nos Estados, reunindo em um único ambiente, dados dos artesãos e suas organizações em todo o País. O projeto piloto foi concluído em quatro Estados (RJ, MT, AL e DF) e será estendido para outras Unidades da Federação, em 2008. Além disso, foi elaborado o manual de orientação “O PAB nas Feiras e Eventos para Comercialização de Produtos Artesanais”, bem como realizados seis feiras e eventos de comercialização de produtos artesanais, beneficiando diretamente um número significativo de artesãos.

## 2. Agronegócio

O agronegócio responde por 25% do produto da economia e, nos últimos cinco anos, a agricultura do País foi o setor que mais

evoluiu em exportações, com uma taxa anual de crescimento de 16,3%. A safra de grãos para o ano agrícola 2007/2008 deverá bater novo recorde, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A previsão é que sejam colhidas 134,8 milhões de toneladas, com elevação de 2,3%, sobre a safra anterior, de 131,8 milhões toneladas.

Os produtores rurais brasileiros vêm cumprindo eficientemente o papel de abastecer a população com gêneros agropecuários de boa qualidade e preços acessíveis. Além de manter a normalidade no abastecimento interno, os excedentes de produção têm revelado a capacidade de competição do País, que se tornou o primeiro exportador mundial de carne bovina e de frango, açúcar, café e suco de laranja e o segundo maior exportador em grãos. O Brasil já é responsável por 39% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel e 23% do tabaco comercializados no mundo.

Para impulsionar ainda mais o setor, o aumento na oferta de crédito, a custos reduzidos, foi o grande diferencial da Política Agrícola em 2007. O Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 elevou em 16% a oferta de recursos para o crédito rural oficial, atingindo a marca de R\$ 70 bilhões, dos quais R\$ 58 bilhões destinados à agricultura empresarial. Além disso, os recursos foram ofertados com a redução de dois pontos percentuais na taxa de juros, que caiu de 8,75% para 6,75% ao ano.

Na Safra 2006/2007, no período compreendido de julho de 2006 a junho de 2007, foram aplicados R\$ 44,6 bilhões do crédito rural, sendo R\$ 39,5 bilhões em custeio e comercialização e R\$ 5 bilhões em investimento. Do total do crédito rural da agricultura empresarial aplicado na safra 2006/2007, R\$ 29,5 bilhões foram concedidos a juros controlados.

Quanto às instituições oficiais de crédito, vale destacar que na safra 2006/2007, o Banco do Brasil destinou R\$ 33,9 bilhões ao setor rural, distribuídos em mais de 1,1 milhão de operações de investimento, custeio e comercialização. Para a safra 2007/2008, o Banco deverá aplicar R\$ 37 bilhões, o que representará um incremento de 12%. Deste montante, R\$ 30 bilhões serão destinados à agricultura de mercado, o que propiciará aos produtores rurais redução dos custos financeiros em relação à safra anterior, e R\$ 7 bilhões à agricultura familiar, com um crescimento de 17,6%. O total de recursos a serem disponibilizados pelo BB corresponde a 52,8% do plano safra 2007/2008, que totaliza R\$ 70 bilhões.

Já o Banco da Amazônia (Basa) tem priorizado o apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional. Nos últimos dois anos, os créditos destinados às atividades de base agropecuária e agroindustrial já atingiram o montante de R\$ 1,08 bilhão, cobrindo um amplo espectro de atores do rural amazônico, como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande portes. São financiamentos que estão permitindo a consolidação de diversas cadeias produtivas do agronegócio regional e de inserção competitiva nos mercados nacional e internacional.

Em 2008, serão intensificados esforços para aprimorar os instrumentos de apoio ao setor, com incremento da oferta de recursos do sistema oficial de crédito rural; ampliar a utilização de instrumentos privados de crédito; garantir recursos para a equalização do Prêmio do Seguro Rural; e para o apoio à comercialização antes e após o plantio.

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e permitindo maior atração dos recursos privados. Nesse sentido, a antecipação dos leilões para antes da colheita dos produtos, conforme feito de maneira experimental na safra 2006/2007, por meio do Prêmio Equalizador Pago ao

Produtor (Pepro), consolidou-se como instrumento eficaz dessa política em 2007. Nesse exercício, foram realizadas pelo Pepro operações da ordem de R\$ 1,2 bilhão, referentes à negociação de 8,6 milhões de toneladas de algodão, café, milho, feijão e soja.

O Governo comprometeu cerca de R\$ 2,1 bilhões no apoio direto à comercialização de algodão, arroz, feijão, milho, café, soja e sisal, incluindo R\$ 655,3 milhões em aquisições do Governo Federal (AGF e Contratos Públicos de Opção de Venda) e manutenção de estoques, R\$ 103,1 milhões por meio do prêmio ao escoamento de produto (PEP), R\$ 137,7 milhões em prêmios de risco para o lançamento de opções privadas (PROP) e R\$ 1,19 bilhão em equalização paga ao produtor (Pepro).

Em 2007, foram adquiridas 865,7 mil toneladas de produtos agrícolas, com desembolso da ordem de R\$ 364,9 milhões. No que tange à venda dos produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram colocadas no mercado 2,7 milhões de toneladas de produtos agrícolas, por meio de leilão eletrônico, arrecadando R\$ 773,8 milhões.

Em 2008, a política de formação de estoques públicos prevê a aquisição de 4,9 milhões de toneladas de produtos agrícolas, o que demandará desembolsos para compra e manutenção de estoques da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

As ações de gestão e minimização de riscos rurais foram fortalecidas mediante o incremento tecnológico e desenvolvimento de novos produtos voltados ao monitoramento dos riscos climáticos. A necessidade de melhorar o índice de acerto da previsão do tempo e clima levou o Governo a implementar medidas vinculadas à coleta e transmissão dos dados, por meio da modernização da Rede Meteorológica Nacional, com 460 novas estações meteorológicas automáticas. Dessa forma, a Rede passará a operar, a partir de julho de 2008, com 540 Estações Meteorológicas Automáticas, além das 400 Estações Convencionais, e 12 Estações de Radiosondagens.

No exercício passado, ampliaram-se os estudos necessários ao zoneamento agrícola de risco climático, que visa indicar a melhor época de plantio das culturas agrícolas, para cada Município. Isso permitiu a conclusão de 261 novos zoneamentos, que contemplaram 22 Unidades Federativas e 23 culturas agrícolas, contribuindo significativamente para minimizar as perdas de safras agrícolas por eventos climáticos adversos.

Na previsão e monitoramento de safras agrícolas, a Conab vem utilizando metodologia de eficiência comprovada, denominada Projeto Geosafas. O Projeto Geosafas tem por finalidade aprimorar o sistema de estimativas das safras agrícolas brasileiras, com o apoio de uma rede multiinstitucional e uso de geotecnologias, como o sensoriamento remoto, GPS (*Global Positioning System*) e Sistemas de Informações Geográficas, que permitem maior precisão no mapeamento e monitoramento das culturas.

A Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliada, com a elevação dos percentuais de subvenção de várias culturas. Na modalidade de seguro rural agrícola, o percentual mínimo de subvenção subiu de 30% para 40%. A ação contou com recursos orçamentários de R\$ 99,5 milhões, representando incremento de 63% comparado com o exercício de 2006.

Enquanto os produtores respondem com aumento de safra e de produtividade, o Governo busca soluções definitivas para antigas pendências, como equacionar a questão do endividamento rural e a criação do fundo contra catástrofe para

resolver a questão do seguro agrícola, sendo que este constará de projeto de lei a ser brevemente encaminhado ao Congresso Nacional. Também quanto ao seguro rural, há previsão de se alocar, em 2008, recursos da ordem de R\$ 200 milhões para a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, com o incremento da ordem de 100%.

Destaca-se, também em 2007, a ação governamental que visa atender a uma das mais significativas demandas do setor rural, que é a ampliação da oferta de defensivos agrícolas no mercado, especialmente os equivalentes, ou “genéricos”, visando à redução dos preços desse importante insumo agrícola e, conseqüentemente, dos custos de produção.

Preservando a institucionalidade do sistema de registro defensivos agrícolas do País, considerada de vanguarda por envolver a avaliação concomitante da segurança agrônômica, ambiental e toxicológica dos produtos pelos três órgãos legalmente competentes, Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa), Anvisa e Ibama, adotaram-se medidas administrativas e de gestão arrojadas visando racionalizar os procedimentos burocráticos de registro, de forma a integrar e facilitar a comunicação e demais ações conjuntas desses órgãos.

Com a formação de Força Tarefa que atuou durante todo o ano 2007 para debelar o passivo de pleitos de registro de defensivos agrícolas à espera de avaliação nos órgãos responsáveis, alguns há vários anos, foram alcançados significativos índices de eficiência, que demonstram a iminente solução definitiva das restrições diagnosticados no processo. Mediante reforço das equipes dos órgãos de registro, adoção de novos procedimentos administrativos, soluções de informática e adequação normativa, obtiveram-se os seguintes avanços: os registros especiais temporários (RETs), que demoravam até um ano para serem concedidos, agora têm sido emitidos rigorosamente dentro dos prazos legais previstos, de 30 a 60 dias, graças à implementação de um sistema informatizado de registro; até novembro de 2007, os registros emitidos de produtos técnicos e formulados de defensivos agrícolas superaram em 60% o volume total de registros do ano anterior; e a emissão de defensivos agrícolas por equivalência, popularmente designados “genéricos”, superou em 146% o total do ano anterior.

Em 2008, as ações governamentais para consolidar a modernização e racionalização do sistema de registro de defensivos agrícolas prevêm o redesenho de processos e a informatização de todos os processos de registro. Essas medidas deverão conferir maior agilidade e transparência à ação governamental, mantendo ou elevando os parâmetros de segurança à saúde humana e ambiental envolvidas na avaliação toxicológica desses produtos.

Em boa medida, a crescente participação brasileira no agronegócio internacional deve-se à eficaz ação governamental em acordos e disputas comerciais internacionais. O País tem participado ativamente nas sessões especiais do Comitê de Agricultura (CoA) da Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito do processo de revisão do acordo sobre agricultura. No âmbito multilateral, notificações agrícolas à OMC sobre medidas de apoio doméstico do Brasil no ano-safra 2003/2004 demonstraram, mais uma vez, o baixo nível de subsídios distorcivos aplicados pelo Brasil, dando coerência à atuação do País nas negociações agrícolas no âmbito daquela instituição. O Governo participou ativamente das negociações do contencioso Brasil-União Européia sobre a re-consolidação das tarifas de carne de frango e de peru.

Com relação a acordos comerciais bilaterais, destacam-se os avanços nas negociações entre o Mercosul e a União Aduaneira Sul-Africana (Sacu) e o Acordo de Livre Comércio com Israel. Ressaltam-se, também, as negociações com a República da Coreia e o Conselho de Cooperação do Golfo (CGG), bem como o aprofundamento dos Acordos de

Complementação Econômica com o Chile, Bolívia, México e Peru. Ainda em relação à integração regional, fortaleceu-se o monitoramento de comércio bilateral do Brasil com a Argentina, Paraguai, Uruguai, e México, o que tem contribuído para solucionar problemas que limitam o fluxo de comércio.

Na articulação internacional devem ser ressaltados os seguintes eventos: Missão de divulgação no Japão, Indonésia e Cingapura, por ocasião da Feira Foodex; Missão de aproximação comercial ao México; Missão com atividades na Alemanha, Holanda e Bélgica, por ocasião da Feira Anuga, maior feira agroalimentar mundial; participação nas discussões sobre biocombustíveis na Feira Semana Verde, na Alemanha; e participação na Feira de Orgânicos Biofach, principal evento internacional do setor, com vistas a registrar tendências e inovações do setor e identificar oportunidades de mercado para os produtos brasileiros, tendo em vista a regulamentação oficial de produtos orgânicos. Também foi realizado trabalho de recepção de missões de diversos países ao Brasil.

Com o aumento da participação do Brasil no agronegócio internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias adquirem um papel de fundamental importância, em face dos níveis de exigência cada vez mais rigorosos impostos pelos importadores. Tal tendência se reflete no crescimento do número de missões estrangeiras nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal no Brasil. Por isso, as ações de sanidade vegetal têm sido fortalecidas, visando manter e também expandir as exportações de vários produtos agrícolas. Entre as ações adotadas para controle e erradicação de pragas vegetais, destacam-se:

- (i) *Mosca das frutas*: o combate à mosca das frutas possibilitou o acesso das mangas brasileiras ao mercado do Japão e a expansão da área de exportação de mamão para os Estados Unidos com aumento da receita do setor produtivo em 80%;
- (ii) *Mosca da carambola*: a praga continua controlada e restrita ao Estado do Amapá. A migração da mosca da carambola para outros Estados brasileiros poderia levar a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US\$ 150 milhões anuais;
- (iii) *Cancro cítrico*: apoio à campanha de erradicação do cancro cítrico, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras regiões;
- (iv) *Lagarta da macieira “Cydia pomonella”*: ações de erradicação da praga em áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul preservam o agronegócio de maçã, que envolve cerca de 50.000 mil empregos diretos;
- (v) *Sigatoka negra*: oficialização do sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de 14 Estados brasileiros ao mercado interno e externo da banana. Caracterização do território de 14 Estados como “área livre de sigatoka negra”;
- (vi) *Anastrepha grandis*: reconhecimento de áreas livres nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, possibilitando a exportação de melão e melancia para os Estados Unidos e Argentina; e
- (vii) *Vassoura-de-bruxa “Crinipellis perniciososa”*: foram disponibilizadas para os produtores uma seleção de 39 progênes de cacau resistentes à “vassoura-de-bruxa”.

Foram superadas barreiras de natureza sanitária, obtendo-se acesso a diversos mercados e produtos, dentre os quais: carne suína com osso de Santa Catarina (SC) para a Argentina; ajustes aos certificados sanitários internacionais para exportações de carne bovina e suína, gelatina e farelo de soja para Ucrânia; liberação das exportações de carne suína e bovina dos Estados de AM, PA, GO, MS, MG, PR e SC para a Federação Russa; abertura do mercado chinês à carne bovina procedente dos Estados do AC, RS, RO, e RS; autorização para exportação de carne de aves dos Estados do AM, MS, e RS para o mercado chinês; e abertura do mercado filipino à carne suína brasileira.

O combate à febre aftosa contribuiu para a manutenção de mercados internacionais de carnes bovina e suína e animais vivos. Atualmente, 15 Unidades da Federação e parte de outras duas são consideradas como áreas que se encontram com a febre aftosa erradicada. Para fins de sanidade, são reconhecidos como livres de febre aftosa com vacinação os Estados do AC, BA, DF, ES, GO, MT, MS, MG, PR, RJ, RS, RO, SP, SE e TO, além da região centro-sul do Estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Amazonas. O Estado de Santa Catarina é internacionalmente reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação. A área livre de febre aftosa corresponde a cinco milhões de quilômetros quadrados, com população bovina aproximada a 180 milhões de cabeças.

Para ampliar o controle de doenças na produção avícola, foram adotados novos critérios que identificam os Estados e regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da influenza aviária e da doença de *Newcastle*. 21 Estados foram auditados pelas equipes do Programa Nacional de Sanidade Avícola. Ainda no que se refere à influenza, em 2007 foram concluídos os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus “H5N1” através daqueles pontos de fronteira. No ano de 2007, também, foi concluído um Plano de Comando e Controle interligando “salas de situação” de 11 Ministérios e da Presidência da República para, se necessário, coordenar e articular as ações de enfrentamento a essa possível situação de crise.

Em 2007, incrementaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários – produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal –, assegurando a conformidade e inocuidade desses insumos. Destaca-se ainda o monitoramento de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Houve fortalecimento dos serviços de fiscalização e de inspeção do trânsito internacional nos portos, aeroportos, locais de fronteira e aduanas especiais, para evitar a entrada de doenças animais e pragas vegetais exóticas no País, de importância para a economia e para a saúde pública. Destaca-se a melhoria da infra-estrutura de 110 Unidades de Vigilância Agropecuária Internacional, com aquisição de veículos automotores, equipamentos de fiscalização, informática e comunicação.

Em 2008, a certificação sanitária de produtos de origem animal destinados ao mercado internacional será ampliada com a emissão de certificados por meio eletrônico, com intercâmbio de informações eletrônicas, com os serviços congêneres de países compradores e a utilização de papel moeda para a impressão dos certificados, oferecendo maior segurança ao processo. Serão ampliadas as fiscalizações em estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal e de produtos de uso veterinário. Está em elaboração um plano para combate a estabelecimentos e produtos clandestinos e para análise fiscal de produtos farmacêuticos. Será implantado o Sistema de Farmacovigilância, que visa detectar, identificar e monitorar os danos, a efetividade, a qualidade e o risco do uso de medicamentos veterinários.

Além das mencionadas ações na área de inovação tecnológica, deve ser ressaltada, por sua especificidade, a pesquisa agropecuária. Em 2007, foram mantidos em carteira 789 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, foram obtidos resultados em áreas como sistemas de produção sustentáveis, uso da terra e zoneamento agroecológico, análise e mitigação de riscos na importação e exportação, sistemas integrados lavoura-pecuária, utilização da biodiversidade, agricultura de precisão, qualidade sanitária animal e vegetal, melhoramento genético, capacitação de produtores e multiplicadores, agregação de valor e aspectos nutricionais.

Na busca de competitividade, inserem-se as pesquisas para a geração de novas tecnologias nas áreas de alimentos funcionais, nutracêuticos, sanidade, certificação, rastreabilidade, biotecnologia, modelagem de sistemas agrícolas, dentre outros. Isto significa que novas soluções tecnológicas deverão ser disponibilizadas para que os produtores e as empresas nacionais possam atingir este novo patamar de qualidade e de produtividade exigidos pelo mercado.

O fomento à pesquisa, à produção e geração de novas tecnologias voltadas à agroenergia foram áreas priorizadas pela Embrapa, em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Foram desenvolvidos esforços buscando a formação de rede para integração de instituições do setor sucroalcooleiro, visando o levantamento de indicadores técnicos para ampliar o conhecimento desse mercado; promoveu-se a integração com especialistas em estudos econômicos do setor etanol; criou-se a Embrapa Agroenergia, atualmente em fase de organização institucional e implantação de infra-estrutura; e constituiu-se parceria com a Fundação Getúlio Vargas - SP e Escola Superior Luiz de Queiroz da USP para a institucionalização do mestrado profissional na área, além da realização de estudos sobre a cadeia produtiva para biodiesel. Ainda no desenvolvimento da agroenergia, houve a formulação do Plano Nacional de Pesquisa do Etanol, bem como a criação da Empresa de Propósito Específico na área de etanol, para integração de esforços tanto na pesquisa pública quanto para o setor empresarial.

A expansão da cooperação internacional tem ampliado a atuação da Embrapa, dada a liderança que a empresa exerce na área de agricultura tropical. Para potencializar o trabalho de transferência de tecnologia tropical para países da África, estabeleceu-se a Embrapa África, e atualmente, as ações em transferência de tecnologia e de difusão estão sendo sistematizadas a partir das necessidades específicas de cada país e em função do estoque de tecnologia e conhecimentos da Empresa. A área de relações internacionais vem fortalecendo os seus mecanismos de comunicação em parceria com os escritórios na África e dos Labex Europa na França e Holanda. Atualmente, estão ocorrendo negociações governamentais para que a Embrapa instale um escritório em um país da América Latina e Caribe, assim como, está sendo estudada abertura de escritório em um país da Ásia.

A implantação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Sapi) reflete a preocupação do Brasil em ofertar alimentos seguros, produzidos de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentável. Nessa direção, destacam-se a certificação e rastreabilidade de produtos agropecuários, indicação geográfica, produção orgânica e produção integrada.

O Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta), que representa importante instrumento para promoção da competitividade, objetiva elevar os padrões de qualidade das frutas ao patamar requerido pelos mercados, tais como: sustentabilidade econômica, social e ambiental, rastreabilidade, racionalização do uso de agroquímicos, água e combustível. No âmbito desse Programa, foram institucionalizadas 14 Normas Técnicas Específicas de Produção Integrada (PIF) para maçã, manga, uva, melão, citros, mamão, banana, caju, maracujá, figo, goiaba, coco, pêssego e caqui.

A agricultura orgânica, apesar de responder apenas por 3% da área agricultável no mundo, possui potencial para disputar a liderança nesse mercado. O País conta hoje com mais de 15 mil produtores agropecuários numa área aproximada de 800.000 hectares em manejo orgânico. Importante medida adotada em âmbito governamental para apoiar o setor foi a publicação do Decreto nº 6.323, de dezembro de 2007, que regulamentou a Lei nº 10.831, da agricultura orgânica. A regulamentação privilegiou a participação da sociedade civil no processo de elaboração da norma e a interlocução dos diversos órgãos governamentais com atuação na matéria, o que deverá possibilitar um arranjo institucional eficaz na implementação do sistema brasileiro de certificação de produtos orgânicos.

O Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira objetiva estimular políticas públicas e privadas que propiciem geração de renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo geração de divisas, emprego, inserção social e sustentabilidade ambiental. Para buscar a sustentabilidade da cafeicultura brasileira, foram implementadas medidas de apoio à liberação de linhas de crédito para financiamento de colheita, estocagem e custeio com alocação de maior volume de recursos, de forma que a linha de colheita seja convertida integralmente em estocagem. O intuito dessas medidas é consolidar política anticíclica de apoio à comercialização, em face do efeito da bi-anualidade das safras de café e, também, estabelecer um fluxo regular da oferta. Os volumes de recursos disponibilizados em 2007 alcançaram R\$ 450 milhões para colheita; R\$ 850 milhões para estocagem; R\$ 300 milhões para Financiamento da Aquisição de Café (FAC), destinado às indústrias torrefadoras; e R\$ 426 milhões para custeio, totalizando R\$ 2,02 bilhões.

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), coordenado pela Embrapa Café, é executado no âmbito do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), o qual congrega 45 instituições de pesquisa no País. Ele é instrumento de importância extrema para o agronegócio café e prevê para 2008 o desenvolvimento de 200 projetos em 12 núcleos temáticos, entre eles o de biotecnologia, que promoverá o seqüenciamento do genoma do café, pesquisa pioneira no mundo, sendo prevista a aplicação de R\$ 12,0 milhões oriundos do Funcafé.

Apesar de os preços do açúcar, no mercado externo, não terem repetido os níveis dos últimos anos, principalmente pelo aumento da oferta no mercado internacional, as perspectivas para o setor sucroalcooleiro brasileiro são favoráveis. Em 2007, a receita de exportação de açúcar foi da ordem de US\$ 5 bilhões. Por seu lado, as exportações de álcool combustível do Brasil deverão alcançar 3,45 bilhões de litros, contra os 3,16 bilhões no ano de 2006. Os Estados Unidos da América continuam sendo os maiores importadores de álcool, com 855 milhões de litros, seguidos pelos Países Baixos e Japão, com 585 e 315 milhões de litros, respectivamente.

O acelerado ritmo das vendas de veículos *flex-fuel* motivou o setor sucroalcooleiro a canalizar o excedente de cana-de-açúcar para a produção de álcool hidratado. Desse modo, enquanto as produções de açúcar e álcool anidro deverão repetir os números da safra passada, a oferta de álcool hidratado crescerá 40%, superando 12 bilhões de litros e absorvendo 45 milhões de toneladas de cana adicionais da safra de 2007, estimada em 480 milhões de toneladas.

O ano de 2008 será importante para o setor sucroalcooleiro, por entrarem em vigor as metas de redução de gases de efeito estufa nos países desenvolvidos, signatários do Protocolo de Quioto. Nessa linha, a Petrobras deverá entrar no mercado asiático, após adquirir refinaria no Japão, onde poderá iniciar processo de mistura à gasolina, abrindo as portas para o etanol brasileiro.

A safra deverá manter ritmo de forte crescimento e o álcool hidratado deverá ser o principal destino da cana-de-açúcar. Isso, porque haverá aproximadamente 20 novas unidades entrando em operação, produzindo basicamente álcool em face da performance da

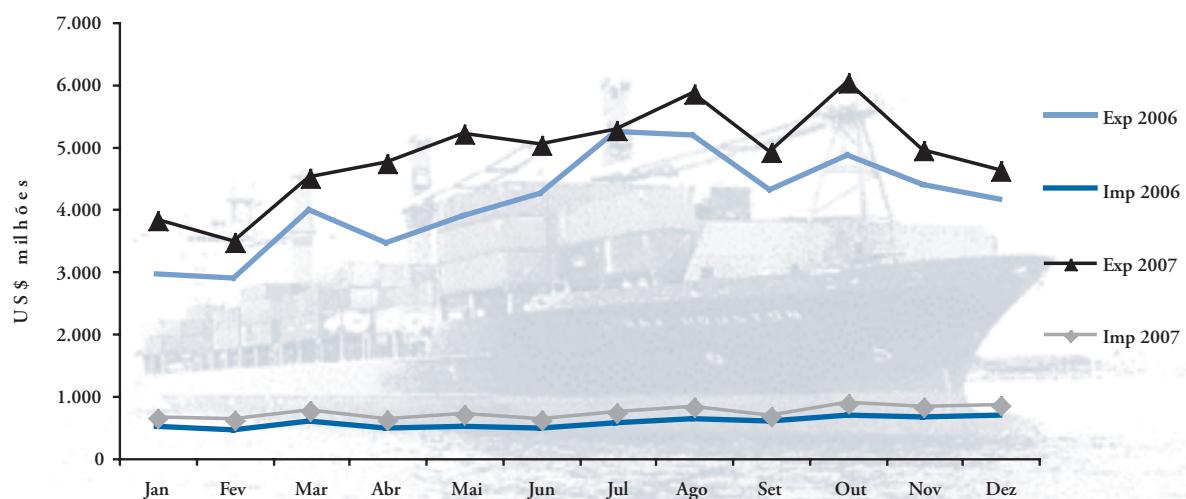
indústria automotiva que, em 2007, colocou quase dois milhões de veículos *flex-fuel* nas ruas, sinalizando que o mercado interno continuará aquecido. Com preços competitivos, o álcool hidratado deverá ser a melhor alternativa para as unidades produtoras.

Em 2008, pretende-se concluir o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, que servirá de base para a formulação de políticas públicas voltadas ao ordenamento da expansão canavieira no território nacional, em prol do desenvolvimento sustentável desse setor e avanço da liderança internacional na produção de etanol.

Com os avanços na produção brasileira de biodiesel e entrada em vigor, em janeiro de 2008, da obrigatoriedade da mistura de 2% desse biocombustível de fontes renováveis ao diesel mineral, o chamado B2, torna-se imprescindível avançar na organização dos produtores rurais, de forma a estimular o aumento da oferta de matérias-primas e, com isso, proporcionar o abastecimento do setor industrial a custos competitivos. A adoção de políticas públicas voltadas ao incremento da oferta dessas matérias-primas, numa ação articulada com o setor industrial, deverá contribuir para a consolidação do biodiesel na matriz energética nacional, com geração de emprego e renda para os pequenos agricultores. Para acompanhar a expansão da cana-de-açúcar e das oleaginosas que são utilizadas para o biodiesel, estão previstos para 2008 o zoneamento agrícola e o estabelecimento de critérios socioambientais para a produção. Em parceria com a Petrobras, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) desenvolverá estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio do dendê em pequenas propriedades para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para fabricação de biodiesel no sul da Bahia.

O acerto do conjunto das políticas públicas adotadas para amparar a produção agropecuária nacional pode ser constatado não apenas pelo normal e fluido abastecimento do mercado interno, com preços estáveis e acessíveis à população. Os dados da Balança Comercial do Agronegócio – 2007 evidenciam que as medidas adotadas pelo Governo também ajudaram o setor a recuperar-se rapidamente da crise de rentabilidade do passado recente e continuar a aproveitar as oportunidades surgidas do mercado internacional.

Gráfico 1 - Balança Comercial do Agronegócio  
Evolução Mensal das Exportações e Importações: 2007 e 2006



Fonte: SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC

As exportações do agronegócio totalizaram US\$ 58,415 bilhões, em 2007, que representou um crescimento de 18,2% em relação a 2006, um recorde histórico para o setor. Em relação a 2006, as exportações apresentaram um aumento de US\$ 8,9 bilhões, o que significou uma taxa de crescimento de 18,2%. Com isso, as exportações do agronegócio corresponderam a 36,4% das exportações totais brasileiras no período, que foram de US\$ 160 bilhões. As importações apresentaram variação anual de 30,2%, totalizando US\$ 8,7 bilhões. Como consequência, registrou-se um superávit da balança comercial do agronegócio de US\$ 49,6 bilhões, também um recorde histórico.

Entre os fatores que explicam o desempenho positivo do agronegócio, destaca-se o elevado crescimento da economia mundial, que implicou uma maior demanda por bens, e o aumento dos preços de importantes *commodities* da pauta de exportação. Também contribuiu para o aumento dos preços internacionais dos produtos agrícolas, os substanciais ajustes na produção mundial de cereais e oleaginosas decorrentes da crescente demanda da indústria de biocombustíveis.

Considerando o desempenho por setores, a maior contribuição para a expansão das exportações foi dada pelo setor de carnes, cujas vendas externas cresceram 30,7%, passando de US\$ 8,6 bilhões em 2006, para US\$ 11,3 bilhões em 2007. O acréscimo das exportações de carnes (US\$ 2,7 bilhões) representou cerca de 30% do incremento do valor das exportações do agronegócio em 2007. Entre os produtos de maior participação na exportação do agronegócio é importante destacar o crescimento das exportações de carne bovina *in natura* (11,2%, de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 3,5 bilhões); frango *in natura* (44,3%, de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 4,2 bilhões) e carne suína (18,7%, de US\$ 1 bilhão para US\$ 1,2 bilhão). O ano de 2007 foi caracterizado pela forte recuperação das exportações de carne de frango seguindo a retomada da demanda mundial após o arrefecimento dos efeitos das ocorrências de gripe aviária na Ásia e a Europa.

As exportações do complexo soja cresceram 22,3% (de US\$ 9,3 bilhões para US\$ 11,4 bilhões), resultado principalmente da variação positiva dos preços (grão, 24%, farelo 21%, óleo de soja, 45%). Os valores exportados de soja em grãos e de farelo de soja cresceram às taxas de 18,4% e 22,3%, respectivamente. O volume exportado de soja em grãos foi 5% menor (de 24,9 milhões de toneladas para 23,7 milhões de toneladas). Para o farelo de soja, a quantidade manteve-se praticamente constante (de 12,3 milhões de toneladas para 12,5 milhões de toneladas). As receitas de exportações de óleo de soja aumentaram 40% (de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,7 bilhão) impulsionadas pelo aumento de preços, uma vez que a quantidade exportada diminuiu 3,2%. O complexo soja continuou liderando o *ranking* de setores exportadores do agronegócio, representando 19,5% das exportações do setor, em 2007, seguido pelo setor de carnes que foi responsável por 19,3% das exportações do setor.

O valor das exportações do complexo sucroalcooleiro apresentou redução de 15,4%, passando de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 6,6 bilhões, o que resultou da redução dos preços do açúcar (-19%) e do álcool (-11%), uma vez que a quantidade exportada teve incremento de 2,6% e 3,3%, respectivamente. As exportações de açúcar totalizaram US\$ 5,1 bilhões, 17,3% inferiores a 2006. O valor das exportações de álcool foram 7,9% menores, totalizando US\$ 1,5 bilhão.

O setor de cereais farinhas e preparações apresentou forte incremento das exportações (de US\$ 722 milhões para US\$ 2,2 bilhões), resultado do aumento das exportações de milho. Em 2007, foram exportadas 10,9 milhões de toneladas de milho, um crescimento de 178% em relação a 2006, quando foram exportadas 3,9 milhões de toneladas. O preço médio do produto foi 47% maior, o que somado ao aumento do volume, resultou no incremento de 309% do valor exportado, passando de US\$ 460 milhões para US\$ 1,8 bilhão.

Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2007, destacaram-se os acréscimos das vendas externas

dos seguintes setores: produtos florestais (11,9%, de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 8,8 bilhões); sucos de frutas (51,3%, de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 2,3 bilhões); café (15,7%, de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 3,9 bilhões); fumo e seus produtos (29,2%, de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 2,2 bilhões); e frutas (incluindo nozes e castanhas) (31,8%, de US\$ 732 milhões para US\$ 965 milhões).

No que se refere às importações, verificou-se um crescimento em 2007, com relação a 2006, de 30,2%, passando de US\$ 6,695 bilhões para US\$ 8,719 bilhões. Os produtos que se destacaram pelo incremento das importações foram: trigo (40,8%, de US\$ 988 milhões para US\$ 1,391 bilhão); borracha natural (25,5%, de US\$ 358 milhões para US\$ 483 milhões); arroz (35%, de US\$ 174 milhões para US\$ 235 milhões); farinha de trigo (419%, de US\$ 35 milhões para US\$ 182 milhões); e milho (66%, de US\$ 79 milhões para US\$ 132 milhões).

**Quadro 1 - Balança Comercial do Agronegócio**  
**Exportações, importações e saldos: 2007 e 2006 (em US\$ mil)**

Setores	Janeiro-Dezembro/2007			Janeiro-Dezembro/2006			Var. %	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
COMPLEXO SOJA	11.381.459	93.838	11.287.621	9.308.112	46.865	9.261.247	22,3	100,2
CARNES	11.294.698	182.915	11.111.784	8.641.436	130.143	8.511.293	30,7	40,5
PRODUTOS FLORESTAIS	8.819.358	1.942.123	6.877.235	7.880.600	1.630.997	6.249.603	11,9	19,1
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	6.578.083	2.113	6.575.970	7.771.690	288	7.771.402	-15,4	633,3
CAFÉ	3.891.498	2.724	3.888.774	3.363.925	1.880	3.362.046	15,7	44,9
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	3.554.260	240.167	3.314.093	3.470.530	210.833	3.259.697	2,4	13,9
SUCOS DE FRUTA	2.374.050	11.360	2.362.690	1.569.515	7.993	1.561.522	51,3	42,1
FUMO E SEUS PRODUTOS	2.262.361	42.456	2.219.906	1.751.726	30.130	1.721.596	29,2	40,9
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	2.219.841	2.333.835	-113.994	722.286	1.630.398	-908.112	207,3	43,1
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.556.577	589.162	967.415	1.388.728	444.066	944.662	12,1	32,7
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	965.896	369.551	596.345	732.884	317.421	415.462	31,8	16,4
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	671.603	313.814	357.789	562.433	261.770	300.663	19,4	19,9
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	412.544	108.342	304.202	315.112	83.497	231.615	30,9	29,8
CACAU E SEUS PRODUTOS	364.946	212.437	152.509	362.218	130.033	232.185	0,8	63,4
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	345.794	167.336	178.458	298.218	142.705	142.705	16,0	17,3
PESCADOS	310.506	561.601	-251.095	367.859	445.338	-77.479	-15,6	26,1
LÁCTEOS	299.495	152.711	146.785	168.622	155.109	13.514	77,6	-1,5
ANIMAIS VIVOS	284.907	10.828	274.079	88.853	3.695	85.158	220,6	193,0
BEBIDAS	252.470	308.870	-56.400	205.478	254.879	-49.400	22,9	21,2
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	201.076	35.593	165.483	171.407	22.282	149.126	17,3	59,7
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	106.951	420.678	-313.727	98.000	288.007	-190.006	9,1	46,1
RAÇÕES PARA ANIMAIS	104.209	149.456	-45.247	73.128	109.714	-36.586	42,5	36,2
PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBERCULOS	102.245	456.556	-354.311	53.436	338.676	-285.240	91,3	34,8
PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	35.271	10.788	24.483	29.645	8.758	20.886	19,0	23,2
PRODUTOS APÍCOLAS	25.504	42	25.462	27.740	62	27.679	-8,1	-32,3
<b>TOTAL</b>	<b>58.415.603</b>	<b>8.719.296</b>	<b>49.696.307</b>	<b>49.423.585</b>	<b>6.695.539</b>	<b>42.728.047</b>	<b>18,2</b>	<b>30,2</b>

Fonte: SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC

As exportações apresentaram taxas positivas de crescimento para praticamente todos os principais blocos econômicos, com exceção apenas do Nafta: Aladi (excluindo Mercosul), 32,4%; União Européia-25, 31,1%; Mercosul, 20,8%; Ásia, 20,3%; Oriente Médio, 13,8%; Europa Oriental, 4,6%; e África, 10,7%. As diferentes taxas de crescimento resultaram em alterações na participação desses blocos como destinos das exportações. A União Européia continuou na liderança, absorvendo 35,8% das exportações totais do agronegócio. A participação da Ásia foi de 19,3%, seguida pelo Nafta, cuja participação foi 12,6%. Oriente Médio, Europa Oriental e África apresentaram participação de 8,1%; 7,3%; e 6,5%, respectivamente (Quadro 2).

Os principais países compradores de produtos do agronegócio brasileiro foram: Estados Unidos (US\$ 6,4 bilhões); Países Baixos (US\$ 5,4 bilhões); China (US\$ 4,6 bilhões); Rússia (US\$ 3,3 bilhões); Itália (US\$ 2,6 bilhões); e Alemanha (US\$ 2,4 bilhões) (Quadro 3).

Quadro 2 - Exportações do Agronegócio por Blocos Econômicos: 2007 e 2006 (em US\$ mil)

Blocos	Janeiro-Dezembro		Var % 2007/2006	Participação	
	2007	2006		2007	2006
UE 27	20.891.832	15.940.884	31,1	35,8	32,3
ÁSIA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	11.294.277	9.385.979	20,3	19,3	19,0
NAFTA	7.360.478	7.961.823	-7,6	12,6	16,1
ORIENTE MÉDIO	4.722.239	4.148.341	13,8	8,1	8,4
EUROPA ORIENTAL	4.284.175	4.096.104	4,6	7,3	8,3
ÁFRICA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	3.801.061	3.433.614	10,7	6,5	6,9
ALADI (EXCL.MERCOSUL)	2.660.110	2.008.957	32,4	4,6	4,1
MERCOSUL	1.764.519	1.460.959	20,8	3,0	3,0
DEMAIS DA EUROPA OCIDENTAL	632.392	519.029	21,8	1,1	1,1
OCEANIA	265.116	228.795	15,9	0,5	0,5
DEMAIS DA AMÉRICA	143.986	87.179	65,2	0,2	0,2

Fonte: SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

Quadro 3 - Exportações do Agronegócio por Países: 2007 e 2006 (em US\$ milhões)

Países	Janeiro-Dezembro		Var % 2007/2006	Participação	
	2007	2006		2007	2006
ESTADOS UNIDOS	6.400.925	7.008.313	-8,7	11,0	14,2
PAÍSES BAIXOS	5.435.895	4.032.257	34,8	9,3	8,2
CHINA	4.673.700	3.783.817	23,5	8,0	7,7
RÚSSIA, FED. DA	3.386.098	3.139.910	7,8	5,8	6,4
ITÁLIA	2.630.095	2.092.309	25,7	4,5	4,2
ALEMANHA	2.401.728	2.059.317	16,6	4,1	4,2
BÉLGICA	2.227.875	1.614.116	38,0	3,8	3,3
ESPAÑA	2.113.584	1.235.577	71,1	3,6	2,5
FRANÇA	1.774.410	1.257.567	41,1	3,0	2,5
REINO UNIDO	1.769.597	1.536.259	15,2	3,0	3,1
JAPÃO	1.750.358	1.472.104	18,9	3,0	3,0
IRÁ REP. ISL. DO	1.565.752	1.394.803	12,3	2,7	2,8
ARGENTINA	1.214.761	1.005.267	20,8	2,1	2,0
HONG KONG	1.205.095	875.909	37,6	2,1	1,8
VENEZUELA	1.144.716	668.518	71,2	2,0	1,4

ARÁBIA SAUDITA	985.334	836.473	17,8	1,7	1,7
CORÉIA, REP. SUL	850.297	640.782	32,7	1,5	1,3
EMIR. ÁRABES UN.	810.230	728.550	11,2	1,4	1,5
PORTUGAL	709.395	443.872	59,8	1,2	0,9
EGITO	687.302	821.687	-16,4	1,2	1,7
DEMAIS PAÍSES	14.678.456	12.776.177	14,9	25,1	25,9
<b>TOTAL</b>	<b>58.415.603</b>	<b>49.423.585</b>	<b>18,2</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SRI / MAPA, a partir de dados da SECEX / MDIC

### 3. Turismo

O turismo é uma das principais atividades econômicas do País. Esse setor propicia um significativo cenário de oportunidades de trabalho e geração de renda em diferentes pontos do território, interagindo com diversos segmentos econômicos, o que demanda um complexo conjunto de ações para o seu desenvolvimento.

A descentralização, a gestão participativa e a promoção do Brasil no exterior foram fundamentais para que o turismo esteja, atualmente, como o quinto produto principal na geração de divisas em moeda estrangeira no País, alcançando uma posição significativa no PIB brasileiro. O setor compõe-se de milhares de pequenos negócios, que geram empregos e ocupações nas diversas categorias econômicas envolvidas – agências e operadoras; alimentação; eventos; hospedagem; lazer e entretenimento; transportes e serviços de receptivo turístico; produção artesanal; entre outras. Nesse contexto, tem sido prioridade do Governo o fomento à competitividade dos destinos e empreendimentos turísticos, com a implementação de projetos e ações para o incremento dos produtos e serviços ofertados em todos os elos da cadeia produtiva do setor.

O setor de turismo é um importante indutor de inclusão social tanto pelo lado da produção, mediante a criação de novos produtos, postos de trabalho e ocupações, quanto pelo lado do consumo, mediante a absorção de novas parcelas de consumidores e concessão de novas oportunidades para o exercício da cidadania. Para desenvolvimento do turismo, o Governo tem adotado medidas para a redução dos custos do deslocamento interno, a melhoria da infra-estrutura turística, a capacitação da mão-de-obra para os setores e o aumento, de forma significativa, da divulgação do País no exterior.

#### a) Plano Nacional do Turismo

Lançado no mês de junho de 2007, o Plano Nacional do Turismo (PNT) 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão – avança na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo. As proposições do PNT 2007/2010, organizadas em agrupamentos temáticos (macroprogramas), definidos pelo seu potencial de contribuição para atingir as metas definidas no Plano, desdobram-se em um conjunto de programas que organizam as diversas atividades executivas da atuação governamental e de seus parceiros. Os programas desdobram-se em ações orçamentárias, ratificando a convergência entre o planejamento proposto pelo PNT e pelo Plano Plurianual (PPA).

Ao longo de 2007, o Governo atuou em consonância com o setor turístico, por meio do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e

suas Câmaras Temáticas, do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, e dos Fóruns ou Conselhos Estaduais de Turismo das 27 Unidades Federadas, dos quais participam instituições públicas, agentes produtivos e sociedade civil. Essas instâncias formam, em todo o País, uma brigada de 1.358 representantes diretos e 12.000 indiretos do turismo brasileiro. Espera-se com isso, fortalecer a gestão descentralizada, com foco no cumprimento das metas do PNT 2007/2010.

#### **b) Programas Regionais de Desenvolvimento, de Regionalização e de Incentivo ao Turismo**

Os Programas de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nordeste II, Prodetur JK e Proecotur II – visam ao desenvolvimento sustentável do turismo em grandes regiões do País, por meio do planejamento participativo, com ênfase na priorização das ações e atividades relacionadas ao fortalecimento da gestão estadual e municipal, do planejamento estratégico, do treinamento e da infra-estrutura, possibilitando ao setor desenvolvimento integrado e sustentável.

No âmbito do Prodetur Nordeste II, foram aplicados, em 2007, R\$ 128,3 milhões do Orçamento da União, em contrapartida ao aporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de R\$ 95,4 milhões, desembolsados para obras estruturantes da atividade turística no Nordeste do País.

O Proecotur II pretende viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na região amazônica brasileira, estabelecendo a base de investimentos, públicos e privados, necessária para a atração de novos investidores privados, buscando assim, maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais da atividade de ecoturismo naquela Região. Encontra-se em fase de estruturação e está programado, para 2008, o início da descentralização de recursos do Orçamento da União direcionados para o Programa.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, um dos principais elementos da execução da política do turismo, promove a integração e a cooperação entre os Municípios; amplia e qualifica o mercado de trabalho; impulsiona uma melhor distribuição de renda e inclusão social; aumenta o tempo médio gasto pelo turista na região e apresenta alternativas aos Municípios para o desenvolvimento do seu potencial turístico. Em funcionamento desde 2004, esse Programa já promoveu e atualizou o mapeamento de 200 regiões turísticas do Brasil, envolvendo 2.819 Municípios. Posteriormente, com o objetivo de atender à meta do PNT de ampliar a oferta turística brasileira, os Estados foram orientados a selecionar três de seus roteiros para serem promovidos no mercado internacional, culminando com a estruturação de 87 roteiros turísticos prioritários. Em 2007, foi estabelecido no Plano Nacional do Turismo a meta de estruturação de 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

Diante dos avanços e resultados obtidos, estão sendo desenvolvidos projetos de fortalecimento das instâncias em âmbito estadual, regional e municipal; capacitação dos interlocutores do Programa (aproximadamente três mil pessoas em todo o Brasil); elaboração de planos de ação para os 65 destinos turísticos escolhidos para obtenção de padrão de qualidade internacional; fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais (Projeto Economia da Experiência); e apoio à integração de arranjos produtivos interestaduais na formação de roteiros e produtos segmentados, agregados à produção associada (Rede de Cooperação Técnica para Roteirização).

Toda a experiência acumulada pelo Programa propiciou a formação de uma rede de relacionamento no País: a Rede Nacional de Regionalização do Turismo, que tem por objetivo principal promover e apoiar a construção de relações e parcerias entre os diversos atores envolvidos com a regionalização do turismo, em especial por meio da troca de experiências e informações,

de modo a contribuir para o desenvolvimento do potencial turístico do País. Até o exercício de 2007, aproximadamente 35 mil pessoas, dentre atores da cadeia produtiva do turismo e estudantes, já foram sensibilizadas e mobilizadas no âmbito do Programa, por meio de oficinas, seminários, encontros entre interlocutores e reuniões em todo o País. Ainda no âmbito do Programa de Regionalização, foi desenvolvido o Projeto Brasil, que realizou 52 Encontros de Qualificação dos Serviços Turísticos, nos 26 Estados e no Distrito Federal, compreendendo 3.084 participantes de 70 roteiros turísticos, com o objetivo de preparar os agentes e atores envolvidos com a prestação de serviços no turismo para atuarem no mercado. Em 2007, o Governo apoiou a realização de Salões Estaduais/Regionais de Turismo, com formato similar ao Salão Brasileiro do Turismo. Foi realizado o Salão Mineiro de Turismo (setembro); o Salão Estadual de Turismo do Mato Grosso do Sul (outubro); e o Festival de Turismo de Gramado (novembro).

O foco na segmentação do turismo se dá principalmente pelo Projeto 10 Destinos Referência em Segmentos. Seu objetivo é desenvolver a gestão do turismo em 10 destinos brasileiros, de forma sustentável, com a participação de entidades locais públicas, privadas e do terceiro setor para a definição de plano de ação e de projetos prioritários, bem como para a execução e monitoramento das ações. Os 10 segmentos turísticos priorizados, um em cada destino indutor selecionado, foram: cultural (Parati-RJ); cinematográfico (Brasília-DF); de negócios e eventos (Ribeirão Preto-SP); rural (3 municípios em Santa Catarina); de estudos e intercâmbio (São João Del Rey-MG); de sol e praia (Jericoacoara-CE); ecológico (Santarém-PA); de aventura (Chapada Diamantina-BA); de aventura especial (Socorro-SP); e de pesca (Barcelos-AM).

Com o objetivo de incentivar o alcance da meta do PNT 2007-2010 de promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno, várias ações têm sido desenvolvidas, dentre elas a continuidade do Projeto Vai Brasil, que objetiva fomentar a comercialização de pacotes turísticos em períodos de baixa ocupação nos diversos destinos do País. O Projeto possui 6,5 mil empresas cadastradas, entre operadoras de turismo, agências de viagem, meios de hospedagem e companhias aéreas, que participam na montagem logística dos pacotes. São cerca de oito mil produtos cadastrados ao preço médio de R\$ 800,00.

Foi lançado, em 2007, o Programa Viaja Mais – Melhor Idade, com o objetivo de incentivar pessoas a partir de 60 anos, aposentadas ou pensionistas, a viajar, principalmente na baixa ocupação, e usufruir os benefícios da atividade turística, fortalecendo, com isso, o turismo interno regionalizado. Para tanto, foram instituídas taxas de juros abaixo do mercado para empréstimos consignados e criados pacotes customizados para essa faixa etária, dentre outras facilidades. Foram publicados manuais de orientação e realizados seminários de sensibilização e capacitação para cerca de 3,5 mil atores da cadeia produtiva do turismo, em diversos Municípios brasileiros, visando incrementar a eficiência e a qualidade dos serviços na recepção dos turistas da Melhor Idade. Decorrente do esforço do Programa, até dezembro de 2007, foram vendidos nove mil pacotes turísticos ao preço médio de R\$ 850,00.

### **c) Atração e Promoção de Investimentos**

Em 2007, para a atração de investimentos foram realizados seis eventos nacionais e seis eventos no exterior, nos quais foram desenvolvidas atividades de extrema importância para o desenvolvimento da infra-estrutura turística brasileira. Quanto à promoção de investimentos, destaca-se a criação de linha de crédito especial destinada a financiar a compra de pacotes turísticos por aposentados e pensionistas do INSS, no âmbito do Programa Viaja Mais – Melhor Idade, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal (FAT – Turismo Sênior); inclusão do turismo entre os setores beneficiários da linha de crédito especial

FAT Giro Setorial, com encargos financeiros favorecidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal; e criação do Programa FCO Turismo Regional, que possibilita o financiamento de capital de giro para empresas do setor turístico no Centro-Oeste, destinado à aquisição de insumos no valor de até R\$ 2,4 milhões, no Banco do Brasil.

#### **d) Cooperação Técnica Internacional**

Na cooperação técnica internacional foram firmados acordos bilaterais para o turismo com Chile, Equador, Panamá e Nicarágua, buscando sinergia para o setor. Ainda em 2007, foi realizado o terceiro processo de seleção de agências de turismo brasileiras que atuarão no receptivo de turistas chineses no Brasil, no qual 16 novas agências foram selecionadas por uma Comissão Público-Privada, totalizando 52 agências selecionadas para essa atividade.

Quanto à cooperação multilateral em turismo, o Governo participou de reuniões no âmbito da Organização Mundial de Turismo (OMT), dentre elas, duas da Comissão Regional para as Américas (presididas pelo Brasil), uma da Assembléia Geral e duas para discutir o tema das mudanças climáticas e turismo. Divulgou ainda quatro boletins informativos sobre potenciais parcerias a serem desenvolvidas com a OMT e atualizou o cadastro necessário para disponibilizar trânsito gratuito à biblioteca virtual da OMT, visando acesso a mais de 700 publicações especializadas em turismo.

O Brasil participou, também, da XVII Conferência Ibero-americana de Ministros de Turismo, que resultou no Projeto Escola Ibero-americana de Formação Turística, a ser apresentado em 2008. O Projeto tem por objetivo o intercâmbio de conhecimento e aperfeiçoamento profissional no turismo como componente estratégico para atingir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), enfatizando a formação de multiplicadores para replicação do conhecimento e a conseqüente redução da pobreza por meio da qualificação profissional. Também em 2008, espera-se a intensificação das relações com a OMT, visto que o Brasil foi eleito membro do Conselho Executivo da Organização para o período de 2008-2011. Planeja-se, ainda, a realização de cursos de capacitação e projetos de cooperação técnica com aquela Organização.

#### **e) Infra-estrutura do Turismo**

Em 2007, foram investidos R\$ 1,159 bilhão em infra-estrutura do turismo. Os recursos foram aplicados em melhoria e recuperação da infra-estrutura de 2.572 Municípios, com foco no saneamento básico, reurbanização de orlas marítimas, fluviais e urbanas, melhoria de acessibilidade e da sinalização turística, recuperação de mercados, museus, casas de culturas, centros de artesanato, centros de convenções ou eventos, centros de informações turísticas, bem como em escolas de qualificação destinadas aos profissionais dos setores de hotelaria. Também foi contemplada a ampliação e reforma de quatro aeroportos nos Estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso e São Paulo, bem como a construção do Terminal Rodoviário Internacional de Rio Branco, no Estado do Acre. Os projetos desenvolvidos propiciaram a implantação de Portais Turísticos nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

#### **f) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo**

O Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial visa induzir a melhoria da qualidade e da segurança dos serviços turísticos, por meio da qualificação profissional e empresarial, com base nas necessidades quantitativas e

qualitativas do setor, com metodologia voltada para a formação de multiplicadores, potencializando a melhoria da competitividade da cadeia produtiva do turismo e a inclusão social. Em 2007, foram apoiados 60 projetos, com investimentos no valor de R\$ 62 milhões, em parceria com Estados, Municípios, iniciativa privada e organizações não-governamentais. As ações empreendidas atenderam 139.800 pessoas e cerca de 2.000 empreendimentos. Para fortalecer a cadeia produtiva do turismo brasileiro, foram priorizadas ações de qualificação e certificação para manipuladores de alimentos, operadores e empresas de turismo de aventura, profissionais de meios de hospedagem e dos demais segmentos turísticos, empreendimentos e artesãos. Destaque para ações de qualificação e incubação de empreendimentos em Municípios de baixa renda e com potencial turístico. Foram, também, apoiados diversos eventos de comercialização de produtos turísticos, com destaque para aqueles relacionados à promoção e a valorização da gastronomia brasileira como diferencial competitivo para o setor de turismo.

O Programa Competitividade para Meios de Hospedagem promoveu, no exercício passado, o aperfeiçoamento dos gestores e profissionais do setor de hotelaria, por meio de cursos de gestão de pequenos meios de hospedagem, além de seminários de sensibilização. Já o Programa Alimento Seguro no Turismo objetiva contribuir com a melhoria da qualidade e competitividade dos produtos turísticos, por meio da qualificação de empreendimentos e pessoas para aplicação de práticas seguras na manipulação dos alimentos em destinos turísticos, que abrange condições de higiene no preparo, acondicionamento, armazenamento, transporte, exposição e venda. No referido exercício, as ações atingiram um público-alvo de trabalhadores de bares, restaurantes, meios de hospedagem, quiosques, barracas e ambulantes, localizados em 52 Municípios brasileiros.

Registra-se que no período que antecedeu a realização dos Jogos Pan/2007, no Rio de Janeiro, os bares, restaurantes, meios de hospedagem, e principalmente os quiosques, barracas e ambulantes dos principais pontos turísticos foram beneficiados por este Programa, recebendo capacitação para utilização das normas e procedimentos adequados quanto à segurança no manuseio de alimentos. Outro Programa, desenvolvido em 2007, foi o Bem Receber – Qualificação Profissional e Gestão Empresarial em Destinos Turísticos, que tem como meta aumentar a competitividade da cadeia produtiva do turismo. O Bem Receber é direcionado a empresários que buscam a melhoria de seus negócios, participando de cursos sobre políticas de conscientização para proteção ao meio ambiente e do patrimônio sociocultural. Além do setor empresarial, o projeto tem como finalidade beneficiar: os turistas – que usufruem de serviços qualificados; os trabalhadores da área de turismo e hospitalidade – pela perspectiva de aperfeiçoamento profissional; e as comunidades.

Em 2007, foi apoiada a implantação de oito Restaurantes-Escola nos Estados de São Paulo e Santa Catarina. Esses Restaurantes são espaços públicos constituídos para a articulação das políticas públicas de trabalho, qualificação e desenvolvimento do turismo, no âmbito do poder local com as perspectivas de valorização do patrimônio histórico-cultural, qualificação profissional e inclusão social, especialmente, a inserção de jovens no mercado de trabalho. No referido exercício, inúmeras ações foram empreendidas visando apoiar o artesanato de tradição para valorizar a cultura local. Foram investidos aproximadamente R\$ 7,5 milhões em ações de fomento à produção artesanal, industrial e agropecuária, que possuem atributos naturais e culturais para a agregação de valor à oferta turística e à ampliação da permanência e dos gastos do turista nos destinos brasileiros, com impactos diretos na geração emprego e renda.

Os parâmetros de qualidade dos serviços turísticos do País foram definidos por meio de instrumentos regulatórios, que

estipulam os requisitos mínimos dos produtos e serviços turísticos. Já o controle, foi feito por meio do cadastramento e da fiscalização das empresas, empreendimentos, equipamentos e profissionais de turismo.

No exercício passado, foram realizadas 5,5 mil fiscalizações dos serviços turísticos, sob a competência dos Órgãos Estaduais de Turismo por Convênio de Descentralização de Atividades, para verificação do cumprimento dos dispositivos da legislação brasileira relacionada à atividade. Também foram efetivados 12,1 mil registros no Cadastro Geral de Turismo (Cadastur), dentre os quais renovações e novas concessões de cadastro (15% a mais que em 2006). Parte desse resultado é devido ao Projeto Incentivo ao Cadastramento dos Prestadores de Serviços Turísticos, uma campanha para divulgação do Cadastur. Os empreendimentos pertencentes ao Cadastro englobam boa parte da cadeia do turismo, como guias de turismo; instituições de ensino; cursos relacionados ao setor; bacharéis em turismo; agências de turismo; organizadoras de eventos e de feiras; meios de hospedagem; parques temáticos; transportadoras turísticas, dentre outros.

Com o objetivo de buscar a formalização e qualificar o atendimento dos prestadores de serviços turísticos dos destinos indutores do desenvolvimento regional, foi desenvolvido o Projeto Verão Legal. Ele prevê jornadas sensibilizadoras e vistorias integradas dos prestadores de serviços turísticos, em parceria com órgãos estaduais de turismo, órgãos reguladores das áreas envolvidas nos projetos, dentre outros. Até o final de 2007, o Projeto sensibilizou e mobilizou 850 prestadores de serviços nos 26 Estados e no Distrito Federal.

#### **g) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro**

O Governo tem incrementado o financiamento a campanhas publicitárias e educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais, que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem a realização de viagens. Como destaque na promoção do turismo para mercado interno, em 2007, está a divulgação do já mencionado Programa Viaja Mais – Melhor Idade, para a qual foi desenvolvida uma campanha publicitária em diversos meios de comunicação (TV, jornal, revista, mobiliário urbano, rádio e Internet). Na área de eventos, o destaque, em 2007, ficou com os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos, que também contaram com várias ações de promoção e publicidade, incentivando o turista a conhecer o Rio de Janeiro e a visitar ainda outros destinos brasileiros. Foi desenvolvida uma campanha para o público jovem, tradicionalmente com forte identificação com o esporte. Foi montado, na praia de Copacabana, um local de exposição dos destinos turísticos brasileiros: a Praça das Medalhas. No espaço, com três grandes tendas na areia distribuídas em 1.300 m<sup>2</sup>, reuniram-se milhares de pessoas no período dos Jogos, entre fãs do esporte, famílias e turistas do Brasil e do exterior. Na Praça, foram realizadas apresentações, shows, manifestações culturais e homenagens aos atletas dos Jogos. Outro projeto desenvolvido por ocasião dos Jogos foi a sinalização de 124 táxis que eram dotados de serviço de tradução instantânea para o turista estrangeiro.

Outro acontecimento que mobilizou esforços publicitários foi a vitoriosa campanha que elegeu o Cristo Redentor como uma das Sete Maravilhas do Mundo. A campanha foi composta por cinco inserções publicitárias, em jornais de grande circulação, incentivando a população a votar no Cristo como uma das maravilhas do Mundo. A campanha mostrou-se bem-sucedida e o Cristo Redentor apresenta-se cada vez mais como um ícone do turismo brasileiro reconhecido nos quatro cantos do mundo.

No âmbito do mercado interno estão previstas para 2008: ampliação das campanhas de divulgação do Programa Viaja Mais – Melhor Idade; promoção das ações de qualificação profissional para a Copa do Mundo de Futebol de 2014; e nova campanha para

o turismo, que discuta os hábitos de consumo do brasileiro e o leve a considerar cada vez mais a viagem em sua cesta de consumo.

Foi lançada, em 2007, a segunda fase do Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil, que definiu as bases para todas as ações de divulgação do País no exterior. O referido plano tem como um de seus principais objetivos inserir o Brasil entre os 20 maiores destinos turísticos do mundo.

Comparando-se os dados de 2007, apurados e apresentados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos Boletins de Desempenho Econômico do Turismo, com os do ano anterior, verifica-se que o faturamento do setor de turismo no Brasil cresceu 13,5%. O crescimento do setor também se confirma no que diz respeito à contratação de pessoal. O saldo de novas contratações é 50% superior ao de 2006. Outro dado que demonstra o bom desempenho do setor turismo, em 2007, refere-se ao ingresso no País de US\$ 4,9 bilhões de divisas trazidas por turistas estrangeiros. Além disso, 6,4 milhões de passageiros desembarcaram de vôos internacionais e aproximadamente 50 milhões de desembarques foram contabilizados com relação aos vôos nacionais. As perspectivas para 2008 são bastante promissoras. A divulgação, com antecedência, do calendário de promoção comercial do turismo brasileiro, até junho de 2008, também é um fator que propiciará aos empresários, entidades e órgãos públicos a oportunidade de melhor planejar as ações e organizar a participação em vários eventos internacionais propiciando a divulgação do potencial turístico brasileiro.

#### **h) Turismo Sustentável e Infância**

O Programa Turismo Sustentável & Infância tem como objetivos a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo. Esse trabalho é realizado por meio da sensibilização, da mobilização e da qualificação da cadeia produtiva do turismo para a adoção de práticas sustentáveis na promoção do Brasil como destino turístico e da adoção de parcerias intersetoriais.

Em 2007, foi implantado Projeto Piloto, na cidade de Fortaleza, onde foram qualificados 300 jovens em situação de vulnerabilidade social para inclusão no mercado de trabalho dos segmentos do turismo. Em 2008, está prevista a implantação do Projeto nas seguintes cidades brasileiras: Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Porto Alegre, Belém, Rio de Janeiro, São Paulo e na Baixada Santista. No citado exercício também foram executadas as seguintes outras relevantes ações, como a distribuição de aproximadamente 1.200.000 materiais de comunicação em importantes eventos nacionais como carnaval, festas regionais juninas, Jogos Pan-Americanos, e a realização de 14 Seminários de Sensibilização em diversos Estados.

Para 2008, estão previstas ações de mobilização, sensibilização e formação de multiplicadores na cadeia produtiva do turismo nas cidades de Salvador, Porto Seguro, Mata de São João, Recife, Olinda, Ipojuca, Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná e Candeias dos Jamaris, bem como em seis comunidades de escolas de samba no Rio de Janeiro e São Paulo.

## **4. Trabalho e Emprego**

### **a) Estímulo à Geração de Emprego e Renda**

O ano de 2007 confirmou o acerto da estratégia de intensificar a utilização de recursos dos fundos públicos para estimular o investimento e, em decorrência, ampliar a geração de emprego e renda.

No âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o estímulo ao investimento e à geração de emprego ocorre por meio das linhas de crédito constituídas do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). A reestruturação das linhas de crédito, iniciada em 2003, garantiu maior articulação com as estratégias e prioridades das políticas sociais e territoriais de desenvolvimento. A implementação da nova metodologia de alocação dos recursos, a partir de 2005, evitou que os recursos do Fundo ficassem nas tesourarias desses agentes.

O resultado dessas ações se expressa em substancial aumento no número de operações realizadas, bem como do volume aplicado. De janeiro a agosto de 2007, foram realizadas mais de 1,5 milhão de operações, resultando em um volume de financiamento de R\$ 12,6 bilhões. Analisadas em um horizonte temporal mais amplo, as linhas de crédito do FAT oferecem resultados ainda mais expressivos. Entre janeiro de 2003 a agosto de 2007, foram realizadas 10,4 milhões de operações e concedidos financiamentos em um montante total de R\$ 79,4 bilhões. Entre as linhas de crédito com recursos do FAT, merece destaque o Proger Urbano, cujo público alvo é composto, principalmente, por micro e pequenos empreendimentos urbanos. De janeiro a agosto de 2007, foram realizadas 1,2 milhão de operações de financiamento a esses empreendimentos, com a aplicação em créditos de R\$ 4,6 bilhões. Para 2008, novas alterações nos programas/linhas de crédito serão propostas ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), para extinguir a sobreposição, reduzir a pulverização do funding FAT e racionalizar os programas/linhas existentes.

No que diz respeito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), foram aplicados, em 2007, cerca de R\$ 10 bilhões em Habitação, Saneamento e Infra-estrutura incluindo o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), beneficiando mais de 19,8 milhões de pessoas, além da destinação de R\$ 1,79 bilhão para subsídios na área de habitação popular (famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.875,00). Em 2007, o Conselho Curador do FGTS aprovou o orçamento mais expressivo de sua história, para execução em 2008, com previsão de recursos da ordem de R\$ 14,740 bilhões, sendo R\$ 11,140 bilhões para habitação e subsídios, R\$ 3,150 bilhões para saneamento e R\$ 450 milhões para infra-estrutura. Esses valores representam incremento de 28,76% e 16,67%, respectivamente, em relação aos constantes do orçamento de 2007. Para 2008 objetiva-se conferir efetividade à execução desse orçamento, criando condições para que as instituições financeiras contratem operações de crédito em quantidade suficiente para dar vazão aos recursos alocados, com a conseqüente execução dos projetos nas mencionadas áreas. Foi aprovada, também, medida que beneficiará seus cotistas, permitindo o financiamento de até R\$ 245 mil em imóveis com valor de avaliação até R\$ 350 mil.

Outro fato relevante foi a criação, por meio da Medida Provisória nº 349, de 2007, convertida na Lei nº 11.491, de 2007, do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), no âmbito do PAC. Precedido de amplo debate no Conselho Curador do FGTS e na sociedade brasileira, o FI-FGTS destina-se a prover recursos para investimentos nos setores de energia, rodovia, ferroviária, hidrovia, porto e saneamento, no valor de até 80% do patrimônio líquido do FGTS (registrado em 31 de dezembro de 2006).

Em 2008, o FGTS terá o grande desafio de aplicar os recursos do FI-FGTS, já definidos inicialmente em R\$ 5 bilhões, nos mencionados setores. O FI-FGTS tem um delineamento operacional semelhante ao dos inúmeros fundos existentes no mercado e parte do sucesso de sua empreitada dependerá da estruturação de sua governança, a cargo do Conselho Curador do FGTS.

#### **b) Recuperação do Mercado de Trabalho Formal**

O bom desempenho do nível de emprego registrado entre os anos de 2003 e 2007 confirmou-se como um dos traços distintivos deste Governo. Em 2006, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), foram criados 1.916.632 empregos formais (assalariados com carteira de trabalho assinada e estatutários), resultado recorde em termos absolutos dessa série histórica, iniciada

em 1985. Tal comportamento foi oriundo do desempenho favorável observado em todos os setores de atividade econômica.

Esse resultado soma-se aos alcançados nos três anos anteriores para marcar o quadriênio 2003-2006 com um crescimento sem precedentes no nível de emprego formal. Os números da Rais são inequívocos: de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, foram gerados 6.471.336 empregos. Isso corresponde a uma média mensal de 134.820 empregos.

Há um aspecto qualitativo desse comportamento do emprego que também merece destaque. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, no quadriênio 2003-2006 foram criadas 8.670.095 ocupações, das quais 70% correspondem a formas protegidas de inserção, exprimindo o aumento do grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro.

No ano de 2007, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram gerados 1,617 milhão de empregos celetistas, resultando no crescimento do emprego na ordem de 5,85%, resultado recorde de geração de empregos formais. Todos os setores econômicos apresentaram elevação no emprego, destacando-se, em números absolutos, os Serviços, com a criação de 587.103 postos de trabalho, o Comércio, com a geração de 405.091 empregos, e a Indústria de Transformação, com o acréscimo de 394.584 empregos. Em termos relativos, o destaque fica por conta da Construção Civil, com criação de 176.755 postos, e da Agropecuária que continuou apresentando trajetória de recuperação verificada a partir de 2006.

### **c) Aumentos Reais do Salário Mínimo**

Desde o período 2003-2006 o Governo mantém a política de promover reajustes reais para o salário mínimo. Ao passar de R\$ 200,00 para R\$ 350,00 entre 2003 e 2006, o salário mínimo cresceu muito acima da variação de preços, resultando em clara elevação de seu poder de compra. Em novembro de 2006, o valor real do salário mínimo acumulava crescimento de 39,2% na comparação com dezembro de 2002. Em abril de 2006, quando da elevação para R\$ 350,00 o valor real do salário mínimo alcançou o mais elevado patamar desde novembro de 1985, utilizando como deflator o INPC/IBGE.

Outro parâmetro para mensurar o aumento do poder de compra do salário mínimo é sua comparação com a cesta básica calculada pelo Dieese. Em maio de 2007, o valor real do salário mínimo permitia adquirir 2,8 cestas básicas, ampliação substancial do poder de compra de março de 2003, quando propiciava a compra de 1,4. O aumento real do salário mínimo é um dos fatores determinantes da melhoria do perfil da distribuição da renda ocorrida no Brasil nos últimos anos. A continuidade desse processo, de forma pactuada com os vários atores interessados no tema, é um requisito fundamental para a consolidação do desenvolvimento sustentável com aceleração do crescimento e redução da desigualdade social.

Nesse sentido, é importante destacar o acordo entre o Governo Federal e as Centrais Sindicais, que estabeleceu as bases para uma política de valorização do salário mínimo para o período de 2007 a 2023 com revisões quadrianuais, por ocasião da elaboração dos Planos Plurianuais.

Aprovado pelo Congresso Nacional, o referido acordo fixou o piso legal de remuneração em R\$ 380,00 em abril de 2007. Adicionalmente, foi acordado que, entre 2008 e 2011, os reajustes serão definidos pela reposição da inflação mais a taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, respectivamente para os anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, com antecipação gradual da data base para janeiro até 2010, conforme disposto em projeto de lei que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

#### d) Garantia dos Direitos do Trabalhador

O desenvolvimento com inclusão social requer forte compromisso com os direitos do cidadão. Na área do trabalho, o contínuo fortalecimento da capacidade de fiscalização e garantia dos direitos dos trabalhadores é parte dessa agenda. A ampliação do quadro de Auditores Fiscais do Trabalho e o aprimoramento dos mecanismos de planejamento e respectiva execução resultaram em grandes avanços das ações de fiscalização realizadas pelo Governo, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De janeiro a dezembro de 2007, foram fiscalizados 357.788 empresas ou locais de trabalho, com a regularização da contratação de 746.245 trabalhadores por meio da ação fiscal. Somados aos resultados alcançados no período 2003-2007, foram fiscalizadas 1.678.050 empresas e registrados, sob ação fiscal, 2.865.780 trabalhadores. Antes da ação da inspeção do trabalho, esses trabalhadores não tinham seus direitos laborais assegurados e passaram, com a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social, a usufruir de férias remuneradas, 13º salário, entre outros direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Na área de saúde e segurança do trabalho foram realizadas no ano de 2007, 157.376 inspeções, direcionadas aos setores econômicos que apresentam mais riscos à integridade e à vida dos trabalhadores, o que permitiu a correção de 849.797 situações de descumprimento da legislação específica. Foram detectadas 3.871 situações de risco grave e iminente à vida do trabalhador, que levaram à imposição de embargos e interdições, até que as condições de trabalho fossem regularizadas.

O Programa de Alimentação do Trabalhador alcançou, em 2007, a marca de 10 milhões de trabalhadores beneficiados e de 116 mil empregadores inscritos. Com o objetivo de melhorar a qualidade da alimentação consumida pelos trabalhadores beneficiados, o Governo, por intermédio do MTE, revisou os parâmetros nutricionais mínimos exigidos pela regulamentação do Programa, bem como encontra-se em andamento discussão sobre a certificação, pelo Inmetro, das cestas de alimentos fornecidas no âmbito do Programa.

A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, teve como resultado, em 2007, de janeiro a dezembro, o afastamento de 7.812 crianças do trabalho. Ainda em relação à fiscalização do trabalho de adolescentes, foi intensificada a fiscalização indireta, que consiste na notificação prévia às empresas para que comprovem o cumprimento da lei em relação ao preenchimento das cotas de aprendizagem. Essa é uma atividade complementar às ações fiscais realizadas *in loco*.

Com relação à erradicação do trabalho escravo, foram realizadas em 2007, 110 operações conjuntas do MTE, Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho, que fiscalizaram 197 fazendas e libertaram 5.877 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão. O Cadastro de Infratores, que reúne o nome de empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, recebeu, em dezembro de 2007, a oitava atualização, passando a conter 189 nomes de pessoas físicas e jurídicas. Para 2008, prevê-se a definição conjunta pelos atores de Governo e da sociedade civil das políticas públicas voltadas para os maiores focos de crescimento do trabalho infantil – trabalho em regime de economia familiar e o trabalho infantil doméstico – nos quais a intervenção da fiscalização do trabalho não é legalmente possível e a intensificação das ações de fiscalização para expansão do número de contratações de aprendizes, principalmente oriundos de grupos mais vulneráveis. Para a erradicação do trabalho escravo, também em 2008, o Governo desenvolverá ações preventivas nos locais de aliciamento de trabalhadores, sobretudo por meio do fortalecimento da intermediação pública de mão-de-obra rural.

### e) Democratização das Relações de Trabalho

Em 2007, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) priorizou mudanças pontuais na legislação sindical e na trabalhista, por meio de ajustes na legislação. O FNT teve atuação destacada para um importante resultado em 2007 no campo da reforma sindical: consolidou o acordo para o reconhecimento das Centrais Sindicais, com previsão, inclusive, de sua sustentação financeira, de modo que o movimento sindical conte, a partir de agora, com uma instância de organização horizontal e representativa para todos os trabalhadores no País, independentemente de sua categoria profissional. Esse acordo foi consubstanciado no Projeto de Lei nº 1.990, de 2007, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Outro avanço obtido em 2007 foi a regulamentação do trabalho no comércio aos domingos, que garantiu mais dias de descanso ao trabalhador desse setor e assegurou que suas condições de trabalho devem ser previstas em convenção coletiva. Esse dispositivo foi regulamentado pela Medida Provisória nº 387, de 2007, posteriormente convertida na Lei nº 11.603, também de 2007. Cerca de oito milhões de trabalhadores comerciários já estão sendo beneficiados pela nova regra.

Ainda em 2007, como parte do desenvolvimento do Sistema Integrado de Relações do Trabalho – SIRT, foi lançado, em âmbito nacional, o Sistema Mediador. Esse Sistema viabilizará uma base de dados com todas as convenções e acordos coletivos celebrados no País, permitindo consultas, via Internet, pela sociedade em geral. Foi iniciado, também, o desenvolvimento do Homolognet, um módulo do SIRT de controle e monitoramento de todas as rescisões de contrato de trabalho efetuadas no território nacional, além de dar assistência aos trabalhadores e empresas na homologação de rescisões. O Homolognet deverá ser implementado em 2008. Está prevista, também em 2008, a implementação de mais um subsistema do SIRT: o Módulo de Alteração Estatutária, que conferirá maior agilidade na análise e no deferimento dos pedidos formulados pelas entidades sindicais para alteração de suas representações sindicais, bem como possibilitará ao MTE verificar, de forma célere, a existência de possíveis conflitos de representação, gerado por essas solicitações.

### f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda

O Brasil conta com um conjunto amplo de políticas na área do trabalho, construídas de forma participativa, na maioria das vezes por meio de instâncias e conselhos tripartites, e implementadas em parceria com outras instâncias governamentais e organizações da sociedade. Considerando a qualificação social e profissional como um direito do cidadão, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) vem apresentando grande efetividade social, resultado das reformulações conceituais e metodológicas que orientaram a sua criação, em 2003. A carga horária média dos cursos de qualificação foi elevada continuamente, passando de 62,4 horas em 2002 para 200 horas a partir de 2006, com ganhos de qualidade pedagógica expressivos, devido, em grande medida, ao estabelecimento de conteúdos mínimos para os cursos. Em 2007, foram firmadas parcerias para qualificar 160,7 mil trabalhadores, com base em um orçamento de R\$ 97 milhões, totalizando, assim, no período de 2003 a 2007, 722 mil trabalhadores qualificados em cursos de qualificação promovidos no âmbito do PNQ.

Destaca-se a adoção, a partir de 2005, de uma nova modalidade para implementação do PNQ, os chamados Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs). Trata-se de instrumento que articula a ação de qualificação social e profissional a demandas efetivas de vários setores de atividade econômica, identificadas por meio de negociação coletiva com representantes de trabalhadores, empresários e movimentos sociais. No âmbito dos PlanSeQs, os convênios firmados, com recursos do orçamento de 2007, têm como meta qualificar 23,3 mil trabalhadores, para os setores de transporte e logística, metalurgia, manejo florestal, comércio,

aeronáutico, tecnologia da informação, construção civil pesada, sucroalcooleiro, microcrédito, petróleo e gás, naval e têxtil. Esses cursos estarão ocorrendo até dezembro de 2008. Com recursos do orçamento de 2006, porém, executados em 2007, no âmbito dos PlanSeQs foram qualificados 16,1 mil trabalhadores nos setores de agricultura familiar, turismo social e ecológico, economia solidária, indústria naval, *software*, pólo turístico industrial, reforma agrária, serviços industriais, plásticos, hidroelétrica, biodiesel e máquinas agrícolas. Outra ação inovadora no âmbito da qualificação é a certificação profissional que visa aumentar a inserção e a mobilidade dos trabalhadores, por meio da avaliação e certificação dos conhecimentos, habilidades e atitudes profissionais desenvolvidos em processos formais ou informais de aprendizagem. Em 2007, foi implantada a dimensão de certificação no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) nos Municípios de Campinas, Guarulhos, Osasco, Santo André, Diadema e Limeira.

As ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra são realizadas no Brasil, por intermédio da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Até novembro de 2007, foram colocados 907.861 trabalhadores no mercado de trabalho por meio destas parcerias. No acumulado de 2003 a novembro de 2007, foram colocados no mercado de trabalho 4,4 milhões de trabalhadores. A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra deve-se a mudanças implementadas pelo Governo na execução das parcerias com Estados e Municípios, que permitiram resultados mais expressivos mesmo com menor disponibilidade de recursos. Cabe ainda registrar que, no ano de 2007, a meta de criação de 300 postos para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) foi superada em mais de 10%.

A habilitação e o pagamento do seguro-desemprego são ações de proteção ao trabalhador que vêm sendo aprimoradas. Estas ações compõem a assistência financeira temporária concedida ao trabalhador desempregado sem justa causa do mercado de trabalho formal, beneficiando ainda os pescadores artesanais que têm sua atividade produtiva interrompida parcial ou totalmente. O seguro desemprego beneficiou, até dezembro de 2007, 5,45 milhões de trabalhadores formais, além de 243.035 pescadores artesanais em período de defeso. Destaque-se, ainda, que 3.835 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão, em decorrência de ação de fiscalização, receberam seguro desemprego em 2007.

O abono salarial é outro benefício importante pago com recursos do FAT. Podem receber esse benefício todos os trabalhadores que contribuem para o PIS/Pasep e cuja remuneração, no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos. Desde 2003, o número de benefícios pagos vem crescendo.

No decorrer do ano de 2007 foram identificados 14,3 milhões de trabalhadores com direito ao benefício, dos quais 13,8 milhões de abonos foram pagos. A taxa de cobertura do abono salarial (relação entre o número de trabalhadores que efetivamente receberam o benefício e aqueles identificados com direito) foi de 96,4%, sendo a melhor desde a criação do benefício. Os recursos envolvidos somaram R\$ 5,14 bilhões.

Diante dos desafios à inserção do jovem no mundo do trabalho, desde o início do atual Governo estão sendo construídos programas e ações que propiciem atendimento prioritário a esta parcela da população.

A partir de janeiro de 2008, o Programa Primeiro Emprego será extinto e entrará em vigor o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. O novo Programa tem como meta a garantia de maior escala, integração e visibilidade das ações governamentais para a juventude. O Programa é dividido em: ProJovem Urbano, ProJovem Campo – Saberes da Terra, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. O ProJovem Trabalhador será composto por ações voltadas para a preparação do jovem para o mercado de trabalho, e para ocupações alternativas geradoras de renda.

Ainda com relação às perspectivas para 2008, haverá o aprofundamento de ações prioritárias em curso, como as que se referem à Agenda Social do Governo Federal, um dos três pilares em que está apoiado o PPA 2008-2011, juntamente com o PAC e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Voltada para a viabilização do incremento da renda das famílias trabalhadoras e a redução das desigualdades no País, tem como desafio articular políticas públicas e propiciar o acompanhamento da implementação dos programas cujo escopo ultrapasse a competência de um único Ministério.

No âmbito desse esforço, o Governo, por intermédio do MTE, desenvolverá em 2008 ações para qualificação social e profissional de 200 mil beneficiários do Bolsa Família, por meio PlanSeQs – Planos Setoriais de Qualificação.

Também em 2008, terá prosseguimento a reestruturação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. A próxima etapa deste processo será o encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de marco regulatório para democratizar a gestão das políticas públicas de emprego, redefinir os papéis dos Entes Federativos no Sistema e garantir a destinação anual de percentual das receitas primárias do FAT para financiamento das ações que compõem o referido Sistema.

#### **g) Estímulo à Economia Solidária**

Segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, que já mapeou mais de 50% dos Municípios brasileiros, verifica-se a existência, em 2007, de mais de 23.000 empreendimentos solidários atuantes no Brasil, distribuídos em 2.274 municipalidades e que envolvem mais de dois milhões de pessoas. Para estimular esse conjunto de empreendimentos, várias ações vêm sendo implantadas pelo Governo.

Em 2007, foi ampliada a rede de agentes de desenvolvimento local e economia solidária espalhados por todas as Unidades da Federação. Hoje, os 510 agentes de desenvolvimento solidário, que estão trabalhando em mais de 400 comunidades carentes, fornecem apoio e assessoria e articulam ações para a constituição de empreendimentos econômicos solidários. Atualmente, existem 723 empreendimentos acompanhados, que beneficiam mais de 46,5 mil trabalhadores diretamente e 280 mil pessoas indiretamente. Ao final de 2006, a expansão do número de agentes de desenvolvimento foi articulada com o Programa Bolsa Família, com o propósito de apoiar a geração de trabalho e renda para beneficiários desse Programa, bem como com ações de implantação da Agenda 21.

Em 2007, foi realizada a formação de mais de 200 gestores públicos de economia solidária, que vêm desenvolvendo políticas públicas de economia solidária em âmbito municipal e estadual. Além disso, na relação federativa com Estados e Municípios, foram inaugurados cinco novos Centros Públicos de Economia Solidária, potencializando as políticas e suas articulações e fazendo com que a população tenha um acesso mais próximo e constante à política pública de economia solidária.

Cerca de 2.500 empreendimentos de economia solidária receberam apoio para aprimorar sua capacidade de geração de trabalho e renda, por meio da constituição de redes de produção entre eles. Nesse sentido, foram apoiadas as redes produtivas no setor têxtil, metalúrgico, artesanato, agricultura familiar, entre outros. Essas redes reúnem centenas de empreendimentos e milhares de trabalhadores, e possibilitam o fortalecimento econômico dos empreendimentos e a abertura de canais de comercialização aos mesmos. No sentido também da comercialização dos produtos e serviços produzidos pelos empreendimentos de economia solidária, foi desenvolvido o Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, o qual abrange todo o território nacional e envolve mais de 3.000 empreendimentos econômicos solidários. Os bons resultados dessa

ação referendam o início da constituição de um Sistema Nacional de Comércio Justo Solidário, que irá beneficiar todos os empreendimentos econômicos solidários mapeados no Brasil.

A recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão também recebeu forte estímulo. Em 2007, foram apoiados mais de uma centena de processos de recuperação de empresas autogestionárias, por meio de assessoria técnica, qualificação de trabalhadores, domínio dos mecanismos estabelecidos pela nova Lei de Falências para recuperação de empresas falidas e acompanhamento da atividade econômica por instituição especializada.

Um dos grandes desafios enfrentados por todos esses empreendimentos é a necessidade de acesso ao crédito e financiamento. Foi criada, pelo BNDES, uma linha específica para o financiamento de empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão. Com R\$ 200 milhões, essa linha deverá se constituir em um instrumento fundamental para que postos de trabalho de empresas que entram em falência não sejam fechados, mas se tornem oportunidades de consolidar setores estratégicos da economia solidária no Brasil.

Cabe destacar o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc). Em 2007, foi mantido o apoio a 43 incubadoras universitárias de cooperativas populares que já atuavam no âmbito desse Programa, fornecendo assistência técnica e de gestão a grupos de produção e cooperativas e gerando mais de 14 mil postos de trabalho diretos. Esse Programa foi ampliado para 36 novas universidades, que estão criando incubadoras de cooperativas segundo os critérios do Proninc.

Em 2008, pretende-se dar continuidade ao mapeamento da economia solidária, por meio de visitas e entrevistas em todos os empreendimentos mapeados, expansão do número de Municípios mapeados e do número de empreendimentos econômicos solidários cadastrados, objetivando alcançar um total de 28.000.

## 5. Inclusão Bancária e Microcrédito

Foram tomadas três medidas, em dezembro de 2007, aperfeiçoando a regulamentação que dispõe sobre a cobrança de tarifas bancárias e o custo de operações de crédito. O objetivo é aumentar os níveis de concorrência no sistema financeiro, com foco em clientes pessoas físicas.

A primeira delas, a padronização da nomenclatura de tarifas, busca aumentar a transparência das informações disponíveis ao cliente, permitindo a comparação de preços e viabilizando a escolha da instituição que o atenda melhor. As instituições serão obrigadas a oferecer pacote básico de serviços prioritários. Os serviços especiais, tais como crédito rural, crédito imobiliário e microfinanças, por terem legislação e regulamentação específica, não sofreram alterações e os serviços diferenciados, tais como entrega em domicílio e aluguel de cofre, devem ser objeto de contrato explícito entre clientes e instituições.

A segunda é a obrigação de as instituições financeiras, na contratação de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro com pessoas físicas, informarem previamente o Custo Efetivo Total (CET) da operação para o tomador, expresso na forma de taxa percentual anual.

A terceira é a adoção de nova disciplina para a Tarifa pela Liquidação Antecipada (TLA) de operações de crédito e de arrendamento mercantil, com a vedação às instituições financeiras e às sociedades de arrendamento mercantil de cobrança de

tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, firmados, a partir de dezembro de 2007, com pessoas físicas e com microempresas e empresas de pequeno porte de que tratam a Lei Complementar nº 123, de 2006.

Em 2007, destaque ainda para a edição de conjunto de normas que objetivam aperfeiçoar o arcabouço regulatório prudencial brasileiro, no que se refere à gestão de riscos nas instituições financeiras e revisão das regras de requerimento de capital. Mencionadas normas fazem parte da implementação da primeira fase do projeto Basileia II, conforme cronograma anteriormente divulgado. Outra regra relevante foi a determinação para que as instituições financeiras implementem, até junho de 2008, estrutura de gerenciamento do risco de mercado, compatível com a natureza das operações realizadas, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco de mercado de cada instituição, além da definição de critérios mínimos para a classificação de operações na carteira de negociação. As instituições financeiras também deverão apurar e alocar capital para o risco de mercado existente nas posições não classificadas na carteira de negociação (*trading book*), ou seja, nas operações consideradas como *banking book*.

O acompanhamento da evolução dos padrões contábeis internacionais também tem demandado ações objetivando a adequação da regulamentação do SFN a esses padrões internacionais, com a identificação das necessidades de convergência às normas internacionais de contabilidade e às normas internacionais de auditoria. O propósito é que, a partir de diagnóstico, sejam adotados procedimentos para a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas a partir de 31 de dezembro de 2010, em consonância com os pronunciamentos do Grupo de Padrões Internacionais de Contabilidade (IASB), bem como a observância das normas editadas pela *International Federation of Accountants* (IFAC) para a prestação de serviços de auditoria independente.

#### **a) Ampliação do Volume de Crédito**

Está em fase de desenvolvimento o Sistema de Registros de Créditos do Banco Central (SCB), cujo objetivo é facilitar a obtenção pelas instituições financeiras de informações sobre o histórico dos atuais e dos potenciais clientes, no que diz respeito aos créditos por eles contraídos no Sistema Financeiro Nacional.

Serão registradas no SCB informações relativas a operações de crédito, a operações de arrendamento mercantil financeiro, a obrigações e garantias prestadas pelas instituições financeiras, a operações baixadas como prejuízo, a créditos contratados a liberar e a quaisquer outras operações com características de concessão de crédito.

O registro no novo sistema será obrigatório para os bancos múltiplos; bancos comerciais; Caixa Econômica Federal; BNDES; Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame); bancos de investimento; bancos de desenvolvimento; sociedades de crédito imobiliário; sociedades de crédito, financiamento e investimento; companhias hipotecárias; agências de fomento; associações de poupança e empréstimo; sociedades de arrendamento mercantil; cooperativas de crédito; sociedades de crédito ao microempreendedor; e bancos de câmbio.

O SCB permitirá, em um primeiro momento, a identificação de informações dos clientes cujas operações de crédito apresentem valores a partir de R\$ 3.000,00. Em uma etapa seguinte, esse valor deverá ser reduzido para R\$ 1.000,00, para permitir a cobertura de uma significativa faixa de operações ainda não contemplada no atual Sistema de Informações de Créditos do Banco Central (SCR).

Durante o ano de 2007, os números agregados do SFN apresentaram trajetória positiva, com destaque para o incremento no volume de ativos, em especial no que se refere às operações de crédito que atingiram 34% do PIB, e nos indicadores de capitalização e eficiência que, em seu conjunto, sinalizam uma melhoria da situação de solidez do mercado financeiro. O volume de operações de crédito no SFN atingiu R\$ 909 bilhões em novembro de 2007. Esse montante correspondeu a um crescimento de 26,7% em relação a novembro de 2006.

O volume de empréstimos ao setor habitacional totalizou R\$ 44,4 bilhões com crescimento de 26% nos doze meses até novembro de 2007. O fluxo dos recursos da caderneta de poupança destinados a pessoas físicas e a cooperativas habitacionais atingiu R\$ 15,8 bilhões, até novembro de 2007, ante R\$ 8,2 bilhões em período equivalente de 2006. Os financiamentos para aquisição de veículos automotores também registraram expressivo crescimento, da ordem de 26,8% em 12 meses. Essa modalidade é a mais representativa entre aquelas direcionadas a pessoas físicas, com participação de 18,3%, correspondente a R\$73,4 bilhões. A participação desse tipo de financiamento situa-se em 3,5 % ou R\$16,5 bilhões do montante das operações contratadas com pessoas jurídicas.

O processo de flexibilização da política monetária levou à redução nas taxas de juros praticadas nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os juros médios cobrados nas modalidades de financiamento para pessoas jurídicas passaram de 26,2% a.a. para 23,3% a.a., entre dezembro de 2006 a novembro de 2007. Para pessoas físicas, o custo financeiro médio recuou de 52,1% a.a. para 44,8% a.a. nessa mesma base comparativa, com redução nos *spreads* bancários cobrados pelas instituições financeiras.

O indicador de inadimplência apresentou tendência de queda no período quando se compara a média da taxa de inadimplência, acima de 90 dias, que era de 5% em novembro de 2006, com a média de novembro de 2007 de 4,5%. Tanto as médias de inadimplência quanto as médias de provisionamento sinalizam que as instituições financeiras reconhecem que houve redução no risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional.

#### **b) Acesso aos Serviços Bancários**

O Programa de Inclusão Bancária do Governo tem permitido o acesso de milhões de famílias de baixa renda ao sistema bancário (abertura de contas, pagamentos com débito automático, crédito, etc). O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal foram instituições bancárias pioneiras no Programa, e o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste também têm importante participação.

Com vistas a expandir os pontos de atendimento, o Banco do Nordeste aderiu ao compartilhamento da infra-estrutura física da rede bancária, formalizando com o Banco do Brasil e com a Rede Verde-Amarela (RVA) parceria para compartilhar os terminais de auto-atendimento e prestar atendimento aos clientes BNB fora das agências. Está também em processo de negociação com a Caixa Econômica Federal para ampliar, ainda mais, os canais de atendimento por meio de Correspondentes Bancários (lotéricas da Caixa).

O Banco Popular do Brasil (BPB), criado em 2003, é voltado eminentemente para operações de microfinanças, com destaque para a inclusão bancária e a democratização do acesso ao crédito. Desde a sua criação, foram abertas 1,4 milhão de contas simplificadas (posição em 2007), permitindo à população de baixa renda acesso aos serviços financeiros tradicionais, tais como

crédito, cartão de débito e seguro de vida. Visando dar maior mobilidade e comodidade aos clientes, o Banco Popular lançou, em março de 2007, o cartão de débito Visa Electron, que já conta com mais de 220 mil cartões ativados. Em novembro de 2007, a rede de atendimento do BPB contava com 2.751 correspondentes, atuando ativamente em 1.345 municípios brasileiros, que processaram, no ano de 2007, mais de 45 milhões de transações bancárias, superando em 32,4% o efetivado em 2006.

O Banco Postal, gerido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), tem beneficiado mais de 45 milhões de brasileiros que não contavam com agência bancária em suas localidades. Dessa forma, auxilia no desenvolvimento dos pequenos Municípios, permitindo que as pessoas apliquem seus recursos financeiros na própria localidade onde residem. O serviço é prestado pela rede de atendimento dos Correios. Além das operações financeiras básicas, de abertura de contas correntes e poupança e de pagamento e recebimento de títulos, oferece operações de microcrédito com a menor taxa de juros do mercado, 2%, e prazo de até 24 meses, com limites de R\$ 600,00 e R\$ 1.000,00 para pessoas físicas e jurídicas respectivamente.

Em 2007, até o mês de setembro, foram abertos 197 novos pontos, totalizando uma rede de 5.760 agências, com 11.815 terminais em operação. Foram abertas 1,2 milhão de novas contas, chegando ao total de 6,7 milhões de correntistas, a maioria com renda de até três salários mínimos. O Banco Postal efetivou ainda cerca de 506 mil operações de microcrédito neste ano. Desde o início de sua implantação, em 2002, foram efetuados mais de 2,4 milhões de contratos de microcréditos e empréstimos comuns, gerando um total de R\$ 2,1 bilhões emprestados aos cidadãos. O Banco efetua, ainda, o pagamento mensal a mais de 700 mil beneficiários da Previdência Social.

Em 2008, o Banco Postal ampliará suas ações para aumentar, por meio de abertura de contas, a participação de mercado dos clientes que não dispõem de serviço bancário; garantir a melhoria continuada da qualidade dos serviços; promover alternativas de canais de atendimento por meio de instalação de máquinas de auto-atendimento; ampliar a oferta de produtos e serviços financeiros; e garantir o atendimento e o esclarecimento ao cidadão sobre a utilização do Banco Postal.

### **b.1) Contas Simplificadas**

De janeiro de 2004 a outubro de 2007 foram abertas mais de 7.400.000 contas corrente simplificadas e mais de 320.000 contas poupança simplificadas no Brasil. Em outubro de 2007, o saldo médio das contas corrente simplificadas ativas era de R\$ 53,09, enquanto que nas contas poupança ativas era de R\$ 30,82.

Desde a criação do Programa, em 2003, até outubro de 2007, o Banco da Amazônia, por exemplo, possibilitou a abertura de 32.600 contas simplificadas. No âmbito do Programa Banco para Todos, o BNB realizou, em 2007, a abertura de 118.496 contas correntes simplificadas, totalizando 362.099 contas correntes.

### **c) Crédito Consignado**

O crédito consignado em folha de pagamento representou 57% do crédito pessoal em novembro de 2007. Essa participação foi 3,4% maior que a obtida um ano antes. A taxa de juros média cobrada nas operações de crédito consignado em folha de pagamento foi de 29% ao ano em novembro de 2007, uma redução de 4,5 pontos percentuais em relação aos 33,5% verificados em novembro de 2006. Observa-se ainda que a taxa de juros anual média do consignado (29%) foi de menos da metade da taxa de juros anual média das outras modalidades de crédito pessoal, que atingiram 61,5% ao ano.

A modalidade de operações de crédito com consignação em folha de pagamento apresentou grande crescimento nos últimos anos, tendo sido a fonte de recurso mais procurada pelos assalariados e beneficiários do INSS em todo o País. Sua evolução no período de novembro de 2006 a novembro de 2007 foi de 36,4%, alcançando R\$ 64 bilhões em novembro de 2007. Desse total, o BB contratou R\$ 11,9 bilhões, tendo sido realizadas mais de 2,6 milhões de novas operações.

Na linha BB Crédito Benefício, em 2007 foram beneficiados cerca de 30 mil aposentados e pensionistas do INSS, que contrataram um volume de mais de R\$ 454 milhões em crédito, com taxas diferenciadas. Importante também foi a disponibilização em 2006 e que se fortaleceu em 2007, da antecipação do crédito referente ao 13º salário, ampliando o volume de recursos livres a este público, com a contratação de mais de R\$ 8 milhões, com 28,3 milhões de contratos. Além disso, o Banco do Brasil prevê, para 2008, recursos de R\$ 2,1 bilhões para concessão de novos créditos consignados em folha a aposentados e pensionistas do INSS, que recebem benefícios pelo BB. Este volume proporcionará contratação de 1,1 milhão de novas operações de crédito.

#### **d) Microcrédito e Microfinanças**

Aproximadamente 150 entidades (Fundos Públicos; OSCIPs; ONGs e SCMs) são operadores de microcrédito no Brasil. Essa diversidade de instituições participantes, o estímulo à adoção de melhores padrões contábeis de análise de risco e o bom desempenho da economia permitem que o microcrédito seja um instrumento cada vez mais eficaz para combater a pobreza no Brasil. As linhas de crédito direcionadas ao segmento de baixa renda têm apresentado excelente crescimento. Até outubro de 2007, foram emprestados R\$ 926 milhões (consumo) e R\$ 253 milhões (microempreendedores). O valor médio dos contratos foi de R\$ 109,60 e R\$ 964,63, respectivamente. A concessão de microcrédito pelo Banco Popular do Brasil foi de R\$ 68 milhões, em 2007, totalizando R\$ 396 milhões desde a sua criação, e 3,2 milhões de contratos. Em decorrência do baixo valor médio das operações de crédito, R\$ 123,00, o Banco Popular consegue atingir um quantitativo maior de pessoas das camadas menos favorecidas da população brasileira, contribuindo para a popularização das microfinanças no Brasil.

Já o Banco da Amazônia concede crédito à população de baixa renda, no âmbito do Programa Banco Para Todos, por meio de operações de microcrédito. Essa modalidade de crédito tem sido utilizada na aquisição de bens de consumo e pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura. De 2003 até outubro de 2007, foram contratadas 50 mil operações, no valor de R\$ 28,1 milhões, com valor médio de R\$ 561,70 por beneficiário.

##### **d.1) Microcrédito Produtivo Orientado**

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, tem por finalidade contribuir para a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e disponibilizar recursos para o microcrédito. Os recursos do PNMPO – provenientes do FAT e dos 2% dos depósitos à vista (exigibilidade) captados pelas instituições financeiras – são repassados por intermédio dos Bancos Públicos Federais, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e das Cooperativas de Crédito, entre outros.

Do total de R\$ 2,4 bilhões em recursos para operações de microfinanças disponibilizados pela exigibilidade, apenas 11% têm sido aplicado em operações que se caracterizam como Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) (aplicação Microempreendedor). A ampliação do volume de recursos direcionados ao microcrédito produtivo requer o aperfeiçoamento das

normas que regem a liberação dos recursos de exigibilidade, a criação de fundos garantidores de crédito, bem como o fortalecimento institucional das entidades de microcrédito.

Na linha de atuação de fortalecimento institucional, em 2007, foram realizadas oficinas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) do microcrédito (parceria MTE/BNDES). O PDI se incorpora ao objetivo do PNMPO em oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas a construir uma rede autônoma e perene de financiamento da economia popular.

No tocante aos recursos da linha de depósito especial do Fundo de Amparo ao Trabalhador, há ainda um expressivo valor a ser utilizado. Do total disponibilizado de R\$ 200.000.000, 97% dos recursos ainda se encontram no caixa do FAT. Como forma de estimular a expansão dessa modalidade de aplicação, o Codefat vem analisando a possibilidade de repassar diretamente esses recursos para as instituições de microcrédito produtivo orientado que, em 2007, já totalizam 251 unidades habilitadas ao PNMPO, concentradas, principalmente, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Das ações prioritárias para a consecução dos objetivos programáticos em 2008, para o PNMPO, destacam-se: ampliação do número de empreendedores atendidos pelas instituições de microcrédito, principalmente a partir do alcance de uma parcela maior dos cerca de 10 milhões de empreendimentos informais existentes no Brasil (ECINF/IBGE/2003); apoio às Redes de Microcrédito Produtivo Orientado; aprofundamento do diálogo com os bancos públicos para facilitar o acesso a *funding*; capacitação de microempreendedores atendidos pelas Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (Impo); concessão de microcrédito e qualificação profissional aos beneficiários empreendedores do Programa Bolsa Família, por meio da implementação de projeto piloto; desenvolvimento de fundos garantidores acessíveis às Impo; estímulo à interlocução entre Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Cooperativas, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), Agências de Fomentos e Bancos, por meio da criação do Conselho Nacional de Microfinanças; e integração do microcrédito com as demais políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado e pela sociedade civil.

Com relação às normas voltadas à população de baixa renda e microempreendedores, em complementação à Lei nº. 11.110, de 2005, que instituiu o PNMPO, foi editado regulamento contendo os parâmetros para que uma operação seja enquadrada no Programa. Em 2006, para estimular ainda mais a concessão de crédito a esse importante segmento e dar maior efetividade ao setor, optou-se por ampliar alguns dos limites incidentes sobre as referidas operações.

O Sistema de Informações de Crédito (SCR) registrou R\$ 140,3 milhões em operações direcionadas ao microcrédito, dos quais 43,6% foram contratados por SCM. Os restantes 56,4% foram contratados pelos demais tipos de instituições financeiras que registram informações no SCR. No conjunto do Sistema Financeiro Nacional, os estoques contratados diminuíram 2,9% em um ano. Especificamente nas SCMs, os estoques cresceram 10,9% no mesmo período, passando de R\$ 55,2 milhões em setembro de 2006 para R\$ 61,2 milhões em setembro de 2007. Nas demais instituições financeiras, o microcrédito informado ao SCR diminuiu em 11,4%.

O Banco Popular tem firmado várias parcerias, a exemplo dos convênios com o Sebrae nacional, Oscips e cooperativas de crédito, para alavancar as operações de microcrédito produtivo orientado, que fecharam novembro de 2007 com R\$ 3,2 milhões de crédito aprovados e R\$ 1,4 milhão aplicado.

A partir de outubro de 2007, o Banco da Amazônia aderiu ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, lançando o Programa “Amazônia Florescer”, atendendo, dessa forma, o disposto na Lei nº 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal. O Programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito, e sim adotarem estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente, com retorno à instituição supridora dos recursos. Baseada em uma filosofia de “finanças de proximidade”, a metodologia preconiza o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

Em novembro de 2007, o Banco da Amazônia inaugurou sua primeira Unidade-piloto, denominada Posto de Atendimento de Microcrédito (PAM). A partir da inauguração dessa Unidade, o Banco já realizou 1.397 visitas domiciliares e promoveu diversas palestras à população de baixa renda. Até o final de 2007, 120 liberações de crédito estarão efetivadas, no valor médio de R\$ 500,00 cada uma.

Forte instrumento de redução das desigualdades sociais e fortalecimento da cidadania, o Crediamigo do Banco do Nordeste é o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul e o segundo da América Latina. O Programa proporciona a inserção de microempreendedores no mercado. Com 170 agências, 34 postos de atendimento e 1.333 assessores, o Crediamigo leva o microcrédito a 1.435 municípios localizados nos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo e Brasília.

De janeiro a novembro de 2007, foram realizadas 740,6 mil operações de crédito englobando um total de R\$ 709,2 milhões, com crescimento de 20% na quantidade de operações e 24% nos valores aplicados na comparação com igual período do ano passado. Desde o início de suas atividades até novembro de 2007, o Crediamigo já atendeu 753.249 empreendedores, aplicando mais de R\$ 3,4 bilhões. O Programa reduziu a taxa de juros e elevou o valor máximo de endividamento para capital de giro, de R\$ 8.000,00 para R\$ 10.000,00.

Em 2007 foi concluída a expansão do Crediamigo Comunidade, que atualmente conta com mais de 1.000 bancos, atendendo a quase 19 mil clientes. O produto possui um grande potencial para inclusão da população com atividades econômicas incipientes ou mesmo sem atividade, contribuindo fortemente para sua inclusão social. Em 2008, o Banco do Nordeste espera ampliar de 300 mil para 370 mil o número de clientes ativos do Crediamigo. Com isso, estima-se que a carteira ativa cresça de R\$ 236,0 milhões para R\$ 309,0 milhões.

## 6. Incentivo à Aqüicultura e à Pesca

O Governo elaborou o planejamento estratégico para a pesca e aqüicultura fundado na promoção do desenvolvimento sustentável desses setores, articulando atores, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a soberania alimentar do Brasil. Os valores em torno dos quais se construiu o planejamento são: sustentabilidade social, econômica e ambiental; transparência; inovação; garantia de direitos; equidade e participação social; reconhecimento das culturas locais; respeito às diversidades regionais; eficiência, eficácia e efetividade; comprometimento; e desenvolvimento e crescimento com o foco na produção.

A produção de pescados no Brasil, atualmente, gira em torno de 1,2 milhão de toneladas/ano, provenientes da pesca extrativa marinha e continental, bem como da aqüicultura continental e da maricultura. Cerca da metade dessa produção vem da pesca extrativa marinha.

Para 2008, será desenvolvido o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (Sinpesq), contemplando as perspectivas das águas continentais, costeiras e marinhas. Esse Sistema deverá integrar os bancos de dados de diversas instituições governamentais das esferas federal, estaduais e municipais que têm interface com a pesca e aquicultura, além da cooperação com instituições de pesquisa. Prevê-se, também para esse exercício, o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura com o objetivo de estabelecer ações para que o País venha a se transformar em um dos mais importantes produtores de pescado do mundo, meta exequível diante das características de nossos rios e seus aproveitamentos e da extensão da costa marítima brasileira.

#### **a) Ações que Fortalecem a Inclusão e a Organização Social**

Em 2007, foi executado o ordenamento de dois dos principais recursos pesqueiros no Brasil, a lagosta e o camarão sete barbas. Cerca de 2,5 mil barcos receberam permissões de pesca do camarão sete barbas. O ordenamento da frota camaroneira no Sul e Sudeste garante a sustentabilidade da pescaria da espécie, que vinha enfrentando quedas sucessivas na produção. Há 10 anos não eram concedidas novas permissões de pesca para o camarão sete barbas. Para a lagosta, o processo de permissionamento possibilitou que aproximadamente 7.000 pescadores entrassem para a legalidade. As medidas adotadas propiciaram o aumento da produção, no médio prazo, de até 3.000 toneladas. A recuperação da sustentabilidade na pesca favorecerá o aumento na geração de divisas em mais de US\$ 30 milhões por ano, passando de US\$ 70 milhões para cerca de US\$ 100 milhões anuais. Estima-se que a melhoria na renda dos pescadores e de todo o setor será de, no mínimo, 30%, no médio prazo. Para cerca de nove mil pescadores que não conseguiram provar que dependiam da pesca de lagostas, foram oferecidos cursos de alfabetização e capacitação dentro do Programa de Valorização Social e Profissional do Pescador Artesanal, com assistência financeira de R\$ 380,00 mensais, por um período de três meses.

O Programa Pescando Letras para alfabetização dos pescadores atendeu em 2007, 20 mil pescadores, totalizando, nos últimos quatro anos, o atendimento a cerca de 120 mil pessoas. A assinatura do acordo de cooperação técnica com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação viabilizará a inclusão do peixe na alimentação escolar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos. Tal projeto terá efeitos importantes para a geração de renda em assentamentos da reforma agrária, bem como permitirá o desenvolvimento econômico de comunidades no entorno de lagos e usinas hidrelétricas.

#### **b) Fortalecimento do Setor da Pesca**

##### **b.1) Profrota Pesqueira**

O Programa Nacional de Financiamento da Frota Pesqueira Nacional possibilita a exploração autônoma das riquezas de nossos recursos pesqueiros, além de modernizar a frota nacional, melhorar a rentabilidade do setor e as condições de trabalho. Em 2007, foram contempladas 17 embarcações, no valor de R\$ 69,9 milhões. No ano de 2008 está prevista a entrada das seguradoras na operação do Programa, superando uma fase em que armadores e cooperativas enfrentavam dificuldades de acessar os recursos do Programa por falta de garantias. Essa medida vai possibilitar, além da ampliação do acesso ao crédito, uma redução dos prazos para obter financiamentos.

##### **b.2) Subvenção ao Preço do Óleo Diesel Marítimo**

Levando-se em conta que o óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos de um cruzeiro de pesca, a subvenção possibilita

umentar a competitividade no mercado internacional e a rentabilidade dos pescadores, tanto do artesanal quando do industrial. Em 2007, a subvenção passou de 20% para 25%, melhorando ainda mais as condições para a pesca. Foram subvencionados aproximadamente 117 milhões de litros de combustível, até o mês de dezembro (investimento de cerca de R\$ 25,5 milhões). A meta para 2008 é credenciar mais de 3.000 embarcações, ultrapassar os 150 milhões de litros de combustível, com investimento de R\$ 25 milhões.

### **b.3) Crédito aos Pescadores Artesanais e Aqüicultores**

Combinando o incentivo à pesca industrial com o apoio à pesca artesanal, foram produzidos importantes canais de abertura e acesso ao crédito para o pescador e o pequeno e médio aqüicultor, seja por meio do Pronaf, seja dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE, FCO) ou de outras linhas de crédito que foram estimuladas a se adaptar à demanda do setor pesqueiro/aqüícola. Assim, utiliza-se o sistema financeiro público como instrumento estratégico de desenvolvimento da atividade pesqueira.

Em 2007, o resultado preliminar aponta para cerca de 30 mil contratos, representando expansão do crédito significativa para o setor. A meta para 2008 será à construção de instrumentos de crédito que viabilizem e sustentem os planos de desenvolvimento da aqüicultura. Medidas adicionais continuam sendo desenvolvidas para desburocratizar o acesso ao crédito, especialização das linhas existentes de acordo com as necessidades dos tomadores, e a criação de novas linhas ou adaptação de algumas existentes para atender as necessidades identificadas.

### **b.4) Assistência Técnica e Desenvolvimento Tecnológico**

No ano de 2007 importantes passos foram dados em direção à universalização dos serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aqüícola para pescadores artesanais e aqüicultores familiares, a partir da estruturação de redes regionais de entidades governamentais e não-governamentais que atuam junto ao setor pesqueiro de base familiar. Em 2007, foram investidos R\$ 1,6 milhão em assessoria e assistência técnica, qualificação e capacitação dos pescadores, beneficiando mais de cinco mil pescadores artesanais e aqüicultores familiares de todos os Estados do Brasil, com um serviço cada vez mais qualificado e sintonizado com as políticas de desenvolvimento sustentável propostas para o setor.

### **b.5) Uso de Águas da União e Parques Aqüícolas**

No ano de 2007 foram definidos os critérios para o uso da água dos rios, lagos e reservatórios pertencentes à União. Um conjunto de normas gerenciadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) disciplina o aproveitamento das águas federais para a criação de pescado em cativeiro, contribuindo para o aumento da produção nacional.

Além do salto produtivo, o uso das águas da União é instrumento de inclusão social e possibilita que milhares de moradores de comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares) tenham acesso, de forma gratuita, a um “lote” de água para criar peixe por um período de 20 anos. No caso de projetos de maior porte, as áreas serão concedidas por meio de licitação onerosa.

A cessão é um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos parques aqüícolas no País. Alguns parques já estão sendo implantados em reservatórios de vários Estados. O de Itaipu (PR), cujo processo seletivo foi concluído em 2007, tem capacidade

de produção de até 50 mil toneladas de pescado/ano, com inclusão de mil famílias e renda mensal estimada de R\$ 600,00. Estão em curso, para 2008, a seleção de Tucuruí (PA), (15 mil toneladas/ano), Castanhão (CE) (32 mil toneladas/ano), Ilha Solteira (SP), (100 mil toneladas/ano) Furnas e Três Marias (MG) (90 mil toneladas/ano).

O Brasil tem 5,5 milhões de hectares de águas da União represadas em lagos e reservatórios. Até 1% desta área pode ser utilizada para fins de aquíicultura, o que corresponde a 55 mil hectares. Com a implantação de parques aquícolas nesses reservatórios, a produção de pescado do Brasil, que hoje é de um milhão de toneladas por ano, poderá crescer para 1,7 milhão de toneladas num prazo de quatro anos.

### c) Semana do Peixe

Como parte da estratégia para incentivar o consumo regular de pescado, contribuindo para a segurança alimentar, qualidade de vida e desenvolvimento do setor, foi realizada, em 2007, a quarta edição da Semana do Peixe em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). O consumo de peixe no Brasil de 6,8 quilos por habitante ao ano, ainda está abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (12 quilos/hab/ano).

A Semana do Peixe foi realizada em todos os Estados com distribuição de materiais com orientações aos consumidores sobre como adquirir pescado de qualidade. Nos supermercados participantes da promoção, o pescado foi oferecido com preços mais baixos e realizados eventos promocionais. Foi lançada, também, cartilha para melhoria do manuseio e conservação de pescados. Em 2008, entre outras atividades, estão previstos cursos de manipulação dos pescados nas peixarias dos supermercados.

### d) Investimento na Cadeia Produtiva

O Programa Nacional de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) objetiva promover investimentos na construção e modernização de terminais pesqueiros, para recepção, beneficiamento, comercialização e expedição de pescados. Já estão em operação os TPPs de Cananéia-SP, Laguna-SC, Santos-SP e Vitória-ES. As obras dos terminais de Cabedelo-PB e Manaus-AM encontram-se em fase final e as de Camocim-CE já foram licitadas. Para 2008, estão previstas a construção dos Terminais de Belém-PA e Natal-RN e a aquisição de novos equipamentos para o TPP de Santos-SP. Terão início, também, os projetos de engenharia do TPP do Rio de Janeiro-RJ, que será o maior do Brasil.

Em 2007, foram idealizados os Centros Integrados da Pesca Artesanal (Cipars), que são unidades produtivas integradas voltadas ao profissional da pesca, com espaços físicos exclusivos capazes de criar e oferecer condições aos pescadores artesanais para a organização social e desenvolvimento do trabalho e da cadeia produtiva, e o envolvimento do processo de ensino inicial e continuado formal e técnico profissionalizante. Os Cipars promovem a estruturação da cadeia produtiva, desde a produção até o fornecimento de insumos, incluindo o beneficiamento e comercialização, bem como dos meios de produção. Em 2007, já entraram em funcionamento dois projetos piloto. Para 2008, está prevista a instalação de 35 Cipars.

### e) Política Internacional da Pesca

Em 2007, o Brasil foi eleito para presidir durante os próximos dois anos a Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (ICCAT), refletindo a importância da presença brasileira nos fóruns internacionais em que essa matéria é discutida. Pela primeira vez, desde a sua fundação, a maior organização internacional de ordenamento pesqueiro,

responsável pela gestão dos recursos pesqueiros oceânicos compartilhados (atuns, espadarte, agulhões, tubarões, etc.) do Oceano Atlântico e mares adjacentes, incluindo o Mar do Norte, Mar do Caribe e Mar Mediterrâneo será presidida por um País em desenvolvimento.

## **7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar**

A atuação do Governo na reforma agrária e agricultura familiar está orientada pelo conceito de desenvolvimento rural sustentável, com o objetivo de transformar o campo brasileiro em um espaço de paz, produção e justiça social. As políticas desenvolvidas expressam essa orientação e já produzem resultados relevantes.

### **a) Reforma Agrária de Qualidade**

A reforma agrária, entendida como política estruturante para construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, apresentou avanços significativos. No período de 2003 a 2006, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) beneficiou 381 mil famílias, atingindo 95,35% da meta estabelecida. Para cumprir seus objetivos, o II PNRA espelhou-se em um conjunto de políticas públicas que inclui novas formas de crédito, assistência técnica e a busca de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental, acompanhadas da ampliação dos recursos. No período 2003-2007, o Governo investiu mais de R\$ 3 bilhões em ações de qualificação dos assentamentos. Também houve esforços para o fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio da ampliação de seu quadro funcional, aprovação de novo plano de carreira e nova estrutura regimental, mais adequada à dinâmica da autarquia.

#### **a.1) Investimentos Agrários e Novos Assentamentos**

Em 2007, foram assentadas 67.535 mil famílias. Foram investidos R\$ 1,4 bilhão na obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais e destinados 6,4 milhões de hectares à criação de projetos de assentamento. É o maior volume de obtenção de terras nos últimos 10 anos. No período 2003-2007 foi destinado um total de 38 milhões de hectares para assentamentos da reforma agrária.

As etapas de implantação de assentamentos, que estruturam os projetos para receber os assentados e criam condições para o desenvolvimento da produção, incluem o apoio inicial à instalação da família (R\$ 2.400,00 por família), o apoio ao fomento (R\$ 2.400,00 por família), o financiamento e recuperação da habitação (até R\$ 7.000,00 por família) e um auxílio especial para a região do semi-árido (até R\$ 1.500,00 por família), totalizando um valor de até R\$ 13.300,00 por família. Em 2007, foram beneficiadas 80.409 famílias com crédito para construir suas casas nos assentamentos, além de mais de 37.632 outras operações de apoio inicial, apoio fomento e apoio no Semi-árido. O Governo Federal constrói a infra-estrutura básica dos novos assentamentos – estradas, eletrificação, abastecimento de água. No referido exercício, 27,2 mil famílias foram beneficiadas com ações diretas na construção de 5.900 km de estradas e 4.594 unidades de abastecimento de água. Além disso, desde 2003, 180.713 famílias em 3.291 projetos de assentamentos tiveram acesso à eletrificação pelo Programa Luz para Todos. Em outro conjunto de atividades de recuperação de assentamentos, foram aplicados, em 2007, R\$ 37 milhões no Programa de Consolidação de Assentamentos, que atendeu cerca de 10 mil famílias com infra-estrutura e serviços.

No último exercício, 292 mil famílias foram atendidas com assistência técnica, sendo investidos R\$ 85,48 milhões. A meta

para 2008 é estender a assistência técnica a todos os beneficiários do Programa de Reforma Agrária.

Também merece destaque o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Ao todo, 53 mil pessoas tiveram acesso a programas de educação nos assentamentos por meio das ações desse Programa, em 2007. Como parte das ações para garantir os direitos fundamentais às populações rurais, o Governo implementa uma política de leitura para o meio rural brasileiro por meio do Programa de Bibliotecas Rurais – Arca das Letras. Ao disponibilizar às comunidades rurais, informações e literatura de acordo com seus interesses e necessidades, esse Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da educação e do lazer no campo. Além disso, estimula a leitura em ambiente familiar e contribui para a reduzir a evasão escolar. Em 2007, foram implementadas 1.858 Bibliotecas Rurais, em 895 Municípios de 25 Estados. Foram distribuídos mais de 368.678 livros e atendidas 265.746 famílias do campo.

### **a.2) Programa Nacional de Crédito Fundiário**

De forma complementar à reforma agrária, o Programa Nacional de Crédito Fundiário consolidou-se como instrumento de acesso à terra em áreas que não são passíveis de desapropriação, atuando em parceria com governos estaduais e entidades ligadas à agricultura familiar. O Programa financia a aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva. Em 2007, foram beneficiadas 15.995 famílias com o investimento de mais de R\$ 450 milhões, em sua maior parte nas regiões mais pobres do País.

### **a.3) Regularização Fundiária**

As atividades de cadastro e regularização fundiária foram retomadas com prioridade na região da Amazônia Legal. Abarcam iniciativas de implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil o georreferenciamento, a arrecadação, via retomada judicial, de terras públicas federais e mudanças no marco legal, todas importantes para promover a estabilidade jurídica e o acesso das populações rurais às políticas públicas de desenvolvimento rural.

Fruto de 349 ações judiciais, o Governo obteve a retomada de sete milhões de hectares de terras públicas federais nas regiões ocupadas irregularmente, que depois de arrecadadas foram destinadas à reforma agrária ou à criação de unidades de conservação. Atualmente, estão em curso ações de georreferenciamento em 10,4 milhões de hectares nos Estados da Amazônia Legal. O georreferenciamento dos imóveis rurais possibilita a identificação da situação desses imóveis e constitui pré-condição para a regularização fundiária e o acesso às políticas de apoio à produção. Essas ações são realizadas por intermédio de convênios com o Exército e com os governos estaduais e municipais.

A ampliação do alcance do georreferenciamento demandou a ampliação da rede geodésica. Por meio de uma parceria do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o Governo do Estado do Pará foram criadas condições para a implementação de um programa conjunto de ordenamento territorial, que se inicia pela integração das ações de georreferenciamento e regularização fundiária em cinco Municípios e prevê, também, a inclusão daquele Estado no Programa Nacional de Crédito Fundiário para o financiamento dos beneficiários da regularização em terras estaduais.

Aliada a essas ações deu-se continuidade à revisão das normas que disciplinam o registro de propriedades na região e contribuem para o combate à grilagem e ao desmatamento ilegal. Em 2007, com a edição no mês de outubro do Decreto nº 6.232, foram fixados os limites de área rural para efeitos de concessão de título de propriedade ou de direito de concessão real de uso na Amazônia.

A regularização fundiária abarca, ainda, ações conjuntas do Governo Federal com os governos estaduais visando o cadastramento georreferenciado e a titulação de imóveis em áreas públicas estaduais. De 2004 a 2006, os convênios estabelecidos com 16 Estados resultaram no cadastro de mais de 57.000 imóveis rurais e na titulação de 36.000 posses da agricultura familiar. Em 2007, 3,2 mil imóveis rurais foram cadastrados e 3,8 mil titulados nos Estados do Espírito Santo, Sergipe, Roraima e Piauí.

Ainda em 2007, entrou em operação o Sistema de Gestão Territorial (SGT), ferramenta computacional construída em *software* livre com tecnologia de geoprocessamento, que possibilita o armazenamento e a análise dos dados gráficos e literais dos imóveis identificados, fundamental para a estruturação do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais.

## b) Agricultura Familiar

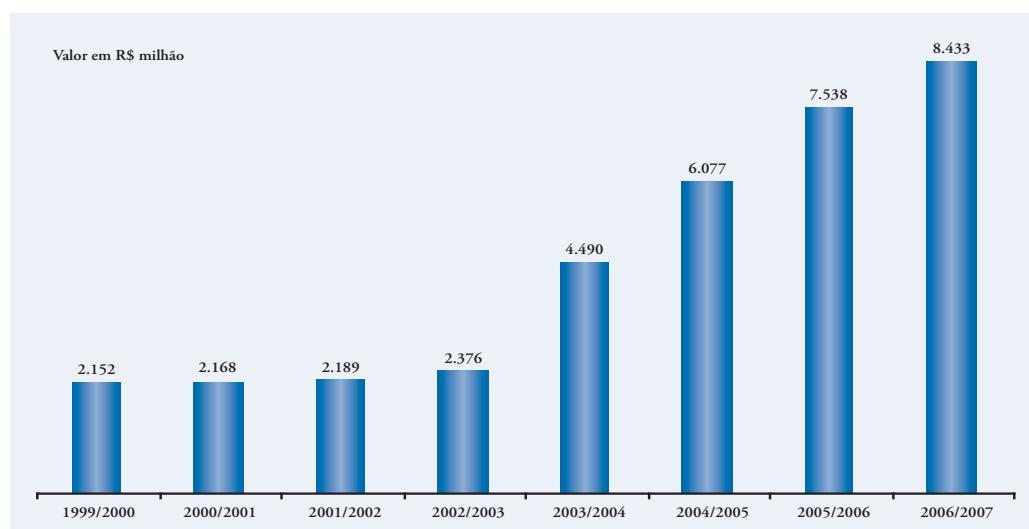
No ano de 2007, as ações do Governo para a agricultura familiar priorizaram a consolidação dos instrumentos e políticas públicas, em especial a Assistência Técnica e Extensão Rural, o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), o Programa Garantia-Safra, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No Plano Safra da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária 2006/2007 houve expressiva ampliação do crédito Pronaf e a consolidação do novo mecanismo de garantia de renda, o PGPAF. Agora, além da garantia de renda alicerçada pelo Seguro da Agricultura Familiar e o Garantia-Safra, que protegem a produção em caso de perdas por problemas climáticos, o produtor estará segurado contra queda de preços na época da comercialização da produção. Esses instrumentos proporcionam um ambiente de estabilidade, estimulando o aumento da produção e da renda.

### b.1) Ampliação do Crédito

Os dados da aplicação do Pronaf demonstram a ampliação do seu alcance em relação ao montante aplicado, ao número de contratos e à sua distribuição nacional. Na safra 2006/2007 foram investidos R\$ 8,43 bilhões e para a safra 2007/2008 foram disponibilizados R\$ 12 bilhões. O número de contratos chegou a 1.692.516 na safra 2006/2007 e se estima que chegará a dois milhões na safra 2007/2008.

Gráfico 2 – Evolução do volume de crédito do Pronaf - safras 1999/2000 a 2006-2007



Fonte: MDA/SAF

O Pronaf é hoje um programa presente em 5.387 Municípios do País (96,83% do total). Embora ainda haja certa concentração das operações no centro-sul, as regiões Nordeste e Norte tiveram as maiores taxas de crescimento dos valores financiados, superiores ao da região Sul na safra 2006/2007.

As linhas de financiamento à promoção da sustentabilidade ambiental dos empreendimentos familiares foram qualificadas. É o caso do Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semi-árido, cujas regras e condições foram ajustadas para ampliar seu alcance. Na safra 2007/2008 foi criado o Pronaf ECO Sustentabilidade, que financia investimentos para implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura, com taxa média de juros anuais de 3,5% e prazos para pagamento que podem chegar a oito anos. Observa-se um processo constante de ampliação das operações de crédito para as mulheres trabalhadoras rurais, em função de uma ação mobilizadora articulada pelo Governo, por intermédio do MDA, com a participação dos movimentos de mulheres e outros órgãos federais, além dos agentes financeiros.

A atuação conjunta com agentes financeiros resultou em novos e mais ágeis modelos operacionais das contratações. Por exemplo, o Banco do Brasil estendeu para as operações de investimento do Pronaf um sistema facilitado de contratações, anteriormente só operacionalizado nos créditos de custeio. O Banco do Nordeste do Brasil ampliou seu programa de microcrédito produtivo orientado Pronaf B para 160 mil operações, garantindo financiamento com menores custos de transação e educação financeira às famílias de mais baixa renda do Nordeste.

Em um ambiente mais favorável para o fortalecimento da agricultura familiar, desencadeou-se um intenso processo de negociação do Governo com os movimentos sociais no sentido de resolver a situação de agricultores que ainda tinham alguma pendência com os bancos, de forma a possibilitar a retomada das operações de crédito desses produtores. Novos prazos de vencimento e condições mais adequadas foram aprovados para as parcelas das dívidas vencidas em 2007, beneficiando as famílias que sofreram perdas nas safras anteriores em função de adversidades climáticas ou de flutuações de preços.

O Banco do Brasil disponibilizou acesso ao crédito rural a mini e pequenos produtores rurais, mediante sistemática de contratação de operações com a interveniência das cooperativas. Em 2007, foram realizados 625 convênios no montante de R\$ 376 milhões (R\$ 240 milhões de custeio e R\$ 136 milhões de investimento). Destaca-se o lançamento, também em 2007, do Projeto Cooperativas Agropecuárias, com o objetivo de propiciar o atendimento aos produtores rurais no ambiente das cooperativas, com ênfase no Pronaf. Na região Nordeste e no norte de Minas Gerais e no Espírito Santo, o Banco do Nordeste possibilitou a expansão do acesso ao crédito no âmbito do Pronaf. O volume de recursos das contratações, no Plano Safra 2006/2007, foi de R\$ 1,4 bilhão, ou seja, 8,13% superior ao período anterior, com a contratação de 634,9 mil operações.

Visando a estimular a autonomia econômica da mulher no campo, o Banco do Nordeste ampliou as contratações da linha Pronaf Mulher, atingindo a marca de R\$ 36,1 milhões em 6.923 operações no Plano Safra 2006/2007.

## **b.2) Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)**

Criado em 2006, o PGPAF propiciou condições para que os agricultores tenham proteção dos financiamentos de custeio do Pronaf em relação às flutuações de preços agrícolas. Esse mecanismo de equivalência produto assegurou, em 2007, 76% dos contratos do Pronaf Custeio para as culturas de milho, feijão, arroz, mandioca, leite e soja, garantindo um desconto no valor financiado

equivalente à diferença entre os preços de mercado e os custos de produção, reduzindo-se assim fatores de endividamento e descapitalização.

Em 2007, também foi aprovada a inclusão de quatro novas culturas no PGPAF (café, inhame, cará e tomate), a serem cobertas a partir de janeiro de 2008. Com essa medida, a cobertura do Programa é ampliada para 86% do total dos contratos de custeio, abrangendo seu alcance territorial.

### b.3) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

No primeiro ano de operação do Seaf, safra 2004/2005, ocorreu na região Sul a maior seca dos últimos sessenta anos. O Seaf foi importante instrumento para minimizar os efeitos dessa adversidade, contribuindo para evitar uma grave crise social no campo.

Após duas safras com forte demanda em função da estiagem na região Sul, o Seguro consolidou-se e atingiu 601 mil adesões na safra 2006/2007. O número de indenizações caiu significativamente, configurando um ano de normalidade. Foram feitos pouco mais de 37 mil pedidos de cobertura, decorrentes de eventos climáticos localizados. Mais de 30 mil famílias receberam indenização do Seaf, em 2007, com um total estimado em R\$ 45 milhões, e assim poderão prosseguir com suas atividades rurais. A tabela que se segue apresenta os dados do Seaf.

**Quadro 4 – Seguro da Agricultura Familiar**

Safra 2006/2007	Nº Empreendimentos	Valores (R\$)
Número de adesões	601.854	2.803.975.424
Comunicados de Ocorrência de Perda	37.564	-
Coberturas Deferidas	17.207	41.147.069
Valor Estimado de Coberturas a Deferir		44.962.966

Fonte: MDA/SAF

Cabe ressaltar o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), visando a gestão de riscos na Agricultura Familiar e a promoção do uso de tecnologias adequadas, que incluíram a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos. Além disso, expandiu-se o número de culturas anuais incluídas no Zoneamento Agrícola, que passou de seis para 25, e ocorreu avanço significativo no número de Municípios incluídos no Zoneamento Agrícola, especialmente na região Nordeste, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro 5 – Inclusão de Municípios no Zoneamento Agrícola**

Cultura	Número de municípios
Sorgo	1.013
Feijão caupi	1.224
Milho	649
Arroz	339

Fonte: MDA/SAF

#### b.4) Garantia-Safra

O Programa Garantia-Safra é uma ação do Pronaf que visa possibilitar um ambiente de maior segurança para o exercício da atividade agrícola na região Semi-árida brasileira cuja implementação é realizada por meio de uma ação integrada e conjunta dos governos federal, estaduais, municipais e entidades sindicais, com contrapartida dos beneficiários.

Na Safra 2006-2007, o Garantia-Safra teve a adesão de 346.333 famílias e para a safra 2007/2008 foram disponibilizadas 686.363 cotas. Um dos principais motivos para essa ampliação é a consolidação do Programa junto aos atores envolvidos, principalmente aos agricultores familiares e à sociedade civil organizada. Com a ampliação das cotas, amplia-se a cobertura potencial no caso de problemas climáticos que venham a surgir, dando segurança aos agricultores na hora de investir na produção. O quadro seguinte mostra a adesão ao Programa por Estados e a disponibilização de cotas:

Quadro 6 – Programa Garantia Safra

Estados	Agricultores participantes Safra 2006/2007	Cotas disponibilizadas Safra 2007/2008
AL	-	20.000
BA	6.067	48.863
CE	172.932	300.000
MA	-	1.500
MG	812	6.000
PB	59.310	90.000
PE	52.904	100.000
PI	34.211	80.000
RN	8.462	20.000
SE	11.635	20.000
<b>TOTAL</b>	<b>346.333</b>	<b>683.363</b>

Fonte: MDA/SAF

#### b.5) Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)

Em 2007, houve avanço na qualificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), especialmente com a implantação de 10 Redes Temáticas, com a participação de profissionais de todas as instituições estaduais de Ater. Essas Redes possibilitam novas condições para a formação e capacitação dos extensionistas e dos agentes, para a qualificação dos serviços e sua integração com as demais políticas públicas. Permitem, também, acompanhar as metas estabelecidas nos convênios com as instituições públicas prestadoras de Ater, em cada área específica. Dentre as Redes Temáticas já constituídas destacam-se: Agroecologia, Agroindústria Familiar, Turismo Rural, Metodologias Participativas, Cadeia Produtiva do Leite e Biodiesel.

Os recursos para apoiar as atividades de Ater alcançaram o montante de R\$ 168,7 milhões, em 2007, viabilizando o atendimento de cerca de 2,5 milhões de agricultores familiares.

No exercício de 2007, uma ação governamental articulada das áreas de reforma agrária, ciência e tecnologia e desenvolvimento social possibilitou o lançamento de um edital público para financiar ações de extensão universitária, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais de Ater. Em resposta, foram recebidos mais de 600 projetos, sendo selecionadas 83 propostas.

#### **b.6) Fomento à Diversificação Econômica da Agricultura Familiar**

O Governo tem estimulado a agricultura familiar a diversificar suas atividades produtivas, ampliando as possibilidades de renda, trabalho e valorização da produção. Em 2007, cerca de R\$ 9 milhões foram investidos em projetos inovadores que promovem a diversificação das economias rurais. Produtos e mercados diferenciados (orgânico, ecológico, justo, plantas medicinais, produtos da biodiversidade), agroindústria familiar e atividades não-agrícolas, como turismo e artesanato, são os objetos dessa linha de ação governamental.

#### **b.7) Apoio à Comercialização**

Em 2007, foram aplicados R\$ 64,84 milhões na inserção de produtos da agricultura familiar por meio das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operadas pelo MDA, beneficiando diretamente 23.100 agricultores.

Para melhor inserir agricultores familiares nos mercados, o Governo está desenvolvendo ações setoriais para a organização, qualificação e ampliação da participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas. Em 2007, consolidou-se a política setorial do leite, cadeia produtiva que envolve quase dois milhões de estabelecimentos de agricultores familiares e que é hoje uma das principais atividades geradoras de renda no meio rural.

#### **b.8) Biodiesel e Agricultura Familiar**

O Governo criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), estabelecendo as condições para a participação da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária na produção do biodiesel, tendo como principal instrumento o Selo Combustível Social, certificado que proporciona benefícios tributários às empresas produtoras de biodiesel que adquirem matérias-primas da agricultura familiar e prestam assistência técnica aos agricultores.

O Selo já foi emitido para 28 empresas de biodiesel, viabilizando a participação de mais de 100 mil famílias de agricultores nessa cadeia produtiva. Com a entrada em vigor, em 2008, do uso obrigatório da adição de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo, a participação da agricultura familiar deverá ampliar-se, chegando a cerca de 200 mil famílias, espalhadas por todas as regiões do País, gerando renda e novas oportunidades de trabalho no meio rural.

O estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias visando proporcionar melhores condições de participação da agricultura familiar no Programa constitui uma das prioridades do Governo. Com entidades da agricultura familiar, o Governo tem realizado parcerias com o objetivo de ampliar a capacidade de organização da produção e de negociação com as indústrias de biodiesel.

#### **c) Desenvolvimento Territorial**

O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que tem como objetivo promover o planejamento, a

implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia, constituiu 120 territórios rurais nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 1.864 Municípios com uma população de cerca de 38,7 milhões de pessoas e correspondendo a uma área de 3.342.377 Km<sup>2</sup> (39,18% da área total do País). Os recursos totais aplicados pelo Programa, em 2007, foram de R\$ 103,2 milhões.

Com o propósito de envolver os atores locais na construção de planos de desenvolvimento, foram constituídos, no ano de 2007, colegiados territoriais em 115 dos 120 territórios, nos quais foram discutidos e deliberados os projetos de infraestrutura e serviços, apoiados com o montante de R\$ 212,8 milhões, beneficiando 1.884 Municípios. Como forma de garantir a sensibilização e a mobilização dos atores territoriais, foram investidos R\$ 6,8 milhões na formação de 22.828 agentes de desenvolvimento e elaborados e revisados 101 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e 23 planos safra-territorial, que visam ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional – tais como o crédito rural e a assistência técnica e extensão rural – às condições específicas de cada território.

No Projeto de Fomento e Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol), no exercício passado, houve investimento de R\$ 15 milhões na capacitação de dirigentes de cooperativas e cooperados, fortalecendo a gestão social desses empreendimentos, bem como na constituição de 19 bases de serviços de apoio, voltadas ao assessoramento especializado a empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar. O apoio às negociações entre cooperativas de crédito e agentes financeiros contribuiu para ampliar a oferta de crédito da agricultura familiar para R\$ 254 milhões na safra 2006/2007.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara desenvolveu ações de assistência técnica permanente para 12.101 famílias. Foram beneficiados com educação do campo e convivência com o Semi-árido cerca de 10.000 alunos, 2.500 cidadãos alfabetizados e 50 filhos de agricultores formados em técnicas agrícolas, além de diversas ações para melhoria da segurança hídrica. Destaca-se ainda a documentação de 2.000 mulheres do campo. Esse conjunto de ações contribuirá para que famílias e comunidades adquiram autonomia, uma vez que passam a dispor de segurança hídrica, alimentar, condições de produção e de comercialização.

#### d) Política Internacional

Em 2007 foi ampliada a inserção de temas com repercussão direta sobre a agricultura familiar e a reforma agrária na agenda internacional do Governo. Na área da defesa comercial destaca-se a aplicação de direitos *anti-dumping* para lácteos e a discussão sobre a proposta de alteração da Tarifa Externa Comum para estes produtos no âmbito do Mercosul - negociações da lista de exceção da tarifa externa comum.

Cabe destacar a Resolução 25 do Grupo Mercado Comum (GMC), a chamada Lei da Agricultura Familiar do Mercosul, que reconhece formalmente e estabelece parâmetros para identificação da agricultura familiar na região. Além dessas ações, estão sendo implementadas, por meio de cooperação, políticas públicas voltadas à agricultura familiar nos países do bloco, como é o caso do programa de seguro agrícola público no Paraguai, a criação de estruturas governamentais específicas, a implantação de sistemas de registro da agricultura familiar e de programas de crédito a partir da experiência do Pronaf.

## 8. Desenvolvimento Regional

### a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

O Decreto nº 6.047, de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), reafirmou o compromisso do Governo com a redução das desigualdades regionais do País e vem contribuindo para a convergência da ação pública em benefício de regiões menos favorecidas, detentoras de potencial para a geração de ganhos de produtividade e de competitividade e para a atração de investimentos geradores de emprego e renda.

Em janeiro de 2007, por meio das Leis Complementares nºs 124 e 125, foram criadas as novas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). As estruturas regimentais das duas Superintendências foram publicadas em Decretos de agosto e outubro de 2007. A partir de 2008, as novas Superintendências irão elaborar e propor anteprojeto de lei, que instituirá os respectivos planos e programas regionais de desenvolvimento em suas áreas de atuação. Já a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste ainda depende de tramitação da matéria no Congresso Nacional.

Em relação à ferrovia Transnordestina, as obras iniciadas em 2006 no trecho Salgueiro/Missão Velha tiveram continuidade em 2007, tendo sido também iniciadas as obras de recuperação do trecho de Cabo (PE) a Porto Real do Colégio (AL). A empresa concessionária da malha ferroviária do Nordeste, responsável pela execução do empreendimento, contratou em 2007, a elaboração dos projetos executivos dos demais trechos da ferrovia: Salgueiro/Suape (PE), Trindade (PE)/Eliseu Martins (PI), Missão Velha/Pecém (CE) e os respectivos estudos de impacto ambiental (EIA-Rima). O projeto executivo do trecho Salgueiro/Trindade (PE) está em fase de conclusão pelo DNIT. O empreendimento, estimado em R\$ 4.518,7 milhões, prevê o financiamento de fontes federais e privadas conforme segue: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE): R\$ 2.227 milhões; Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor): R\$ 823 milhões; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): R\$ 400 milhões e recursos próprios da concessionária: R\$ 1.068,7 milhão. Em 2008, deverão estar disponíveis os projetos executivos de todos os trechos relativos ao Projeto da Transnordestina, com previsão de contratação pela empresa concessionária dos projetos executivos relativos aos terminais portuários de Pecém e Suape.

Até novembro de 2007, os financiamentos contratados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), totalizaram R\$ 6,2 bilhões, o que representou um crescimento de 4,2% em relação a idêntico período de 2006. Por sua vez, por intermédio dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE), até a primeira quinzena de dezembro de 2007, foram aprovados projetos que demandarão recursos da ordem de R\$ 753 milhões, além de cartas-consulta já aprovadas e aptas à apresentação de projetos, totalizando aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. É importante ressaltar a contribuição desses Fundos no apoio aos setores produtivos para a manutenção e a geração de novos postos de trabalho, o incremento das produções regionais, a arrecadação de tributos e a redução do êxodo rural.

Em 2008, deverá ser mantida a tendência de crescimento no volume de financiamentos para as regiões prioritárias, tendo em vista os recursos oferecidos pelo Governo para o fomento às atividades produtivas nessas áreas. No total, prevê-se a destinação de cerca de R\$ 13,1 bilhões, sendo R\$ 11 bilhões provenientes dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNE e FNO) e R\$ 2,1 bilhões dos fundos de desenvolvimento regional (FDA e FDNE).

Mediante a articulação das ações nas três esferas governamentais com os segmentos pertinentes da sociedade civil, foram

implementados, no decorrer de 2007, vários programas, em escala sub-regional, com o objetivo de dinamizar as localidades identificadas como regiões deprimidas economicamente, o que beneficiou 13 Mesorregiões diferenciadas, nove subespaços do Semi-árido Nordeste e regiões e cidades-gêmeas fronteiriças com países da América do Sul.

No Alto Solimões, destaca-se a organização da atividade produtiva da pesca, com a finalização de obras de infra-estrutura, o desenvolvimento de projeto-piloto de cooperativa de crédito rural e a organização produtiva do turismo.

Na Mesorregião Bico do Papagaio, investiu-se em potencialidades locais, tais como fruticultura, apicultura e atividades produtivas de gemas e jóias, o que fomentou a fixação no campo dos produtores rurais por meio do incremento da renda média familiar. Com o mesmo foco, na Mesorregião do Vale do Rio Acre, foi revitalizada a produção de látex, o que beneficiou cerca de 700 famílias da reserva extrativista Chico Mendes.

Na Chapada do Araripe, as ações voltaram-se para a atividade produtiva da ovinocaprinocultura, com resultados expressivos na organização para a produção e melhoria da qualidade do rebanho. Essa mesma atividade foi apoiada na Mesorregião de Xingó, destacando-se a criação de uma unidade móvel de assistência ao pequeno produtor rural para promover a sanidade e o aprimoramento genético dos rebanhos.

Ainda na Mesorregião de Xingó foi entregue à comunidade o Centro de Desenvolvimento e Difusão de Tecnologia em Aqüicultura (CDTA), no Campus VIII da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), que funcionará como um pólo de conhecimento especializado em aqüicultura.

Na Mesorregião do Mangabeiras destaca-se o fortalecimento da bovinocultura, com a aquisição de equipamentos e capacitação dos produtores, totalizando investimentos de R\$ 963 mil, além de projetos de fruticultura, mandiocultura, caprino cultura, piscicultura e beneficiamento de pescado.

Na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, registra-se o apoio ao Pólo Moveleiro de Turmalina, que beneficiou 50 micro e pequenas empresas com a geração de 350 empregos diretos. Também, foi concluída a primeira etapa do Centro Eunapolitano de Produção Moveleira (Ceprom) que beneficiará 21 Municípios do extremo sul da Bahia, com previsão de geração de aproximadamente 300 novos empregos. Vale salientar o apoio oferecido às cooperativas da cadeia produtiva da cachaça.

Na Mesorregião Itabapoana, com a implantação do projeto de apicultura houve o incremento da produção, a adesão de mais de 230 cooperados e a certificação do mel, o que viabilizou a exportação desse produto para a União Européia.

Na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, também houve investimento no arranjo produtivo da apicultura. Com a construção de um entreposto de mel na Mesorregião são esperados benefícios a mais de 5.600 pessoas em 17 Municípios.

Na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, ressaltam-se os investimentos para a estruturação de um centro tecnológico para pequenos produtores, que disponibilizará tecnologia de ponta para aumentar a qualidade e a competitividade dos produtos no mercado.

Com relação à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, em 2007, destaca-se o apoio aos segmentos da vitivinicultura,

produção leiteira, gemas e jóias e movelaria. Assim, no Rio Grande do Sul, foi beneficiada a produção de citrinos, ametistas e ágatas de aproximadamente 2.000 garimpeiros. Em Santa Catarina, foi consolidado o pólo regional de móveis. No sudoeste do Paraná, estão em fase final de implantação cinco cantinas de produção de vinho e suco de uva.

Na Mesorregião de Águas Emendadas está sendo construído um entreposto para industrialização e comercialização da fruta e de seus subprodutos, no qual foram investidos R\$ 187 mil na construção e compra de equipamentos, o que beneficiará cerca de 80 micro produtores rurais.

Para 2008, o Governo tem como meta intensificar o processo de criação e do fortalecimento de fóruns Mesorregionais.

No Semi-árido nordestino foi priorizada a dinamização de núcleos produtivos, mediante apoio à estruturação dos arranjos produtivos da apicultura, ovinocaprinocultura, ecoturismo, artesanato com couro de peixes, fruticultura e agricultura familiar.

Ressalta-se, ainda, a estruturação de arranjos produtivos nas mesorregiões, que resultaram na capacitação de cerca de 12.200 pessoas, na geração de mais de 30 empreendimentos, dos quais destaca-se o apoio aos APLs de piscicultura, artesanato, ovinocaprinocultura, turismo, apicultura e bovinocultura leiteira.

Na Faixa de Fronteira, foram desenvolvidas, em 2007, ações de valorização das potencialidades locais, promoção/recuperação de cidadania, dinamização da economia, apoio à infra-estrutura econômica e social, organização social e institucional e integração com países da América do Sul. Nesse sentido, destaca-se o apoio aos APLs de fruticultura e orquidocultura, dentre outros. Para 2008 está prevista a continuidade dessas ações, com foco no fortalecimento das relações fronteiriças por meio da atuação nas áreas de cooperação internacional, principalmente nos segmentos do turismo, logística e cultura.

#### **b) Infra-estrutura Hídrica**

O PAC tem impulsionado o desenvolvimento regional, com esforços voltados, segundo critérios adotados pelo Governo, para a conclusão de obras de infra-estrutura hídrica e a recuperação de infra-estrutura existente. Por isto, o Ministério da Integração Nacional incorporou em sua carteira ações voltadas tanto para a execução de obras, quanto para a elaboração de projetos que futuramente beneficiarão a estrutura para o aproveitamento da água e sua distribuição, quer para o consumo humano e animal como para aproveitamento hidroagrícola.

No ano de 2007, foram destinados R\$ 2,25 bilhões no âmbito do PAC, distribuídos em quatro grandes segmentos: Integração de Bacias Hidrográficas, Revitalização de Bacias, Oferta de Água e Desenvolvimento Hidroagrícola.

No Programa de Integração de Bacias foram consignados, em 2007, R\$ 379,22 milhões, referente às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), aos 36 Programas Básicos Ambientais (PBAs) e ao Programa de Gestão Ambiental. Em junho de 2007, após a emissão da Licença Ambiental pelo Ibama, deu-se início às obras da primeira etapa de implementação dos Eixos Norte e Leste, nos pontos iniciais de tomada d'água nos Municípios pernambucanos de Cabrobó e Floresta. A sua execução pelo Batalhão de Engenharia do Exército, consiste na construção dos Canais de Aproximação e das Barragens Tucutu e Areias na Paraíba. No mês de maio de 2007, foi publicado o edital para a contratação do primeiro lote de obras dos 14 programados para o Projeto. Espera-se a contratação dos referidos lotes no decorrer do exercício de 2008.

No que se refere aos PBAs e ao Programa de Gestão Ambiental, destaca-se o início das ações de desapropriação e inclusão social, bem como a construção das casas e postos de saúde para as comunidades indígenas e quilombolas, envolvendo recursos na ordem de R\$ 75 milhões, em 2007. Em 2008, estão previstas a continuidade da implantação desses programas bem como da execução das obras dos Eixos Norte e Leste.

Em relação ao Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, foram destinados em 2007 para as Bacias dos rios São Francisco e Parnaíba R\$ 564,5 milhões, com o PAC respondendo por R\$ 535,70 milhões, distribuídos entre ações de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, processos erosivos, obras complementares de revitalização e melhoria da navegabilidade. Para a implantação do Programa, foi realizado um plano de investimento envolvendo os Ministérios das Cidades, da Saúde (Funasa) e Integração Nacional (Codevasf), com atuação em 264 Municípios. No âmbito do Ministério da Integração Nacional, foram priorizados 257 Municípios para universalizar os serviços nas sedes municipais. Trata-se do maior volume de investimentos já realizado na revitalização destas duas importantes Bacias Hidrográficas, resgatando parte de um histórico de passivo ambiental nos Estados de AL, BA, CE, MA, MG, PE e PI. Para os anos de 2008-2010, estão assegurados no PAC cerca de R\$ 1 bilhão para a continuidade do Programa.

Dentre os impactos positivos da Revitalização, vale ressaltar a redução de doenças de veiculação hídrica e de carga poluidora em corpos d'água e a melhoria hidroambiental da Bacia. Como exemplo, no Município de Bom Jesus da Lapa, havia apenas 18% de cobertura de infra-estrutura de esgotamento sanitário. Atualmente, 50% da população é beneficiada com esses serviços, tendo em vista que foram implantados 22 km de rede coletora, construída Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), emissário e ligações domiciliares. Segundo os indicadores do Programa Saúde da Família de Bom Jesus da Lapa, houve redução de 32% no número de casos provocados por doenças de veiculação pela água. A segunda etapa de implantação de esgoto, que irá universalizar o atendimento da cidade, está em fase de contratação por meio do PAC.

No tocante à melhoria da navegabilidade ressaltam-se, especialmente, as ações do Plano Multimodal do São Francisco que consiste na implantação da hidrovia. Têm sido realizadas ações de conformação do leito do rio, cujo projeto envolve o trecho navegável entre Pirapora e Juazeiro. Inicialmente os recursos disponibilizados pelo PAC serão destinados para a execução do trecho Ibotirama-Juazeiro. Nesse sentido, encontra-se em construção um campo experimental, localizado na cidade de Barra, com o objetivo de verificar a definição das melhores alternativas de intervenção voltadas à contenção de erosões de margem, utilizando a bioengenharia, o que assegurará a estabilização do curso fluvial e do reflorestamento ciliar. O resultado dessas experiências de renaturalização será replicado ao longo de mais de 50 trechos críticos do rio São Francisco, entre Ibotirama e o reservatório de Sobradinho, utilizando insumos e mão-de-obra local.

No tocante a oferta de água, foram alocados em 2007 R\$ 1,042 bilhão, beneficiando todas as regiões do País, destacando-se o Programa Proágua Nacional em parceria com o Banco Mundial. Este Programa é uma continuidade do Programa Proágua Semi-árido, concluído com sucesso em 2007. Importante ressaltar que para a região do Semi-Árido foram concluídos os Sistemas Araçuaí 1A/1B/1C e a ampliação e a recuperação dos Sistemas Integrados do Alto Sertão e Sertaneja, totalizando 71 km de extensão e beneficiando 370 mil habitantes.

Além dos empreendimentos já citados, os recursos do PAC, na ordem de R\$ 805,67 milhões alavancaram a execução de obras significativas para o País, destacando-se a Adutora Acauã/PB, a Adutora Pirapama/PE, a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios/AL, a Barragem do Peão/MG, a Barragem e Adutora do Poço do Marruá/PI, o Eixo de Integração Castanhão/CE, o Açude de Setúbal/MG e o Eixo de Integração Orós-Feiticeiro/CE.

Para 2008, projeta-se um investimento no valor de R\$ 946,6 milhões, sendo R\$ 837 milhões no âmbito do PAC, para conclusão de 1.400 km de adutoras e acumulação de 840,4 milhões de m<sup>3</sup> de água em barragens que compõem sistemas de abastecimento nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, com potencial de beneficiar 3,75 milhões de habitantes.

Para o quadriênio 2007/2010, dentro da proposta de universalização de água, o Governo lançou o Programa Água para Todos que beneficiará 80 mil famílias ao longo do rio São Francisco pertencentes às populações rurais e difusas. Nessa ação estão previstos R\$ 307 milhões no PAC, tendo sido empenhados, em 2007, R\$ 25,11 milhões com vistas à elaboração de projetos e a execução de obras para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água. Destaca-se a celebração de termo de parceria com a Articulação do Semi-árido (ASA) para a execução de 7.945 cisternas, com conclusão prevista para 2008.

No segmento do desenvolvimento hidroagrícola, foram aplicados, em 2007, R\$ 598 milhões, sendo R\$ 535,52 milhões no âmbito do PAC em obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum, cujos projetos contam com uma área total de 230 mil hectares, o que permitiu disponibilizar 15,5 mil hectares de áreas irrigáveis. Para 2008, está previsto o investimento de R\$ 441,9 milhões, sendo R\$ 429,7 milhões no âmbito do PAC, de modo a disponibilizar 38,1 mil hectares.

Nessa área destaca-se o avanço das obras em perímetros públicos de irrigação como o Manoel Alves/Propertins/TO e o Baixo de Irecê/BA e a preparação para inclusão na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) dos empreendimentos de Pontal/PE e Salitre/BA. Vale salientar que o lançamento do primeiro edital público para PPP está previsto para 2008, referente ao Perímetro Pontal.

Para a transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação, em 2007, foram aplicados R\$ 103,1 milhões na implementação de diversas atividades nos projetos, inclusive naqueles inscritos no Projeto Piloto de Investimento (PPI), envolvendo uma área de 116.000 ha. Para 2008, estão previstos R\$ 18,5 milhões, que possibilitarão dar continuidade a essas intervenções e conseqüentemente transferir a gestão para o setor privado dos Perímetros Baixo Acaraú (CE), Baixo-Açu (RN) e Jaguaribe-Apodi (CE), envolvendo uma área de 28.745 ha. Em 2008, está prevista também a entrega definitiva aos irrigantes – emancipação da área de 9.745 ha do Jaguaribe-Apodi no Ceará.

### c) Defesa Civil

Na Defesa Civil foram priorizadas as ações preventivas e de preparação, bem como o atendimento emergencial da população afetada por desastres, em apoio aos Estados e aos Municípios. Para reforçar o Sistema Nacional de Defesa Civil, foram criadas, até 2007, um total de 4.255 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec), o que representa uma cobertura nacional de 76,5% dos Municípios e um aumento de 6,5% em relação ao ano de 2006.

Com o objetivo de fortalecer também as Defesas Civas Municipais, em 2007, foram realizados 28 cursos de capacitação para 823 técnicos de 17 Estados e do Distrito Federal. Além disso, realizou-se a Semana Nacional de Redução de Desastres e o 4º Fórum Nacional de Defesa Civil, em Jaraguá/SC.

No ano de 2007, com a finalidade de atender à população afetada por desastres, o Governo aprovou R\$ 662,27 milhões de recursos extraordinários, dos quais R\$ 487,5 milhões já foram destinados aos Municípios, para socorro e assistência, reabilitação e

reconstrução após os desastres. Para obras preventivas de desastres, foram aplicados cerca de R\$ 165,55 milhões. Para a destinação desses recursos foram observados critérios técnicos, relacionados com o contexto socioeconômico, estabelecidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional e pela Política Nacional de Defesa Civil.

## 9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

O novo modelo proposto pelo Governo para a política ambiental, compatível com o avançado arcabouço legal brasileiro promove uma gestão ambiental compartilhada com todos os níveis governamentais e a sociedade em geral, construindo, assim, a Política Ambiental Integrada, capaz de agregar conceitos socioambientais ao novo ciclo de desenvolvimento econômico do País.

Em 2007, como forma de modernizar e fortalecer a gestão ambiental e a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para a gestão das Unidades de Conservação e pesquisa sobre biodiversidade, com a conseqüente focalização das ações do Ibama para controle, fiscalização e licenciamento ambientais.

Essa evolução institucional orientada para consolidar a base da política ambiental no âmbito do Governo Federal, considerou, também, a evolução dos conceitos envolvidos na preservação do meio ambiente, as evidências trazidas pelos últimos estudos científicos relativos às mudanças climáticas, as orientações governamentais para promover o desenvolvimento sustentável do País, por meio do caráter estruturante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a necessidade da inclusão de fatores de sustentabilidade aos processos de produção e de consumo, além do crescente envolvimento dos diferentes setores do poder público, da sociedade civil e do setor privado na solução dos problemas ambientais.

Nesse sentido, destacam-se, a seguir, os resultados alcançados em 2007 e as perspectivas para 2008 que mais claramente expressam as diretrizes dessa nova política ambiental.

### a) Plano Amazônia Sustentável (PAS) e Plano BR-163 Sustentável

Com a finalização e sistematização das consultas públicas, o Governo revisou e consolidou a versão final do Plano Amazônia Sustentável (PAS), incorporando as contribuições dos diversos segmentos governamentais e da sociedade amazônica. Esse Plano – contendo um conjunto de estratégias e orientações que devem nortear a implementação de políticas públicas para a Amazônia – foi apresentado a todos os Secretários de Planejamento dos Estados da região, em dezembro de 2007.

Seguindo as diretrizes do PAS, foi instituído, por meio do Decreto nº 6.290, de dezembro de 2007, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia Cuiabá-Santarém – Plano BR-163 Sustentável. O referido Decreto também criou um Comitê Executivo, atribuindo-lhe a responsabilidade de acompanhar a implementação do Plano, no âmbito da Câmara de Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, do Conselho de Governo.

A criação do Distrito Florestal da BR-163, em 2006, viabilizou o desenvolvimento de atividades de manejo e monitoramento ambiental no seu interior, havendo, atualmente, uma produção florestal que compreende quatro pólos produtivos, 15 localidades de produção e 205 empresas florestais. Essas atividades geram 18 mil empregos diretos, uma produção de 1,5 milhão m<sup>3</sup> (tora) e renda bruta de US\$ 185 milhões.

### **b) Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia**

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, que objetiva combater o desmatamento ilegal na Amazônia, contempla além de ações de fiscalização e controle, ações de ordenamento territorial e fundiário da região e fomento às atividades produtivas sustentáveis.

O desmatamento na Amazônia entre agosto de 2006 e julho de 2007, estimado em 11.224 km<sup>2</sup> pelo sistema Prodes, caiu 20% em relação ao período 2005-2006, registrando uma queda acumulada de 59% nos últimos três anos. O número é muito próximo ao menor já registrado (11.030 km<sup>2</sup>, em 1991) desde o início do monitoramento do desmatamento na região, em 1988. Essa queda contribuiu para que o País tenha evitado a emissão de 0,5 milhão de toneladas de gás carbônico na atmosfera. Já entre os meses de agosto e dezembro de 2007, registrou-se uma área desmatada estimada em 3.235 km<sup>2</sup>, indicando crescimento do desmatamento.

Em continuidade à implementação do Plano e consideradas as informações recentes foram editados, em dezembro de 2007, os seguintes decretos: a) Decreto de 6 de dezembro, que cria Grupo Permanente de Responsabilização Ambiental para articular com órgãos estaduais de controle e fiscalização ambientais ações estratégicas e integradas para prevenir e reprimir as infrações e crimes relacionados aos desmatamentos, queimadas e exploração ilegal de florestas na Amazônia Legal; b) Decreto nº 6.321, que dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento e altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 1999, que trata de sanções aplicáveis às atividades lesivas ao meio ambiente; e c) o Decreto de 21 de dezembro, que amplia os limites da Estação Ecológica Cuniã, nos Estados de Rondônia e Amazonas.

Além da queda na taxa de desmatamento, destacam-se, entre os resultados alcançados em 2007, a manutenção das 12 bases operativas de fiscalização do Ibama no Arco do Desmatamento, a construção das Bases Operativas de São Félix do Xingu (PA), Novo Progresso (PA), Vila Rica (MT), a ampliação da Base de Sinop (MT), a estruturação de mais seis bases operativas e a realização de mais de 100 grandes operações de fiscalização integrada, resultando na apreensão de mais de 300 mil metros cúbicos de madeira. O Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) foi aperfeiçoado e foram criados dois novos sistemas: de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e de Detecção da Exploração Florestal (Detex), este em fase de finalização. O Prodes e os dois sistemas aumentaram o controle social sobre as ações do Governo nessa área, já que todos os dados gerados por eles são disponibilizados para a sociedade. Ressalta-se, ainda, que foram realizadas atividades de prevenção, controle e combate a incêndios florestais na região do Arco do Desmatamento na Amazônia, por meio do Centro de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

O Governo estabeleceu as seguintes prioridades para o combate e o controle do desmatamento na Amazônia, em 2008: agilizar a implementação das ações previstas no citado Decreto nº 6.321 nos 36 Municípios que apresentaram elevados níveis de desmatamento; ampliar a área de Unidades de Conservação na Região da Amazônia Legal; aprimorar o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, considerando uma definição mais objetiva do papel dos Estados; intensificar a cooperação interinstitucional nas investigações sobre o desmatamento e queimadas ilegais, sobre a grilagem de terras públicas, sobre os incentivos à produção sustentável, o rastreamento e a certificação da produção agrícola.

### **c) Unidades de Conservação**

O Programa Áreas Protegidas do Brasil tem como objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC) e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios dela decorrentes. O SNUC foi ampliado em mais de 20 milhões de hectares (cerca de 41% de aumento em relação a 2002) com a criação de 57 unidades de conservação (UCs), sendo 29 localizadas na Amazônia Legal, e a ampliação de 9 UC existente. Em 2007 foram criadas 5 UC federais e outras 2 foram ampliadas aumentando em 126 mil ha o SNUC, além da criação de 31 reservas particulares do patrimônio natural.

#### **d) Compensação Ambiental**

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade instituiu a Câmara de Compensação Ambiental Interinstitucional, composta pelo próprio Instituto e pelo MMA e Ibama, proporcionando também a participação de representantes dos Estados e Municípios. Atualmente, a Compensação Ambiental apresenta-se como a principal ferramenta de financiamento da regularização fundiária das UCs, e sua consolidação e eficácia representarão recursos significativos para equacionar e resolver problemas históricos dessas unidades.

Em 2007, os 277 processos de Compensação Ambiental beneficiaram 254 UCs federais, estaduais e municipais. Do total dos recursos destinados às UCs federais, 53,6% foram direcionados às ações de regularização fundiária, 41,3% às ações de implementação, 4,4% ao custeio dos processos de elaboração de planos de manejo e 1,2% ao custeio de processos de criação de novas UCs.

Dessa forma, do total arrecadado, por intermédio de Compensação Ambiental no referido exercício, (R\$ 10,5 milhões), 71,6% foram investidos em ações de implementação das UCs federais, 28,1% em ações de regularização fundiária e 0,2% destinados ao custeio do processo de elaboração de planos de manejo.

O Programa Áreas Protegidas pretende, em 2008, criar novas UCs de Proteção Integral e de Uso Sustentável nos Biomas Cerrado e Pantanal, consolidar informações no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, por meio da atualização das informações de todas as UCs federais e 80% das estaduais, e destinar R\$ 100 milhões provenientes do mecanismo de Compensação Ambiental, para ações de consolidação do SNUC.

#### **e) Programa Nacional de Florestas**

O Programa Nacional de Florestas (PNF) tem por objetivo a formulação de políticas públicas que visem a promoção e a expansão da base florestal plantada, a recuperação de áreas degradadas em pequenas e médias propriedades rurais, a expansão da base de florestas naturais sob manejo sustentável e a proteção de áreas com alto valor para conservação.

Dos avanços alcançados pelo Programa, em 2007, destacam-se: o fomento florestal decorrente das políticas e instrumentos de apoio ao reflorestamento, que teve um crescimento significativo e permitiu o alcance da meta de reflorestamento do PNF, superando os 600 mil hectares de florestas plantadas; o levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 Unidades de Assentamento Rural, envolvendo 10 mil famílias em regiões situadas no Bioma Caatinga; avanços expressivos na recuperação de áreas degradadas, em decorrência da instalação dos três primeiros Centros de Recuperação de Áreas Degradadas no Vale do São Francisco (Petrolina/PE, Paracatu/MG e Arco/MG); ratificação da Carta de Recuperação de Áreas Degradadas do Vale do Alto Paraguai – envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai; e a criação de Grupos Multissetoriais para a discussão do manejo comunitário de sementes, mudas florestais e carvão vegetal.

Para 2008, estão previstas a ampliação da instalação de dois novos Centros de Referência em Capacitação de Agricultores para a recuperação de áreas degradadas na Bacia do Rio São Francisco; o fortalecimento do Sistema de Redes de Sementes; ampliação de mecanismos de crédito ao pequeno produtor florestal; expansão da Base Florestal Plantada, com previsão de aumento de 550.000 hectares; capacitação de 300 novos difusores de tecnologia em recuperação de áreas degradadas; e a consolidação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), com recursos oriundos das concessões florestais.

#### **e.1) Concessão Florestal**

No âmbito das concessões florestais destacam-se as seguintes ações, em 2007:

- regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas por meio Decreto nº 6.063, de março de 2007;
- consolidação do Serviço Florestal Brasileiro;
- lançamento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas em julho de 2007, o qual permitirá reunir dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações relevantes para a gestão florestal;
- publicação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2007/2008, o qual prevê a possibilidade de concessão florestal de 43,7 milhões de hectares, sendo priorizada a Floresta Nacional do Jamari e um conjunto de UCs na Amazônia Legal; e o
- lançamento, em novembro de 2007, do Edital do 1º Lote de Concessão Florestal – na Floresta Nacional do Jamari;

#### **f) Povos e Comunidades Tradicionais**

Dentre as ações desenvolvidas pelo Governo, em 2007, visando o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), concretizada pelo Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, que estabelece um pacto entre o Poder Público e esses povos e comunidades. Em 2008 serão intensificadas as ações para a implementação da citada Política. Ressalta-se a aprovação de 108 projetos no âmbito do programa de apoio a comunidades tradicionais e a capacitação de 600 pessoas para o desenvolvimento de atividades de acesso e gestão dos recursos públicos. Desta forma, serão beneficiadas, aproximadamente, 27 mil famílias.

#### **g) Zoneamento Ecológico-Econômico**

Nos últimos anos, a ampliação de áreas do território nacional com projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) foi significativa, tendo evoluído de 11%, em 2002, para 23% em 2005 e 32% do território nacional em 2007. Além disso, estão em andamento projetos que abrangem cerca de 2,4 milhões de km<sup>2</sup>, o correspondente a 28% do território nacional.

Atualmente, aproximadamente 13% do território nacional possui ZEE em fase de implantação ou em articulação com outros instrumentos de política pública, tais como zoneamento agrícola, licenciamento ambiental, planos diretores municipais, definição de áreas protegidas e recuperação de passivos ambientais. O apoio à implantação dos zoneamentos tem sido feito por meio da geração de insumos técnicos pelo Consórcio ZEE Brasil, pela disseminação da informação e pela capacitação de gestores públicos.

Outro ponto importante foi a assinatura, em dezembro de 2007, do Decreto nº 6.288, autorizando a realização de ZEEs locais ou regionais, desde que sejam referendados pelas Comissões Estaduais de Zoneamento e aprovados pelas Assembléias Legislativas. Tal medida modifica a regulamentação do ZEE, editada em 2002, que só reconhecia os zoneamentos estaduais que compreendessem a totalidade dos seus territórios e fossem realizados em escala de 1:250.000, ou maiores. A flexibilidade proporcionada pelo novo Decreto permitirá mais eficiência no enfrentamento de problemas localizados e que exijam respostas mais rápidas dos governos Federal, Estaduais ou Municipais.

Está prevista, para 2008, a implementação das seguintes ações relativas ao ZEE: início do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala 1:1.000.000; acordos de cooperação com os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro para apoiar o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, a fim de expandir a produção do etanol e criar subsídios para implementação de outros instrumentos de políticas públicas em áreas com demanda de reordenamento territorial; elaboração da base cartográfica digital da Amazônia Legal; apoio aos Estados na implementação do ZEE de suas regiões; e o fortalecimento do ZEE, com sua integração aos demais instrumentos de planejamento e de gestão ambiental e territorial voltados para a sustentabilidade.

#### **h) Licenciamento Ambiental**

Com o objetivo de fortalecer as atividades relativas ao Licenciamento Ambiental, foi criado, no âmbito da nova Estrutura Regimental do MMA, o Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental – (DLAA), por meio do Decreto nº 6.101, de abril de 2007.

No processo de estabelecimento da Agenda Nacional para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental, o Governo realizou, em dezembro de 2007, o 1º *Workshop* sobre o Licenciamento Ambiental de Portos Marítimos – regiões Sul e Sudeste, com o objetivo de discutir a Gestão Ambiental Portuária e o Licenciamento Ambiental, em razão do cenário de crescimento da infraestrutura portuária inserido no PAC. Para o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infra-estrutura, o MMA criou, em 2007, um Grupo Gestor, constituído por todas as Secretarias e entidades vinculadas ao Ministério, e um Grupo de Trabalho para acompanhar o licenciamento ambiental, realizado em nível federal, dos empreendimentos do PAC.

##### **h.1) Balanço do Licenciamento**

Em 2007, o Ibama concedeu 17 licenças para pequenas centrais hidrelétricas, o que representa cerca de 3.500 MW. Dessas, três receberam licença para início das obras (LI), uma recebeu licença para operação (LO), nove licenças de renovação ou autorização para supressão de vegetação, duas prorrogações de licença prévia e duas prorrogações de licença de instalação.

Foram concedidas 20 licenças para Usinas Hidrelétricas de grande porte, ressaltando duas licenças prévias, três de prorrogação ou concessão de licença de instalação, 10 de renovação ou autorização para supressão da vegetação, e cinco de renovação, regularização ou retificação de licenças de operação.

No licenciamento de projetos na área petrolífera foram autorizadas nove licenças para perfurações, das quais cinco referem-se à licenças prévias, duas foram retificações de licenças prévias e duas autorizações para atividade de perfuração no âmbito de Termo de Ajustamento de Conduta. Foram, também, concedidas um total de 24 licenças para empreendimentos de produção de petróleo e 23 para a instalação de gasodutos.

Ainda em 2007, no setor rodoviário, o Ibama concedeu 91 licenças para a construção de novas rodovias, 35 para empreendimentos no âmbito das atividades ferroviárias e oito para projetos portuários.

Para 2008, visando fortalecer permanentemente o processo de licenciamento ambiental, será promovido, entre outras medidas, o aprimoramento dos procedimentos técnicos e administrativos para o licenciamento em nível federal, bem como o apoio ao desenvolvimento e ao fortalecimento de Sistemas de Licenciamento Ambiental estaduais e o acompanhamento do licenciamento dos empreendimentos constantes do PAC.

### **i) Política Nacional de Recursos Hídricos**

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) representou um grande avanço na gestão de recursos hídricos no País. Atualmente, há cerca de 140 Comitês de Bacias Hidrográficas (estaduais e federais), além de 22 Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essas instâncias contribuem sobremaneira para a governança democrática na elaboração das políticas públicas de gestão integrada desses recursos.

Entre os principais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos estão a outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Esses mecanismos já foram, até o momento, implantados na Bacia do rio Paraíba do Sul e nas Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, o que representou um avanço relevante para o processo de construção da gestão de recursos hídricos, de forma descentralizada e participativa. Houve, no ano de 2007, aperfeiçoamentos nos mecanismos de cobrança nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, visando caracterizar de forma mais precisa o uso da água no setor rural, criando, inclusive, incentivos para que os usuários adotem tecnologias de irrigação mais eficientes.

Como resultado do instrumento de cobrança, arrecadou-se um montante superior a R\$ 50 milhões, entre 2003 e 2007, sendo que somente no exercício de 2007 a arrecadação foi de aproximadamente R\$ 20 milhões, os quais foram repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos nessas bacias.

#### **i.1) Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas**

O Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas consiste em um estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado para prestadores de serviços públicos de saneamento que investem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETE).

Foram investidos, no período de 2001 a 2006, recursos da ordem de R\$ 272 milhões, beneficiando uma população de 3,5 milhões de habitantes. Em 2007, foram habilitados 55 empreendimentos, gerando uma demanda de R\$ 260 milhões. Três empreendimentos foram contratados, resultando na aplicação de R\$ 40,1 milhões de recursos da União que, somados a recursos de outras fontes aportados aos projetos, resultaram na efetiva aplicação de R\$ 100 milhões, beneficiando aproximadamente um milhão de brasileiros, com o abatimento diário de 46,4 toneladas de carga orgânica que seriam lançadas sem tratamento em importantes Bacias Hidrográficas.

Esse Programa foi incluído no Plano Plurianual (PPA), estando prevista a aplicação de R\$ 120 milhões no período de 2008 a 2010, além de ser uma das ações integrantes do PAC.

### **i.2) Revitalização de Bacias Hidrográficas**

Na área de Revitalização de Bacias, destaca-se a inauguração de dois Centros Integrados de referência da Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, os quais constituem um espaço para o desenvolvimento de ações integradas entre os diversos programas do Governo, coordenados e executados pelo MMA, parceiros que atuam na revitalização do São Francisco e prefeituras locais. Viabiliza-se assim, a realização de estudos e a disponibilização de informações para a população, além da articulação das ações prioritárias e a conseqüente democratização do acesso à informação.

Deve ser ressaltada a criação, em 2007, da primeira Unidade de Conservação na região do São Francisco. Trata-se da Floresta Nacional de Negreiros, localizada em Serrita (PE), área com três mil hectares, possuindo 46% de cobertura florestal e 54% de agricultura e pasto, sendo destinada à conservação da biodiversidade, ao fomento do desenvolvimento sustentável da Caatinga e à capacitação de produtores rurais.

No arcabouço do plano de ações a serem implementadas, em 2008 para revitalização de bacias, cabe destacar: construção e implementação, de forma participativa, dos processos de revitalização de bacias voltados prioritariamente para o rio São Francisco; prosseguimento à implementação do Plano para desenvolvimento do turismo sustentável na Bacia do rio São Francisco, inclusive com a proposta de criação do Parque Nacional do Cânion do São Francisco; implantação do Projeto “Rede Digital de Comunidades Tradicionais e Indígenas da Bacia do São Francisco”, cujo objetivo principal é a criação de uma rede de estruturas educadoras, dotada de instrumentos de comunicação inclusivos, no âmbito de comunidades tradicionais e indígenas, em cada pólo regional.

### **j) Resíduos Sólidos Urbanos**

Em setembro de 2007, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, o projeto de lei instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos. Nessa proposta estão contemplados os diversos aspectos necessários para uma efetiva gestão desses resíduos, compreendendo suas diretrizes gerais e os instrumentos da Política, incluindo a gestão integrada e proibições.

No referido exercício, destacam-se os seguintes resultados em relação à gestão desses Resíduos:

- continuidade dos processos decorrentes da Lei nº 11.445, de 2007;
- apoio ao Projeto “Aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) na redução de emissões em Aterro Sanitário” que foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, contando, ainda, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial; e
- acompanhamento de empreendimentos habitacionais, de saneamento (especialmente de Resíduos Sólidos) e de regularização fundiária, previstos no PAC.

Para 2008, foram estabelecidas as seguintes linhas prioritárias para a gestão de Resíduos Sólidos: articulação para aprovação do projeto de lei que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o apoio à implantação dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos junto aos Municípios.

### k) Esfera Internacional

Na esfera internacional, a atuação do Governo caracteriza-se pelo fortalecimento do protagonismo brasileiro nas negociações externas, bem como da capacitação técnica e política de seus representantes para a elaboração e negociação de propostas e posicionamentos nos diversos foros ambientais internacionais. De igual maneira, busca-se fortalecer o processo de implementação, em caráter nacional, do grande número de Acordos e Tratados Internacionais na área ambiental e, também, dos compromissos financeiros com os secretariados e organismos internacionais.

Em 2007, o Governo participou ativamente das reuniões internacionais relativas aos instrumentos internacionais de que o País é signatário, destacando-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, na qual o Governo buscou fortalecer, tanto no nível interno, quanto no regional e internacional, a proposta de concessão de incentivos positivos aos países em desenvolvimento que reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa decorrentes de desmatamento. Na 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro, realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2007, o Brasil continuou a defender a mencionada proposta, além de defender o fortalecimento do regime multilateral de mudança climática, que permita à comunidade internacional adotar ações mensuráveis e verificáveis para alcançar reduções significativas de emissões de gases de efeito estufa até 2020 e avançar no “Mapa do Caminho de Bali”, primeiro passo para um acordo amplo e global baseado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e no Protocolo de Quioto. Esse “Mapa do Caminho de Bali” deverá dar a direção, o impulso e a continuidade para um processo em que todos os países possam participar do esforço comum contra as mudanças climáticas, de acordo com suas responsabilidades diferenciadas e capacidades respectivas.

Merece destaque, ainda no âmbito dessa temática, a criação pelo Poder Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança Climática (CIM), com a finalidade de orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, nos termos do Decreto nº 6.263, de novembro de 2007.

No âmbito da Convenção-Quadro sobre Diversidade Biológica, o MMA, atual Presidente da 8ª Conferência das Partes da Convenção (realizada em Curitiba, em março de 2006), vem participando ativamente de todas as instâncias negociadoras da Convenção e buscando, nos mais diversos foros internacionais, reforçar o compromisso assumido pela comunidade internacional de fortalecer os três objetivos da Convenção, particularmente pela adoção de um regime internacional de acesso e repartição de benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Em relação ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, além de coordenar o processo nacional de implementação dos compromissos assumidos perante o Protocolo, o Governo protagonizou, durante a 19ª Reunião das Partes do Protocolo realizada em Montreal, Canadá, no mês de setembro de 2007, a apresentação e adoção de proposta para acelerar a redução de hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), de modo a eliminar quase totalmente sua produção e consumo até 2030, antecipando-se a meta que estava em vigor. A proposta de ajuste feita pelo Brasil e a Argentina, evitará o consumo de aproximadamente 14 milhões de toneladas de HCFCs.

### 10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

A ciência, a tecnologia e a inovação (C,T&I) são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades.

O Governo vem se orientando para o planejamento e a implementação de uma Política Nacional de C,T&I de forma integrada às demais políticas públicas, envolvendo diversos atores institucionais. Nesse sentido, foi lançado, em 2007, o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, com investimentos previstos de R\$ 41,2 bilhões até 2010.

O Plano é composto por quatro Prioridades Estratégicas que norteiam a atual Política Nacional de C,T&I: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; e Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

No exercício de 2007, no que concerne às ações sob responsabilidade do MCT, o plano foi amplamente implementado, com destaque para os seguintes principais resultados alcançados:

#### **a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**

Em 2007, foi regulamentado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio da Lei nº 11.540. A Lei prevê a administração do Fundo por um Conselho Diretor; amplia as regiões consideradas prioritárias pelo FNDCT, incluindo os Municípios da área de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional; e autoriza o financiamento de ações transversais, realizadas com os recursos de mais de um Fundo Setorial.

No exercício passado, no âmbito do FNDCT, foram processadas 3.955 propostas, representando uma demanda total de R\$ 6,62 bilhões, por meio de 24 instrumentos distintos. Foram contratados cerca de 700 convênios que, junto com os convênios existentes, possibilitaram um comprometimento orçamentário da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

Deu-se continuidade, em 2007, à ampliação do número de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A expansão do número de bolsas de 2003 a 2007 ocorreu em todas as categorias, mas é marcante nas de pós-graduação (11.401 de mestrado e doutorado em 2002 e 16.697 em 2007) e de Produtividade em Pesquisa (7.784 em 2002 e 9.916 em novembro de 2007). Em 2002, o total de bolsas do CNPq era de cerca de 45 mil, número que passou para 65 mil em 2007, o que representa um aumento de 44% em cinco anos. Outro ponto de destaque foi o aumento substancial das bolsas tecnológicas com o apoio dos Fundos Setoriais, chegando a cerca de cinco mil bolsas tecnológicas já concedidas. Para o ano de 2008, estão previstas as seguintes metas: concessão de 74 mil bolsas pelo CNPq, entre elas 20 mil de mestrado e doutorado; aumento do valor das bolsas de mestrado e doutorado; concessão de nove mil bolsas de desenvolvimento tecnológico e empresarial, de doutorado e pós-doutorado nas empresas; e ampliação, em 15% em relação a 2007, do número de bolsas concedidas às engenharias e demais áreas relacionadas à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e aos objetivos estratégicos nacionais.

No que se refere ao fomento à pesquisa, destacam-se o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, que já implementou 250 núcleos em 17 Estados, num investimento total no período 2005-2007 de R\$ 100 milhões e o Programa “Casadinho”, que objetiva fortalecer a infra-estrutura de programas de pós-graduação não consolidados, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, desta vez, incluindo o Estado do Espírito Santo. Na edição atual, lançada em 2006, estão sendo apoiados 65 projetos, envolvendo 47 instituições com investimento da ordem de R\$ 20 milhões. Por meio do Edital Universal, foram aprovados, em 2007, 4.080 projetos científicos e tecnológicos em todos os campos do conhecimento, no valor global da ordem de R\$ 154 milhões.

Para a infra-estrutura e fomento da pesquisa científica e tecnológica, por meio do Programa de Subvenção Econômica, conduzido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), foram aprovadas, em 2007, mais de 170 projetos no valor de R\$ 313,8 milhões. Neste ano as áreas prioritárias foram tecnologias da informação e comunicação (TICs); nanotecnologia; biodiversidade, biotecnologia e saúde; programas estratégicos; biocombustíveis e energias; e desenvolvimento social.

Em continuidade à estruturação dos sistemas estaduais de C,T&I, no qual a contrapartida é proporcional ao PIB estadual, foi lançada, em 2007, mais uma chamada para projetos estruturantes, que permitirá conceder mais R\$ 100 milhões em projetos.

O Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) encerra o ano de 2007 com conexões de rede de alta velocidade e desempenho (*links multigigabits*) instaladas em 10 pontos de presença (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal) da rede Ipê, infra-estrutura de Internet voltada para a comunidade de ensino e pesquisa. A meta é estender as conexões *gigabits* a todos os Estados até 2009, beneficiando as aplicações globais de larga escala, como telemedicina, física e astronomia.

No âmbito regional, em 2007, o Governo criou cinco redes de alta velocidade metropolitanas (Manaus, Belém, Vitória, Florianópolis e Brasília) dentro da iniciativa Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep). Para 2008, a expectativa é de que pelo menos outras 22 redes sejam lançadas. Para 2008 está prevista a interligação de 300 instituições, entre universidades, centros de pesquisa, hospitais de ensino, museus, TVs universitárias e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, públicos e privados, por meio de Redes Metropolitanas Comunitárias.

No âmbito local, buscou-se a melhoria da infra-estrutura das instituições de ensino e pesquisa a partir de projetos como de telefonia no sistema VoIP, que permite um número maior de chamadas a longa distância com redução de custos e de Rede Universitária de Telemedicina (Rute). Em 2008, deverá ocorrer a inclusão de 33 novas instituições relacionadas ao ensino médico, alcançando 53 instituições interligadas à Rute.

#### **b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas**

Em 2007, por meio da Incubadora de Fundos Inovar, foram apoiados 11 fundos de capital de risco focados em empresas nascentes e emergentes de base tecnológica, totalizando R\$ 91,3 milhões. Sete fundos já foram efetivamente contratados com um total de R\$ 43,3 milhões e os outros quatro encontram-se em fase de registro. É importante frisar que para cada R\$ 1,00 comprometido pela Finep nos fundos de capital empreendedor, o comprometimento total dos demais investidores é de R\$ 6,50. As 30 empresas investidas têm o seguinte perfil: *software*, tecnologia da informação, telecomunicações, comunicação, tecnologia industrial básica, biotecnologia, medicina, aeronáutica, alimentos, química, novos materiais e agronegócios.

Foram contratados projetos de inovação tecnológica com redução dos encargos incidentes nos financiamentos reembolsáveis em até 10% no âmbito do Programa Juro Zero, que oferece empréstimos para pequenas e microempresas, e no âmbito do Pró-Inovação, para as empresas brasileiras interessadas em realizar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O Pró-Inovação oferece financiamento com encargos reduzidos conforme o atendimento de requisitos, tais como projetos que aumentem a competitividade da empresa no âmbito da PITCE, projetos de relevância regional ou inseridos em arranjos produtivos locais e projetos desenvolvidos em parceria com universidades, instituições de pesquisa e/ou outras empresas.

Destaca-se, ainda, no referido exercício, a contratação de 17 projetos para montagem de redes de entidades ou consórcios estaduais

para pequenas e médias empresas (PMEs); aplicação da subvenção econômica em empresas que executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA); fomento a projetos de P&D tecnológico, no valor total de R\$ 100 milhões, bem como a projetos voltados ao extensionismo tecnológico, no valor de R\$ 616 milhões.

Para 2008, estão previstos: o financiamento de 350 projetos de empresas por meio dos programas Pró-Inovação, Juro Zero e Subvenção à Inovação; o apoio, por meio do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE), a 350 projetos de interesse das médias e pequenas empresas; o apoio a 100 projetos cooperativos de pesquisa, desenvolvimento e inovação entre empresas e instituições científicas e tecnológicas; a capacitação em gestão da inovação de 2.200 empresários e gerentes de pequenas e microempresas; a capacitação de 3.300 técnicos, graduados e pós-graduados direcionados ao setor empresarial nas áreas estratégicas da PITCE; a constituição da rede “Centros de Inovação”, com 10 entidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e a implementação das redes de “Serviços Tecnológicos” e de “Extensão Tecnológica” em 15 Unidades da Federação.

### c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

O Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010 prioriza os investimentos nas seguintes áreas estratégicas: biotecnologia; nanotecnologia; tecnologia da informação e comunicação; insumos para a saúde; biocombustíveis; energia elétrica, hidrogênio e energias renováveis; petróleo, gás e carvão mineral; agronegócio; biodiversidade e recursos naturais; Amazônia e Semi-árido; meteorologia e mudanças climáticas; programa espacial; programa nuclear e defesa nacional e segurança pública.

Na área da biotecnologia, foi instituída a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia por meio do Decreto Presidencial nº 6.041, de fevereiro de 2007, com o objetivo de estabelecer um ambiente favorável para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores, aumentar a capacidade de inovação das empresas brasileiras, a absorção de tecnologias e a geração de negócios e a expansão das exportações. A política estabelece também o fortalecimento de grupos e redes de pesquisa ligados à Rede Genoprot, Bioinova e Genosoja, por meio de editais, além de suporte de áreas fundamentais da cadeia de desenvolvimento de fármacos e medicamentos. Para 2008, está previsto o desenvolvimento de cinco novos produtos na área da biotecnologia e financiamento de três plataformas tecnológicas para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores.

Em nanotecnologia, registre-se o investimento de cerca de R\$ 16 milhões, em 2007, entre repasses diretos e lançamento de editais. Foram contratados 57 novos projetos de pesquisa em nanotecnologia; concedido apoio financeiro para os participantes brasileiros das três escolas organizadas pelo Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia; e, contempladas 20 propostas com R\$ 41 milhões, no âmbito da Chamada Pública MCT/FINEP/Subvenção Econômica à Inovação 01/2007. Em 2008, a meta é apoiar 40 projetos cooperativos entre Instituições Científicas e Tecnológicas e empresas na área da nanotecnologia; consolidar a infra-estrutura de 10 laboratórios regionais de referência para caracterização e manipulação de sistemas nanoestruturados; capacitar 100 técnicos, mestres, doutores e pós-doutores; implementar o Programa Internacional de Escolas de Nanotecnologia e oferecer quatro cursos de curta duração; bem como implementar 15 escolas de nanotecnologia em parceria com países da América Latina.

Na área de tecnologia da informação, vale mencionar o apoio a projetos de pesquisas relacionadas aos grandes desafios propostos pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC), integrantes do documento “Grandes Desafios da Computação no Brasil 2006-2016”. Ressalte-se também que em 2007 o Centro Tecnológico de Eletrônica Avançada (Ceitec) foi contemplado com R\$ 57,36 milhões. No Ceitec serão desenvolvidos os primeiros lotes de “chips” comerciais, colaborando para a reversão de déficit de mais de

US\$ 3 bilhões anuais nessa área. Está prevista, para 2008, a implantação de quatro centros de projetos que integrarão a Rede de Design Houses de Circuitos Integrados (*chips*), no âmbito do Programa CI-Brasil, além do desenvolvimento de 50 projetos de circuitos integrados nas áreas de identificação veicular e por radiofrequência, TV digital, informática e automação, entre outras.

A ação de C,T&I no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), foi de buscar a difusão do PNPB nos Estados, contribuindo para a formação de recursos humanos e para o ganho de produtividade e competitividade em toda a cadeia produtiva do biodiesel; aprovação e contratação dos projetos de pesquisa das redes de “agricultura”, “armazenamento”, “co-produtos”, “produção” e “qualidade” junto às universidades e centros de pesquisa participantes da rede, com previsão de duração de dois anos no valor global de R\$ 32 milhões; execução e/ou estruturação dos testes em motores e veículos com biodiesel, sendo que na primeira etapa, os veículos dos testes em campo operam com a mistura B5 – com biodiesel de soja ou de mamona.

Em relação ao etanol, destaca-se o aperfeiçoamento do laboratório de certificação de motores aviônicos a pistão a álcool e motor aeronáutico *flex*; apoio ao desenvolvimento de projetos para o melhoramento genético e agronegócio da cana-de-açúcar; e apoio a projetos de pesquisa voltados para a produção de álcool a partir da biomassa residual, por meio da hidrólise enzimática de materiais orgânicos vegetais em açúcares.

Na área de hidrogênio e energias renováveis ocorrerá, em 2008, a implementação e consolidação das Redes do Programa Brasileiro de PD&I para a Economia do Hidrogênio (ProH2), com a participação de empresas e a produção de H2 a partir de biomassa, mediante a operação de dois protótipos de reformadores de etanol com tecnologia nacional. Visando o atendimento das questões relacionadas à biodiversidade brasileira e aos recursos naturais, o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) ampliou para 23 o número de sítios de inventário, sendo parte deles em áreas protegidas. Cabe destacar o trabalho realizado em áreas sujeitas à alterações antropogênicas, como a BR-319 e a BR-167, que foram selecionados para que pesquisas sobre a biodiversidade possam apoiar e aprimorar estudos de impactos ambientais, definição de quotas de extração de recursos biológicos e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. Cabe também registrar que 89 coleções biológicas tiveram apoio do PPBio para infra-estrutura e informatização, o que permitiu disponibilizar na Internet informações e conhecimentos associados à cerca de 830 mil registros de plantas, animais e microrganismos depositados nas coleções científicas brasileiras.

Com relação à Amazônia, foi aprovado o Plano Científico para a Fase II do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), que deve contribuir com a base científica para a compreensão dos mecanismos bio-físico-químicos dos ecossistemas amazônicos. Ressalte-se a ênfase dada aos projetos que integram competências dos diversos programas para a Amazônia, com recursos dos Fundos Setoriais, para concretização do Projeto de Integração dos Programas do MCT e da Embrapa na Amazônia (PIME), que visa a sustentabilidade do Distrito Florestal da BR-163 e do Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima. Apoiou-se, ainda, a estruturação da Rede para Uso Sustentável e Conservação do Cerrado (Rede ComCerrado), lançada oficialmente em 2007.

Na questão da Mudança Global do Clima, destacam-se atividades no âmbito de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O Brasil vem se destacando como um dos países mais organizados e estruturados para atrair esse tipo de oportunidade e nesse sentido conta com um total de 255 atividades de projeto em processo de validação e retiradas, representando 9% do total mundial. A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima aprovou 165 atividades de projeto no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto, as quais, em conjunto com as atividades de projeto em processo de validação, representam uma redução de emissões de gases de efeito estufa

de 269 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes anuais no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) cumpriu em 2007 várias etapas importantes para a consecução da política espacial brasileira. Entre as iniciativas de maior relevância incluem-se: o lançamento e início de operação do satélite CBERS-2B, terceiro da série sino-brasileira, permitindo assim a continuidade na geração e distribuição de dados e imagens para apoio a inúmeros programas de Governo, entre os quais, os de contenção de desmatamento na Amazônia; e a realização da missão Cumã II, com o lançamento de diversos experimentos científicos em um foguete de sondagem VSB-30 a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). No âmbito internacional, diversas ações iniciadas em 2007 contribuem para a afirmação do País no cenário geopolítico, entre as quais destacam-se a distribuição de imagens CBERS para os países da América Latina e da África; o lançamento de foguete de sondagem com experimentos da Argentina; e o início da operação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space, em cooperação com a Ucrânia, que concretiza o objetivo de utilização comercial da região de Alcântara/MA, para provisão de serviços de lançamento. Em 2008, pretende-se iniciar a operação da empresa bi-nacional Alcântara Cyclone Space; concluir o satélite sino-brasileiro de recursos terrestres CBERS 3; e definir a estratégia de industrialização do veículo lançador de satélites VLS-1B.

Na área nuclear, foram aprovados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a conclusão de Angra 3 e o início dos estudos de localização de uma quarta usina, dando início à retomada do Programa Nuclear Brasileiro (PNB). Com relação ao ciclo do combustível nuclear, foram ampliados os investimentos para a finalização da primeira fase da planta de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), instalação da planta-piloto de produção de hexafluoreto de urânio por conversão gasosa, em Aramar (SP). Houve também aceleração no processo para instalação da Segunda Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio, em Resende, com conclusão prevista para 2008. Em 2007, foram concluídas as obras de infra-estrutura relativas ao Módulo I, que compreende as Cascatas 1, 2, 3 e 4. Busca-se suprir as futuras expansões da geração nucleoeletrica com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares. Para 2008, está prevista a ampliação em 20% da capacidade de produção de concentrado de urânio (*yellow cake*)

Outros resultados da área nuclear foram a instalação da nova unidade produtora de radioisótopos de meia-vida curta no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), em Belo Horizonte (MG), com operação prevista para o início de 2008 e a inauguração do Laboratório de Radioproteção do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (CRCN/CO), que permitirá a realização de estudos e a execução de projetos de radioproteção, química ambiental e dosimetria nas áreas de meio ambiente e saúde.

#### **d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social**

O Governo tem investido na popularização e aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como na difusão de tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social. A III Semana Nacional de C&T envolveu 9.700 atividades em cerca de 400 cidades, 1.400 universidades, instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de C&T, com a distribuição nacional de vídeos científicos, cartilhas e programas de rádio, além da produção e distribuição de encartes em jornais (350 mil exemplares), *folders*, livros, *banners* e cartilhas. Os eventos tiveram como tema principal questões do Planeta Terra. Em 2008, o tema principal da IV Semana Nacional de C&T será “Evolução e Diversidade”.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) contou com mais de 14 milhões de alunos inscritos, de 38.450 escolas, em 98% dos Municípios brasileiros. Entre os participantes estavam alunos de grandes e pequenos centros, de zonas rurais, de comunidades indígenas, de comunidades quilombolas, de assentamentos, de pequeníssimos Municípios e

lugarejos. Participaram também alunos deficientes visuais, auditivos e motores. Foram apoiadas ainda as Olimpíadas de Astronomia, Química (Ibero-Americana), Matemática, Física e Robótica. Em 2008, o número de participantes na OBMEP deverá ser ampliado para 20 milhões de alunos.

Cabe também destacar o apoio a diversas atividades de divulgação científica, tais como o lançamento de edital para a produção de conteúdos educacionais multimídia na Internet para Matemática, Biologia, Física, Química, e Português no ensino médio, tendo sido aprovados 18 projetos de várias instituições brasileiras; apoio a nove unidades (veículos) do programa Ciência Móvel para instituições localizadas em Belém, Recife, Ilhéus, Rio de Janeiro, Botucatu, Porto Alegre e Brasília; realização de parceria com a Universidade de Brasília para a implantação do Museu de Ciências de Brasília; promoção da itinerância da Exposição "Experimentos Interativos" da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC) atingindo periferias de grandes cidades e o interior do País; implantação de 11 salas de videoconferência (sete no Norte, Nordeste e Centro-Oeste) em centros e museus de ciências no País para a promoção de atividades integradas.

Para 2008, está planejada a ampliação do número de eventos de divulgação científica em 10%; o apoio a oito projetos de observatórios planetários fixos e móveis; o apoio a oito projetos de criação ou adequação de centros de museus de ciência interativos; a criação de sete centros de referência em ensino de ciências em escolas públicas; a capacitação de 40 professores em cursos de aperfeiçoamento no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa); a criação do Portal do Educador, para professores do ensino médio nas áreas de Ciências, Matemática e Português; e a implementação do sistema de ensino a distância AEB Escola.

Por fim, vale mencionar o apoio do Governo a 116 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), localizados em vários Estados, especialmente Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, em cooperação com secretarias de C&T, prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, entre outras. Os CVTs têm múltiplas vocações profissionais, como apicultura, artesanato, carcinocultura, fruticultura, confecções, móveis e produção de leite e de carne, sendo focados também em cadeias produtivas locais e na difusão de tecnologia e equipamentos de baixo custo para agregar valor à produção das comunidades locais. Em 2008, deverão ser implantados 300 novos CVTs. Outras iniciativas previstas para 2008 são: a criação de 300 incubadoras de empresas de tecnologias sociais; apoio a 200 projetos de tecnologias para o desenvolvimento social; apoio a 30 projetos de tecnologias adaptadas desenvolvidas para comunidades tradicionais; apoio a 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia assistiva; apoio a 25 projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) emergentes; e a promoção de 27 projetos de gestão tecnológica, visando ao aumento da competitividade dos APLs e da geração de emprego e renda.